

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RÔMULO HENRIQUE PEREIRA ANGÉLICO



**AS IDÉIAS ANARQUISTAS SOBREVIVEM: O MOVIMENTO ANARQUISTA
BRASILEIRO, DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1984)**

Natal
2005

RÔMULO HENRIQUE PEREIRA ANGÉLICO



**AS IDÉIAS ANARQUISTAS SOBREVIVEM: O MOVIMENTO ANARQUISTA
BRASILEIRO, DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1984).**

Monografia apresentada à disciplina de Pesquisa Histórica II, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da professora Doutora Flávia de Sá Pedreira.

Natal
2005

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1 SOBRE A DOUTRINA ANARQUISTA	9
1.1 Correntes e idéias libertárias	11
1.2 Anarquia e Ordem	32
2 VERDADES E MENTIRAS NA HISTÓRIA DO ANARQUISMO	40
2.1 Bolchevistas e anarquistas	41
2.2 O falso fim do anarquismo no Brasil	56
2.3 Anarquia, violência e dinamite	65
3 A CONTINUIDADE DO ANARQUISMO NO BRASIL, ENTRE OS FINS DO ESTADO NOVO E O INÍCIO DA DÉCADA DE 1960	72
3.1 Duas gerações de anarquistas	74
3.2 O anarquismo brasileiro entre duas ditaduras	75
4 O ANARQUISMO NO BRASIL, DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1984)	89
4.1 O anarquismo brasileiro, meses antes do golpe de 1964	92
4.2 O CEPJO e o CCS após o golpe de 1964	95
4.2.1 Maio de 1968 e o “ressurgir” do anarquismo	97
4.3 O recrudescer da repressão	101
4.3.1 O processo dos anarquistas do Rio de Janeiro	103
4.4 Sobre a resistência anarquista no Brasil, durante o regime militar	107
4.4.1 Notícias de encontros e contatos clandestinos	110
4.4.2 A publicação de livros anarquistas e de livros sobre o anarquismo	112
4.4.3 Finalmente um jornal anarquista: <i>O Inimigo do Rei</i>	117
4.4.4 Notícias esparsas	121
4.5 Comentários finais: a reabertura do Centro de Cultura Social de São Paulo e o nascimento do Círculo de Estudos Libertários, no Rio de Janeiro, após a ditadura militar	126
LISTA DE IMAGENS	133
CONCLUSÃO	151
FONTES E BIBLIOGRAFIA	156
ANEXOS	161

INTRODUÇÃO

O tema da presente monografia é a sobrevivência das idéias anarquistas no Brasil, após a década de 1920. Seu objetivo específico é o movimento anarquista brasileiro, durante o regime militar (1964-1984). Está claro, para parte dos autores que escreveram sobre o anarquismo no Brasil, que pelo menos durante a República Velha, o anarquismo foi forte entre os trabalhadores brasileiros, tendo tido os anarquistas papel fundamental na organização de grandes agitações sociais a nível nacional, assim como na construção e desenvolvimento dos primeiros sindicatos, grupos de teatro e escolas operárias. Porém, para boa parte dos historiadores, após a República Velha e a Segunda Grande Guerra, o anarquismo teria deixado de existir no Brasil e no Mundo, tendo sido substituído, nos campos social e político, por correntes marxistas organizadas em partidos comunistas durante a Revolução Russa, o comunismo teria demonstrado sua superioridade teórica e prática em relação ao anarquismo: doutrina social que marcou os “primeiros passos” da organização da classe operária internacional, mas que, por insuficiência e limitações doutrinárias, não foi capaz de ultrapassar as reivindicações de classe e as greves, como também não conseguiu direcionar politicamente o proletariado, muito menos colocá-lo no poder. Ora, tal visão é fruto, ao mesmo tempo, de uma incompreensão da doutrina anarquista, de seus meios e seus fins; e de uma precipitação historiográfica e sociológica, que, mormente tende a considerar a Revolução Russa como uma realização única ou majoritariamente comunista-bolchevista (quando dentro do próprio comunismo russo, durante a Revolução, existiram e atuaram outras correntes além da bolchevista, inclusive o anarquismo comunista), e a defender a Rússia pós-revolucionária como um país no qual o socialismo teria dado certo (quando em realidade nem a igualdade econômica, nem a liberdade política foram alcançadas após a tomada de poder pelos bolchevistas).

No Brasil, o surgimento do Partido Comunista Brasileiro teria ocasionado um avanço nas organizações de trabalhadores e no movimento operário de forma geral. A crescente industrialização da sociedade brasileira não teria sido suportada pelos anarquistas que, incapazes de organizar os trabalhadores cada vez mais numerosos, empregados nas indústrias e fábricas – coisa que só os comunistas teriam sido capazes de fazer –, findaram por se tornar obsoletos. Por isso o anarquismo, ainda em 1922, já começaria a perder espaço para o comunismo, cuja doutrina, única científica, era capaz não só de persuadir os trabalhadores, mas de formar militantes conscientemente não-utópicos, realistas e não-sectários. Acredito, no entanto, que a história não foi exatamente assim. Os bolchevistas brasileiros teriam, muito pelo contrário, através de tentativas de estabelecer o controle e a centralização do movimento operário, contribuído com sua burocratização e conseqüente enfraquecimento – os antigos sindicatos de ação direta, sob a tutela do Partido, perderam suas vidas, suas autonomias; os trabalhadores, cada vez mais divididos e envolvidos em querelas ideológicas entre anarquistas e partidos, ao invés de unificarem suas forças em combate ao Estado e à exploração, se tornaram fáceis vítimas dos governos brasileiros; e os anarquistas, principais inimigos da Igreja, do Estado, dos patrões e do capitalismo, passaram a sofrer ataques não só dos membros da elite econômica brasileira e da polícia, mas também de ex-companheiros que, a partir de março de 1922, abandonaram todas as declarações de liberdade, igualdade e fraternidade que até então vinham fazendo como anarquistas, para se submeterem ao controle do Partido Comunista Russo e, sob as ordens daquele partido, em nome de uma “ditadura do proletariado”, entregaram-se à calúnia e até ao assassinato de antigos camaradas.

Ultrapassando as versões historiográficas dominantes e a opinião formada de doutores e sociólogos, Edgar Rodrigues foi o primeiro a apresentar ao Brasil uma continuidade histórica das idéias e dos movimentos anarquistas nos movimentos sociais brasileiros, após a década de 1920,

assim como foi um dos primeiros, acompanhado de Jaime Cubero, Margareth Rago, Alexandre Samis e outros pesquisadores e historiadores mais recentes –, que realizaram um amplo resgate da memória anarquista e do cotidiano operário no Brasil. Foi principalmente através de seus textos que consegui elaborar a presente monografia. Tendo como objetivo maior analisar o movimento anarquista no Brasil durante o regime militar, precisei primeiramente analisar o desenvolvimento e a formação das idéias e do movimento anarquista, consultando o pensamento de seus idealizadores e de alguns de seus militantes, na tentativa de deixar claro o que é anarquismo para os anarquistas – não haveria como desenvolver um trabalho como este utilizando visões não-anarquistas do anarquismo. Logo em seguida, antes de alcançar o anarquismo brasileiro entre os anos de 1964 e 1984, precisei traçar o caminhar do citado movimento dentro da história social do Brasil, para que ficasse claro que o anarquismo não havia findado com a República Velha, e que os motivos de sua minoração foram outros, além do surgimento do PCB em 1922. Como meu objetivo não é simplesmente apresentar um cronograma da história do anarquismo no Brasil, não realizei abordagens cronológicas sobre o movimento libertário. Antes selecionei alguns episódios da história brasileira em que os anarquistas tiveram papéis importantes – episódios fundamentais para uma compreensão razoável do processo ao qual o anarquismo brasileiro esteve submetido. Dentro de tal perspectiva, de acordo com a bibliografia utilizada, senti a necessidade de contestar determinadas interpretações historiográficas equivocadas e ao mesmo tempo esclarecer os motivos de tais equívocos. Assim, fazendo uso principalmente dos escritos de Edgar Rodrigues, apresentei versões que, conforme acredito, aproximam-se um pouco mais do que realmente aconteceu com o anarquismo no Brasil.

Como na historiografia brasileira quase não existem trabalhos que abordem a situação do anarquismo no Brasil, após 1945, precisei, mais uma vez, fazer uso das pesquisas de Edgar Rodrigues, de forma especial do livro *Entre Ditaduras (1948-1962)*, publicado em 1993, pela

editora Achiamé. Nesse livro, Rodrigues apresenta a realização de muitas atividades e publicações organizadas pelo movimento anarquista brasileiro, no transcorrer dos anos que vieram após a ditadura Vargas, até dois anos antes do golpe militar de 1964, como apresenta também informações sobre congressos e organizações anarquistas nacionais e internacionais – demonstrando que o anarquismo permaneceu vivo em várias partes do mundo. Aproveitando o momento, apresento argumentos que discordam das abordagens historiográficas de dois outros pesquisadores: Francisco Foot Hardman e Azis Simão. Embora seus trabalhos apresentem o anarquismo como um movimento presente na conjuntura atual da sociedade brasileira e internacional, afirmam que, entre o anarquismo do final do século XIX e início do século XX, majoritariamente formado por trabalhadores, e o anarquismo que ressurge na década de 1960, majoritariamente ligado a estudantes da classe média, há uma lacuna – um vazio que separa dois momentos distintos, duas gerações diferentes na história do anarquismo. Demonstrarei que uma lacuna, propriamente dita, não existiu, embora realmente, a partir da década de 1960, o movimento anarquista tenha recebido um grande impulso dos movimentos formados por estudantes de classe média, principalmente em países da Europa, o que acaba por levar ao anarquismo novas características, assim como modifica parcialmente seu campo de atuação.

Finalmente, para poder abordar o anarquismo no Brasil durante o regime militar, muita coisa precisou ser feita. Primeiramente, deixo claro que sobre esse tema, também, quase não existem publicações ou trabalhos acadêmicos, o que dificultou em muito a conclusão de minha pesquisa. Mais uma vez, Edgar Rodrigues, tendo sido ele próprio um dos anarquistas perseguidos durante o regime militar, permanece sendo o único pesquisador que escreveu sobre a situação dos anarquistas entre 1964 e 1984. Infelizmente, os dois livros em que trata do assunto – *O Ressurgir do Anarquismo (1962-1980)*, publicado pela Achiamé, em 1993, e *O Anarquismo no Banco dos Réus (1969-1972)*, publicado por VJR Editores Associados, também em 1993 – encontram-se

esgotados (nem o próprio Edgar Rodrigues os possui para venda, embora a editora Achiamé lhe tenha prometido uma segunda edição de *O Ressurgir do Anarquismo*), de forma que precisei recorrer a outras fontes e bibliografia. Tratei, então, de realizar um levantamento bibliográfico dos livros anarquistas e pesquisas acadêmicas que abordam o anarquismo, que foram publicados e realizadas entre os anos de 1964 e 1984. Através de cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP, de jornais anarquistas do período e de catálogos e pesquisas de editoras e autores libertários que atuaram durante o regime militar, recolhi mais de cem títulos de livros e trabalhos realizados, sendo a maioria dos mesmos sobre a situação do anarquismo no Brasil, durante a República Velha. Tendo acesso a alguns dos livros presentes no levantamento, fazendo uso dos mesmos jornais, de entrevistas com remanescentes do regime militar, recentemente publicadas em livro e de biografias de militantes anarquistas, foi que desenvolvi a presente pesquisa monográfica que constitui, com toda a certeza, um trabalho de resgate. Além de interpretar as entrevistas, foi preciso selecionar livros distintos, informações específicas de uma ou outra manifestação ou evento anarquista, de reuniões, congressos e publicações, tentando contextualizá-los na conjuntura política e social vigente no país no citado período.

Com toda certeza, muita coisa ainda há que ser pesquisada e interpretada, dentro da história social brasileira, principalmente durante os revoltantes anos 1964 e 1984. Hoje, os militares que, submetidos a diretrizes do imperialismo norte-americano, ensangüentaram a história do Brasil com a morte e a tortura de trabalhadores e intelectuais, de artistas, cristãos, comunistas, democratas, anarquistas e outros que discordavam do autoritarismo e da desigualdade vigentes, secretamente, procuram queimar as provas de seus crimes infames, sendo apoiados por um governo que contraditoriamente teve suas origens no movimento operário, e que para chegar ao poder necessitou realizar alianças com todo o tipo de empresários e capitalistas

existentes. É preciso dizer não à hipocrisia governamental, e mais que simplesmente dizer, precisamos ultrapassar toda e qualquer forma de violência.

CAPÍTULO I – SOBRE A DOUTRINA ANARQUISTA

SOBRE A DOUTRINA ANARQUISTA

Ser anarquista – é bom que se afirme! – não é repetir todos a mesma coisa, concordar com os princípios traçados por alguns. A grandeza do anarquismo reside exatamente no direito de discordar, de cada um pensar pela sua própria cabeça, agir e ter suas próprias iniciativas! Os anarquistas não pretendem nivelar tamanhos, igualar estômagos e barrigas, e muito menos padronizar cérebros. Pelo contrário, o anarquismo não tem limites ou fronteiras, vai até onde o pensamento e a liberdade o possam conduzir.

Maria Lacerda de Moura. Rio de Janeiro, 1945.

Há afirmações a respeito da doutrina anarquista que necessitam ser contestadas e esclarecidas. A primeira delas, repetida por muita gente de vários meios, principalmente por militantes de partidos comunistas, é a seguinte: os anarquistas são contra qualquer forma de organização. Tal afirmação não possui fundamento, como deixa claro a história e a idéia do anarquismo, e aponta uma verdadeira falta de conhecimentos e estudos sobre as práticas anarquistas que vêm sendo realizadas no mundo desde a segunda metade do século XIX – época em que o anarquismo surge na Europa como movimento organizado de pessoas –, por parte daqueles que sobre nós levantam tais acusações. É natural que encontremos entre as correntes anarquistas, conforme apresento mais à frente, formas de organização descentralizadas, geralmente federativas, tendo como base a comuna, a associação ou o sindicato, ou ambos, e como desdobramento e macro desenvolvimento, a confederação, visto ser o movimento anarquista contrário a qualquer forma de organização que oprima, governe ou controle de cima para baixo os indivíduos. Em outras palavras, os anarquistas jamais foram contrários a todas as formas de organização – foram, sim, e continuam sendo, contrários a organizações burocráticas e hierárquicas, centralizadas, tão comuns entre os partidos de todas as estirpes, contra as quais

propõem a organização descentralizada de confederações de federações de comunas e sindicatos, através das quais o autoritarismo – o poder do Estado – seria estilhaçado, e cada parcela viva – individual e coletiva – da sociedade, alcançaria autonomia e liberdade, exercendo o seu próprio poder, e o mundo capitalista e seus modelos seriam substituídos por sociedades livres.

Em segundo lugar, o anarquismo não é estático. Conforme atesta a história da construção de seu pensamento e de suas práticas, há formas e tentativas diferentes de se procurar a emancipação social, formas essas próprias de determinadas épocas e lugares. A doutrina anarquista – composta por uma série de princípios libertários e igualitários que ao mesmo tempo são pontos comuns e de unidade entre todos os anarquistas – vem se adaptando e sendo atualizada no correr dos tempos. Por isso, os anarquistas nunca propuseram modelos rígidos de sociedades futuras, embora lançassem propostas às mesmas, afirmando que caberia às pessoas dos tempos vindouros a configuração da futura sociedade livre. Conseqüentemente, o pensamento de Proudhon é engrandecido e completado pelo de Bakunin, e o de Bakunin pelo de Kropotkin, até chegarmos às expressões anarquistas e seus pensadores de hoje.¹ As diferentes maneiras de se vivenciar o anarquismo caracterizam suas correntes, das quais comentarei as principais no ponto seguinte.

1.1 Correntes e idéias libertárias

No anarquismo, exatamente por não ser ele um “partido monolítico”, no dizer de Jean Barraú, ou uma doutrina religiosa que se impõe de cima para baixo, cheia de dogmas e verdades

¹ Alguns anarquistas têm realizado trabalhos de destaque em nossos dias, como os historiadores e pesquisadores Margareth Rago, Eduardo Valladares, Alexandre Samis, Edson Passeti e Edgar Rodrigues, do ecologista social Murray Bookchin e do lingüista Noam Chomsky.

incontestáveis, permite-se variar os meios de atuação e organização – enquanto que o fim, a utopia, é um só a ser alcançado: a liberdade e a igualdade plena de todos os indivíduos; a solidariedade econômica e política, a autogestão integral das sociedades por aqueles que as compõem, livres dos Estados, da propriedade privada e do autoritarismo, uma liberdade que permitirá a cada indivíduo viver e desenvolver plenamente todas as suas capacidades latentes, assim como exercer todos os direitos e deveres acordados pela sociedade – deveres que não mais teriam por fundamento imposições irracionais e destrutivas de seres humanos gananciosos, de governos, papas ou exércitos, mas o compromisso de sanar as necessidades da vida, o alimento, a educação, a arte, o progresso e a harmonia! Deveres que são inerentes à Natureza e a existência humana sobre a face da Terra, e que, portanto, jamais poderiam ser impostos por alguém, mas somente exercidos e realizados por todos. Eis a utopia anarquista.

Os meios de procurar a anarquia são vários. Cada um desses meios – uns com maior, outros com menor destaque na história do anarquismo – forma uma corrente ou “escola” libertária. Todas convergem à realização de um único objetivo geral, divergindo umas das outras apenas em pontos específicos, ligados ou a liberdade de consciência dos indivíduos, ou a formação cultural e realidade econômica das populações de determinadas áreas geográficas. Assim, encontramos no anarquismo, por exemplo, o ateísmo militante, o agnosticismo, o cristianismo e o hinduísmo, como pontos de crença na existência ou na inexistência de Deus e do espírito; o individualismo, o mutualismo, o coletivismo e o comunismo, como propostas de organização econômica das sociedades; o sindicalismo, a pedagogia, o pacifismo e a ação direta, como correntes difusoras da idéia e da prática anarquista. Não necessariamente, estas formas de anarquismo estiveram isoladas umas das outras: até meados de 1920, na Rússia, antes da contra-revolução bolchevista ter se levantado ativamente contra o exército dos camponeses livres, contra a imprensa e demais agrupamentos e federações anarquistas, eram realizados encontros anuais

chamados *Nabat* (Alerta), nos quais se reuniam as correntes anarquistas – comunista, sindicalista e individualista – daquela região (COSTA, 1980, p. 90; WOODCOCK, 2002, v.2, p. 224).² No Brasil, do início do século XX até a segunda metade da década de 1930, anarquistas-comunistas militavam ao lado de anarco-sindicalistas, assim como dos que se afirmavam “anarquistas sem adjetivos”, como Florentino de Carvalho (RODRIGUES, [1978]). O próprio Florentino, embora tenha sido bastante perseguido pelas forças repressoras do Estado, fundou várias escolas racionalistas no Brasil, de acordo com o programa pedagógico do anarquista espanhol Francisco Ferrer y Guardia. Além disso, os sindicatos libertários geralmente possuíam no mínimo um salão de leitura ou uma biblioteca, quando muito uma escola anarquista – construída pelas mãos dos próprios trabalhadores que, quando não tinham condições de cuidar da educação de seus filhos, subsidiavam professores, encarregados de ensinar às crianças o que a comunidade operária decidisse que deveria ser ensinado – eram práticas pedagógico-libertárias dentro dos sindicatos (CARONE, 1984, p. 42-47; RODRIGUES, [1978]). Da mesma forma, no que se refere à liberdade de consciência, encontramos militantes dos mais ativos, como o fora o professor José Oiticica, anticlerical – preso em 1918 no Rio de Janeiro, como um dos líderes da insurreição anarquista que visava substituir o poder central do Brasil por uma federação de operários e camponeses e, bem mais tarde, já em 1945, um dos poucos que continuaram a difundir o anarquismo através da imprensa operária –, e a professora Maria Lacerda de Moura, – anti-militarista e anti-clerical fervorosa – serem membros de uma fraternidade espiritualista, da qual

². “Trotsky relataria mais tarde, muito mais tarde (em 1938, creio...), que Lenin e ele próprio tinham pensado em reconhecer aos camponeses anarquistas (...) um território autônomo. Teria sido justo, hábil, e talvez essa largueza de visão tivesse poupado à revolução a tragédia para a qual nos encaminhávamos.”, teria escrito Victor Serge, na década de 1940 (ver o quarto capítulo de seu livro *Memórias de um Revolucionário*, publicado no Brasil pela Companhia das Letras). Após a Revolução Russa, realizada por milhares de trabalhadores, as terras parecem ter passado para as mãos de Lênin e Trotsky, visto serem eles que pensavam e decidiam sobre quem a merecia. Ver também *A Revolução Russa*, de Mauricio Tragtemberg, editora Atual, e *A “Revolução” contra a Revolução*, de Nestor Makhno, editora Cortez.

inclusive chegou o primeiro a ser Grande Mestre, e a segunda a lecionar Astrologia: a Fraternidade Rosacruz Antiga (RODRIGUES, 1993, p. 72). Outros anarquistas, como Elisée Réclus, Bakunin e o próprio Proudhon, estiveram ao menos de passagem em ordens esotéricas ou iniciáticas como a Golden Dawn e a Maçonaria (WOODCOCK, 2002, v.2, p. 170; AMBELAIN, 1990, p. 67-74).

O anarquismo possui, como ponto de união de todas as suas correntes libertárias, alguns princípios gerais, em torno dos quais gravitam suas várias tendências – eis a “unicidade plural” do anarquismo. São esses os princípios que unificam a luta anarquista: afirmar e demonstrar que os governos e os Estados são veículos de opressão da classe dominante, contrários ao bem estar, a igualdade econômica e a liberdade dos indivíduos (Stirner considera todo Estado como uma tirania; para Bakunin, o Estado é uma abstração que devora a vida do povo, um enorme cemitério; enquanto que para Malatesta, o governo, através de seus métodos de atuação, rouba, destrói e paralisa), assim como o sentimento e a prática hierárquica da autoridade, que deve ser abolida junto com os governos, Estados e suas manifestações materiais e morais; demonstrar que homens e mulheres são capazes de se organizar, viver e produzir livremente, sem governos, sem hierarquias e sem privilégios de quaisquer estirpes, socializando o conhecimento, o trabalho, a produção e a propriedade; afirmar que homens e mulheres, embora diferentes, devem possuir os mesmos meios econômicos e políticos para viver, de maneira que possam desenvolver suas liberdades e potencialidades físicas e mentais o mais perfeito possível; substituição dos centralismos, por mais democráticos que pareçam ser, por um federalismo participativo – organizado de baixo para cima, da circunferência para o centro, do indivíduo à associação, da associação à comuna, da comuna à federação, e da federação à confederação, nos dizeres tanto do coletivista Bakunin, quanto do comunista Kropotkin, aproximando-se em parte da “associação dos individualistas”, proposta por Max Stirner (COSTA, 1980; GUÉRIN, 1983; WOODCOCK,

2002); substituição de qualquer sentimento de regionalismo ou patriotismo – que tanto dividem os povos habitantes de um mesmo mundo, voltando uns contra os outros em guerras hipócritas e ficções de superioridade racial – pelo Internacionalismo, pela solidariedade internacional entre os explorados, como forma de combater a união internacional dos capitalistas exploradores; a autonomia, o apartidarismo e a autogestão, como condições indispensáveis para se alcançar a liberdade individual e coletiva dos indivíduos que, assumindo “as responsabilidades de gerenciamento de suas vidas”, vêm-se livres dos representantes profissionais e demais exploradores; a ação direta, que segundo Caio Túlio Costa “quer dizer simplesmente aceitar a responsabilidade com todas as conseqüências, sem delegá-la a um terceiro”, sendo dispensados deputados, prefeitos, partidos, padres e governos, já que em anarquia as pessoas precisam fazer o que deve ser feito por si mesmas e através de seus próprios esforços, e não, desistindo de suas responsabilidades, delegando-as a supostos representantes, “abstendo-se de fazer e pensar por sua conta e risco” (COSTA, 1980, p. 20). Recordo a famosa frase atribuída a Karl Marx, “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”. Ora, como poderia um homem que sequer me conhece, afirmar minhas necessidades? Como pode alguém, que está inserido em uma classe social diferente da minha, afirmar ser meu representante? Para os anarquistas, a democracia representativa é uma contradição e um engodo. “Os anarquistas consideram contra-revolucionárias todas as instituições e partidos que têm como base a idéia de regular as transformações sociais por meio de atos do governo e leis criadas pelo homem” (WOODCOCK, 2002, v.1, p. 33).

Estes são os princípios e pontos comuns, aceitos por todos os anarquistas, inspiradores de chavões que ao longo do tempo ficaram marcados na memória libertária, dos quais um dos mais conhecidos é “nem pátria, nem partido, nem patrão – autogestão!”. Por último, lembro que os anarquistas, espiritualistas ou não, sempre levantaram um ferrenho combate aos cleros, chegando

inclusive a acusá-los de agrilhoar a vida e a juventude das pessoas, imobilizando o livre desenvolvimento das inteligências, através da imposição de crenças fictícias em um deus que não é deus ou que não existe – amedrontando e limitando as mentalidades através de dogmas e superstições absurdas relativas a diabo, inferno e castigo – e de apoiarem os governos, por mais estúpidos que sejam, abençoando guerras e auxiliando-os no processo de controle da sociedade. Mais que isso, a flagrante hipocrisia na vida dos cleros sempre foi um alvo da crítica libertária – pregam pobreza, mas vivem em luxo; defendem a castidade e aparentam austeridade quando na verdade, no recôndito de seus templos e de seus corações, a pornografia é, mormente, praticada por padres e freiras, pastores e bispos.³

As próprias origens do anarquismo como movimento são testemunhas dessa variedade de atuações e vivências libertárias, assim como testemunham os princípios comuns em torno dos quais se unem as correntes anarquistas que existem e existiram. Embora o anarquismo, como movimento organizado de pessoas, tenha surgido na segunda metade do século XIX, e independente do termo “anarquia” só vir a ser utilizado com um sentido construtivo na década de 1840, pensadores anteriores a tais momentos históricos – como William Godwin, Max Stirner e Brissot de Warville⁴ – desenvolveram idéias que em muitos pontos se aproximaram das idéias anarquistas. No entanto, por questões de tempo e espaço, limitarei meus comentários seguintes aos pensadores libertários que fizeram escola, destacando-se na história do anarquismo.

³. O trabalho de Bakunin, intitulado *Deus e o Estado*, publicado recentemente pela editoria Imaginário, o de Sebastien Faure, da Editora Achiamé, *As doze provas da inexistência de Deus*, e o do anarquista-maçom belga Edouard Daanson, da editora Germinal, *O livro do bem e do mal*, são clássicos da literatura contra o clero. Lembro também o livro de Eduardo Valladares, *Anarquismo e Anticlericalismo*, também publicado pela Imaginário.

⁴. William Godwin (1756-1836) afirmava que “a extrema desordem era infinitamente mais desejável do que a extrema subordinação”; acreditava que a educação era a chave da liberdade e repudiava qualquer sistema social que precisasse de governo, propondo uma organização social descentralizada, “baseada na divisão voluntária dos bens materiais”, com uma autoridade mínima cada vez menos atuante (WOODCOCK, 2002, v. I, 64-65). Já Brissot de Warville, sessenta anos antes de Proudhon, foi o autor de uma idéia que em muito inspirou os trabalhos daquele anarquista francês: “A propriedade é o roubo” (MOSCA, 1962, p. 242).

Precisamos compreender que o anarquismo, exatamente por propor a liberdade, é um movimento plural – com diferentes formas de atuação, difusão e organização, que possuem como ponto de chegada um fim específico.

Mais uma vez, cito Woodcock:

A dissolução da autoridade e do Estado, a descentralização da responsabilidade, a substituição dos governos e de outras organizações monolíticas semelhantes por um federalismo que permitirá que a soberania retorne às unidades essenciais básicas da sociedade – esse é o objetivo que todos os anarquistas sempre tentaram atingir, cada um à sua maneira (WOODCOCK, 2002, v.1, p. 29).

Jean Barraué, em opúsculo intitulado *O anarquismo hoje*, afirma que “geralmente distinguem-se três formas de anarquismo: o anarco-sindicalismo, o comunismo anarquista e o individualismo” (BARRUÉ, 1976, p. 75-78). No entanto, outras correntes tomaram destaque em determinados momentos da história. É certo que no Brasil, até a década de 1930, o anarco-sindicalismo destacou-se como o principal meio de organização e ação libertárias, mas, é preciso que lembremos, o sindicalismo anarquista – como deixou claro tanto Enrico Malatesta em um debate polêmico com Pierre Monatte, em um congresso anarquista realizado em Amsterdã no ano de 1907 (WOODCOCK, 1981, p. 197-207), quanto Jaime Cubero, no Brasil de 1990 – é mais um meio de difusão e prática da anarquia, realizado por trabalhadores, que um fim em si mesmo, diferenciando-se do comunismo anarquista e do individualismo, por exemplo. Ou seja: o anarco-comunismo imagina uma sociedade futura organizada em bases comunistas libertárias; já os anarco-sindicalistas, desde a década de 1910, em sua maioria, não mais propõem uma sociedade organizada obrigatoriamente em moldes sindicais – uma sociedade em que os sindicatos revolucionários sejam suas bases – mas consideram o sindicalismo como uma das maneiras de se experimentar e alcançar a anarquia.

George Woodcock, no primeiro volume de seu *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*, aborda o anarquismo, de forma genérica, “como um sistema de filosofia social”, que tem como objetivo “promover mudanças básicas na estrutura da sociedade e, principalmente [...], a substituição do estado autoritário por alguma forma de cooperação não-governamental, entre indivíduos livres” (WOODCOCK, 2002, v.1, p. 11-12). Interpretando sumariamente as principais correntes anarquistas, perceberemos que embora os fins almejados possam ser idênticos, e independente da existência de princípios singulares dentre os vários “tipos” de anarquismo, os meios de alcançá-los poderão ser diferentes. As diferenças entre as “escolas” libertárias restringem-se a duas áreas bem definidas: “métodos revolucionários (especialmente no que se refere ao uso da violência) e organização econômica” (WOODCOCK, 2002, v.1, p. 22). Compreenderemos melhor em que consistem tais diferenças metodológicas, analisando o essencial das correntes libertárias, que é resultado das primeiras tentativas de substituir a sociedade capitalista-autoritária por uma sociedade autogestionária e livre.

São as seguintes, as principais correntes anarquistas:

- Anarquismo individualista: teve como precursor o filósofo alemão Max Stirner – pseudônimo de Johann Caspar Schmdit (1806–1856). Entre 1840 e 1850, Stirner escreveu *O Único e sua Propriedade*, lançando as sementes do anarquismo individualista que marcaria o século XIX. Para Stirner, uma sociedade de “massas” era impossível, visto que cada indivíduo é único e singular. A própria sociedade seria uma abstração. Por isso, o único deveria ser soberano em si mesmo – mais importante que a família, mais importante que o Estado e que a sociedade, essas negações autoritárias da vontade individual que subordinam o indivíduo ao todo, e que por isso devem ser combatidas – e mais importante que Deus, seria o “eu”. Essa soberania do indivíduo, que nem a decisão da maioria pode

suprimir, esteve presente, em maior ou menor grau – como autonomia ou independência –, dentro de todas as outras correntes anarquistas. Segundo Stirner, não haveria regras obrigatórias aos indivíduos, além de suas próprias necessidades e desejos. Quanto à propriedade do egoísta, ela não seria nada mais que a “relação com a existência na qual o único se apropria constantemente dos variados elementos a satisfazer os impulsos” de seu ego (NASCIMENTO, 2004, p. 6-7). Caspar deve ter compreendido a necessidade da existência de relações entre os indivíduos, visto que embora considerasse a sociedade uma abstração, propôs uma “associação de egoístas”, na qual os indivíduos unir-se-iam temporariamente, durante o tempo necessário para terem suas necessidades ou desejos sanados, separando-se e reagrupando-se livremente, sempre que necessário fosse. Embora Stirner não se afirmasse anarquista, e pregasse que a personalidade, ou a singularidade do indivíduo – por ser algo sensível e permanente – estava além da liberdade, que não deixa nunca de ser um arquétipo (COSTA, 1980, p. 33), na década de 1940 ainda havia grupos operários anarquistas que se inspiravam em *O Único e sua Propriedade* (WOODCOCK, 2002, v.1, 107). Um outro intelectual que defendeu o anarquismo e o individualismo, embora de forma mais moderada que Stirner, foi o artista e poeta francês Oscar Fingel O’Flahertie Wills Wilde (1854 – 1900). Em um opúsculo originalmente publicado em 1891, intitulado *A Alma do Homem sob o Socialismo*, ele é bastante claro, ao afirmar que

para que a vida se desenvolva plenamente no seu mais alto grau de perfeição [...] se faz necessário o Individualismo. Se o socialismo for autoritário; se houver governos armados de poder econômico como estão agora armados de poder político; se [...] houver Tirantias Industriais, então o derradeiro estado do homem será ainda pior que o primeiro (WILDE, 2003, 18-19).

Segundo Wilde, a propriedade privada, como fator de desequilíbrio econômico e social, não permite que o individualismo ultrapasse um “grau bastante limitado” e

imperfeito. De forma similar, os que não têm propriedade e vivem na miséria, são forçados a realizar trabalhos incompatíveis com suas índoles, por isso, o individualismo que se desenvolve dentro dos padrões impostos pela existência da propriedade privada “nem sempre [...] é de espécie refinada ou admirável” – é um individualismo destrutivo e competitivo. Em uma sociedade socialista libertária, livre do Estado e da propriedade privada dos meios de produção e dos produtos, na qual o desenvolvimento econômico encontra-se voltado integralmente para o benefício do todo social, e as máquinas fazem o trabalho pesado dos homens, todo homem terá “o direito de ser inteiramente livre para escolher seu próprio trabalho”, além de ter tempo livre suficiente para desenvolver seus dons artísticos e demais potencialidades: “o Individualismo será bem mais livre, justo e fortalecido do que é hoje”. Ora, a propriedade privada teria confundido o homem com o que ele possui, fazendo do lucro, e não do aperfeiçoamento, o objetivo do individualismo, porém, “a verdadeira perfeição do homem reside não no que o homem tem, mas no que o homem é” – portanto, conforme explica o poeta em *A Alma do Homem sob o Socialismo*, “Abolida a propriedade privada, haveremos de ter o Individualismo verdadeiro, harmonioso e forte”, no qual os homens e mulheres não desperdiçarão a vida acumulando coisas, mas simplesmente viverão, amando-se por serem diferentes (WILDE, 2003, p. 20-32). Wilde lembra Bakunin quando deixa transparecer que, sobre o equilíbrio econômico da sociedade, as diferentes personalidades se desenvolverão o mais completo possível.

- Mutualismo: Pierre Joseph Proudhon (1809 – 1865), o primeiro de todos a assumir-se anarquista dando a este termo um sentido construtivo, aliado a ordem, antecedeu Marx e Bakunin em matéria de socialismo, tendo merecido do anarquista russo o epíteto de “pai de todos nós”, durante seu funeral, devido ao fato de ter sido Proudhon, dentro do

socialismo, o arquiteto das idéias de organização social e econômica descentralizadas, antiautoritárias e federalistas. Em 1957, em livro intitulado *Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu*, J. Hampden Jackson escreveu sobre o primeiro anarquista:

O socialismo é tanto uma ética como uma política, uma atitude para com a vida social e uma interpretação do dever do homem para com o seu próximo, e uma doutrina econômica e política. E dessa ética Proudhon, embora não o seu criador, foi o seu maior profeta (JACKSON, 1963, p. 09).

Proudhon desenvolveu as bases de um sistema econômico chamado Mutualismo. Ele não concordava com o comunismo por considerar que ele massificava os indivíduos, “evidenciando a sociedade em detrimento daqueles”, porém, também não defendia o individualismo absoluto, visto que compreendia a necessidade das relações sociais para o desenvolvimento da sociedade. Por isso, “procurou [...] equilibrar as relações indivíduo/sociedade através da elaboração de um pensamento que abarcasse ambas as realidades” (NASCIMENTO, 2004, p. 7-8). A liberdade individual seria fundamental para a sociabilidade humana – o que fez com que Proudhon buscasse o equilíbrio entre os interesses individuais e os interesses coletivos (o produtor, envolvido em relações complexas com outros produtores, jamais poderia ser visto completamente isolado). O Estado ia de contra-corrente ao equilíbrio das relações entre os indivíduos e a sociedade, exatamente por ser um organismo centralizador e absorvente, sendo necessário substituir a sociedade estatal por uma sociedade constituída de grupos de produtores livres e autônomos. As associações de produtores formariam federações e as federações formariam confederações, nas quais o produtor caminharia livremente, podendo formar novos organismos sempre que necessário. A associação mútua, a autogestão, segundo Daniel Guérin, era a proposta de Proudhon para a solução do problema social – proposta

ao mesmo tempo realista e utópica, visto que, embora enaltecesse “a multiplicação das associações operárias de produção” como meio de afastar “o capitalismo privado e a nacionalização estatal”, acreditava que esse sistema cresceria cada vez mais, absorvendo progressivamente e sem violência toda a indústria, “graças a um crédito gratuito concedido às associações operárias”, por uma espécie de caixa mútua – o “Banco do Povo, [...] funcionando fora de qualquer controle do Estado” (GUÉRIN, 1998, p. 39-40). O “Banco do Povo” – a única instituição centralizadora – seria, no entanto, controlada pelos próprios trabalhadores, “distribuindo créditos a custos mínimos”, estimulando a troca de produtos entre os trabalhadores, “administrando a circulação da produção e remunerando o trabalho individual com base no princípio ‘a cada um conforme sua produção’ e através de ‘cheques de trabalho’” (NASCIMENTO, 2004, p. 7-8). “Proudhon acreditava ser possível criar, por esses meios, uma rede de artesãos independentes, camponeses e associações de operários que desse modo sairiam do sistema capitalista e chegariam eventualmente a uma transformação pacífica da sociedade” (WOODCOCK, 2002, v.1, p. 143). O mutualismo passou a perder sua influência entre os trabalhadores europeus e dentro da Primeira Internacional, a partir da década de 1870, dando lugar ao coletivismo. Mesmo assim, muitas associações operárias, inclusive algumas das primeiras fundadas no Rio Grande do Norte, possuíam características mutualistas, conforme atesta Itamar de Souza em seu livro *A República Velha no Rio Grande do Norte*.⁵

- Coletivismo: O sistema anarquista proposto pelo russo Mikhail Alexandrovich Bakunin

⁵. Segundo Itamar de Souza, em 02 de fevereiro de 1873, teria sido fundada na Vila de Canguaretama a *Sociedade União Beneficente dos Artistas de Canguaretama*. “Nota-se, pela sua finalidade que esta agremiação operária era de natureza mutualista, característica tão comum às entidades operárias daquela época em todo o Brasil” (SOUZA, 1989, 78-80). É claro que o mutualismo daquela sociedade nada tinha de revolucionário – outra característica das primeiras associações operárias do Rio Grande do Norte, que em sua maioria estavam limitadas a prestar auxílio a membros necessitados.

(1814 – 1876), conhecido como coletivismo – o próprio Bakunin se considerava coletivista – é na verdade um desenvolvimento do mutualismo. No final da década de 1860, os coletivistas começaram a ganhar espaço dentro da Primeira Internacional vindo a se tornar maioria, ultrapassando os mutualistas, no início da década de 1870 – em setembro 1864, os proudhonianos franceses Tolain, Limousin e Fribourg apresentaram, em um encontro realizado no St. Martin's Hall, uma resolução propondo a fundação de uma Associação Internacional dos Trabalhadores. Para redigir seus regulamentos e Constituição, foram nomeados 21 membros, que acabaram escolhendo Londres para ser o lugar em que deveria se encontrar o Comitê Central da Associação, exatamente por Londres parecer, na época, o lugar mais seguro para tal organização atuar, enquanto Tolain, Limousin e Fribourg foram escolhidos como os correspondentes franceses daquela organização, estabelecendo seu escritório em Paris. O Comitê Central findou por cair nas mãos de sindicalistas ingleses e refugiados estrangeiros, dentre os quais se encontrava Karl Marx, que em pouco tempo tentaria chefiar a Associação, a princípio contestando os pontos propostos pelos anarquistas, depois partindo para um ataque pessoal, mas bem elaborado, contra Bakunin, buscando expulsar daquela organização todos os anarquistas (COSTA, 1981, p. 66-76; WOODCOCK, v.2, 2002, p. 07-50). Assim como os mutualistas, os coletivistas também eram federalistas, e também condenavam o comunismo “como fator de negação das liberdades individuais e coletivas [...], propondo a coletivização como forma de garantir a liberdade do produtor e o estabelecimento de uma sociedade dos produtores livres” (NASCIMENTO, 2004, p. 08-09), no entanto, não acreditavam na transformação pacífica da sociedade. Bakunin defendia a destruição do Estado e de suas instituições autoritárias – para ele, o impulso que destrói também é o impulso que cria: dos escombros do velho mundo surgiria uma nova sociedade, embora

condenasse a violência direcionada mais aos homens do que às coisas. Pregava a organização dos militantes mais ativos em sociedades secretas, que teriam como principal objetivo a propaganda revolucionária, tendo ele próprio fundado pelo menos duas: a Fraternidade Internacional Revolucionária, organizada na Itália junto a ex-discípulos do republicano Giuseppe Mazzini, e a Organização Secreta Revolucionária dos Irmãos Internacionais, duplicata secreta da Aliança Internacional da Democracia Socialista, ambas fundadas na segunda metade da década de 1860. Os coletivistas seguiam, em conformidade com os mutualistas, o lema “de cada um conforme a sua capacidade, para cada um de acordo com seu trabalho”, ou seja: quem não trabalha, não come. Imaginaram também a propriedade em mãos de instituições voluntárias, que assegurariam a cada trabalhador o direito de utilizar e desfrutar daquilo que houvesse produzido, ou seu equivalente – em outras palavras, a propriedade coletiva, em contraposição à propriedade privada e à propriedade-posse temporária, proposta por Proudhon. Conforme Bakunin, a sociedade organizada deve permitir que, dentro de uma completa igualdade econômica, homens e mulheres tenham os mesmos direitos políticos, de modo que todas as pessoas possam desenvolver suas diferentes personalidades, potencialidades e gostos livremente. Para isso, o trabalho social de todos deve custear, além de outras coisas, a educação integral (simultaneamente intelectual e braçal) e libertadora das crianças até que, já em fase adulta, sejam capazes de compreender e viver plenamente uma liberdade sem limites (para ele, só poderá haver liberdade quando todos os indivíduos forem igualmente livres, dado que a liberdade de um fortalece, reflete, compreende e amplia ao infinito a liberdade do outro) – aqui se percebe o valor que Bakunin concedeu à sociedade, considerando-a como vetor da liberdade individual. A sociedade seria condição necessária para a elevação moral e física do ser humano.

O coletivismo foi uma das correntes libertárias que, durante a Primeira Internacional, combateu o autoritarismo do Conselho Geral dirigido por Marx e Engels, e fez maioria, principalmente entre os trabalhadores de países de língua latina.

- **Comunismo Libertário:** Considero o anarco-comunismo a corrente libertária mais completa dentre todas, principalmente no que se refere a suas propostas de organização econômica para a sociedade. Quem lançou suas bases foi o Russo Piotr Alexeyevich Kropotkin (1842 – 1921), tendo sido defendido por muitos outros anarquistas. Kropotkin conseguiu relacionar o anarquismo ao conhecimento científico de seu tempo, usando para isso, principalmente, a Geografia. Simultaneamente, defendeu o anarquismo através de uma ótica não-violenta, embora acreditasse que a violência fosse algo inevitável em um processo revolucionário de transformação social. A essência do anarquismo arquitetado por Kropotkin ultrapassa o coletivismo. Seu lema pode ser definido como o seguinte: “de cada um, conforme sua capacidade, para cada um, conforme suas necessidades” – a idéia de distribuição livre, mais antiga que o próprio anarquismo –, a idéia de um mundo no qual “a produção seria para o consumo e não para o lucro e onde a ciência estaria dedicada a descobrir meios para conciliar e satisfazer as necessidades de todos” (WOODCOCK, 2002, v.1, p. 230). Através da ajuda mútua, o equilíbrio econômico e social seria alcançado, e nas comunas – associações voluntárias que reuniriam todos os interesses sociais, representados por grupos de indivíduos diretamente ligados a eles, e que unidas dariam vida a uma rede cooperativa que substituiria o Estado – onde existissem “parasitas sociais” (indivíduos capazes de produzir, mas que sobrevivessem do roubo ou do trabalho alheio), o conjunto dos indivíduos seria livre para bani-los ou tomar as atitudes necessárias. O comunismo libertário também é federalista, propondo a

organização social de baixo para cima, dos indivíduos às comunas, das comunas à federação, das federações à confederação. Destacou-se nos últimos anos da década de 1870, dentro da Internacional, criticando o sistema de salários e propondo a troca direta de acordo com as necessidades dos produtores, em substituição à compra e a venda. “O estabelecimento das formas detalhadas nas trocas dos bens produzidos pelos trabalhadores deveria ser um dos frutos do entendimento livre dos produtores em suas associações e comunas produtivas” (NASCIMENTO, 2004, p. 09-10). Conforme comentei ainda há pouco, embora Kropotkin fosse contrário aos métodos violentos de revolução social, encarava o sangue derramado nas batalhas como algo inevitável à própria revolução que, por mais pacífica que fosse, desencadearia a fúria de uma reação estatal. Em *La Conquista del Pan*, Kropotkin afirma que a única revolução verdadeiramente científica é aquela que leve pão e abrigo para o povo e que acabe com a pobreza, através da posse imediata de todo o necessário para assegurar a vida de todos:

La Idea burguesa consistió en perorar acerca de los grandes principios, o más bien acerca de las grandes mentiras. La Idea popular consistirá en asegurar pan para todos. Mientras los burgueses y los trabajadores aburguesados se harán los grandes hombres en los corrillos, mientras la “gente práctica” discutirá indefinidamente acerca de las formas de gobierno, nosotros, los “utopistas”, tendremos que pensar en el pan cotidiano (KROPOTKIN, 1986, p. 50).

Segundo Kropotkin, a revolução social deve ser completa – deve ser realizada simultaneamente nos campos e nas indústrias e fábricas – para evitar que qualquer tipo de desigualdade permaneça. “Si el agricultor se emancipa del latifundista sin que la industria se emancipe del capitalista industrial, del comerciante y del banquero”, enfim, “se se exproprien las fabricas sin tocar los latifúndios”, o resultado será um transtorno na vida econômica: os meios para reorganizar a economia em bases novas e a sociedade em

princípios harmônicos estarão sufocados, visto que as várias engrenagens da organização econômica da sociedade estão intimamente ligadas umas com as outras, de forma a ser praticamente impossível modificar uma delas sem modificar também o conjunto (KROPOTKIN, 1986, p. 49-77) A expropriação seria um dos meios através dos quais os trabalhadores teriam de volta tudo o que seus patrões outrora lhes retiraram, por isso, Kropotkin temia que ela fosse realizada em pequena escala – em uma escala que não permitisse que ela fosse duradoura. Tal pensamento, desde que ampliado, converge com a idéia anarquista de revolução global – idéia também compartilhada por revolucionários como Leon Trotski e Rosa Luxemburgo –, contrária à idéia stalinista de revolução nacional. Só uma revolução global ou internacional seria capaz de suportar e combater a poderosa reação capitalista.

- O anarcossindicalismo: No final da década de 1880 nasce, de forma especial na França, o anarquismo-sindicalista. Os anarquistas, fazendo parte dos sindicatos, fortaleceram o movimento trabalhista, combatendo as relações artificiais de representação e a burocracia dentro das organizações genuinamente operárias. A princípio, os sindicalistas anarquistas encaravam a greve geral como o meio mais eficaz de se combater o capitalismo, e a organização confederada dos sindicatos um modelo para a organização da futura sociedade, que seria alcançada após a realização de uma greve geral revolucionária. Porém, com o passar dos anos, o anarcossindicalismo tornou-se mais um meio – e não um fim em si próprio – de difundir, experimentar e vivenciar o anarquismo, a autogestão e a ação direta dentro dos movimentos trabalhistas, conforme explicou o anarquista Jaime Cubero, em uma palestra proferida em 09 de dezembro de 1989 no Centro de Cultura

Social de São Paulo, que foi parte do *Curso de Anarco-sindicalismo: História e Atualidade*:

O anarco-sindicalismo não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de transformação social e como tal procura exercitar e preparar os trabalhadores para que possam assumir conscientemente a responsabilidade na autogestão direta de uma nova sociedade. Sua finalidade não é criar uma ideologia social sindicalista nem assumir de forma global a representação e administração de uma nova sociedade com esquemas rígidos (CUBERO, 2004, p. 24).

Entre 1902 e 1905, as associações anarcossindicalistas teriam sido implantadas no Brasil (HARDMAN, 2002, p. 54), como resultado das sociedades de apóio mútuo do final do século XIX, consolidando-se como uma das mais concretas formas de organização proletária, até o início da segunda metade da década de 1930, quando as forças de repressão do governo de Getúlio Vargas atuaram violentamente, de cima para baixo, na repressão ao movimento anarquista – indiretamente e em conjunto com as perseguições realizadas pelo Partido Comunista Brasileiro que, de baixo para cima, atuava desde 1922 perseguindo anarquistas e tumultuando conferências sindicais, na tentativa de controlar os sindicatos de ação direta e transformá-los em sindicatos partidários, sob ordens diretas do governo revolucionário russo (PINHEIRO, 1979, 362-366; RODRIGUES, 1978). Após 1945, bem poucos eram os anarquistas atuantes em sindicatos, e só a partir de 1985, com o fim da ditadura implantada em 1964, trabalhadores anarquistas tentaram passaram a tentar reorganizar a Confederação Operária Brasileira.

- Cristianismo, pacifismo e desobediência civil: essas três formas de atuação libertárias estão praticamente interligadas, possuindo apenas pequenas diferenças entre si. Para elas, a melhor maneira de se combater as violências e as imposições dos governos seria a

desobediência civil materializada em ações, como o não pagamento dos impostos, o não alistamento nas forças armadas – a objeção de consciência –, a greve geral e a greve de fome, boicotando, por assim dizer, o “alento” do Estado. Os fundamentos da desobediência civil são as ações não-violentas e a defesa da vida, custe o que custar. Os defensores da desobediência civil acreditam que uma população submissa é sempre o braço direito do governo que a explora, e por isso se recusam a sustentar um poder do qual discordam. Henry David Thoreau (1817 – 1862) – professor primário e filósofo – foi o primeiro a por em prática e a fundamentar filosoficamente, certas estratégias de desobediência. Durante a guerra entre os EUA e o México, Thoreau se recusou a pagar os impostos da cidade em que vivia afirmando que o Estado Norte-americano utilizaria seu dinheiro para invadir o México, roubar e assassinar pessoas inocentes, o que acabou fazendo com que fosse preso. Para ele, se “mil homens se recusassem a pagar os impostos [...], isto não seria uma medida violenta e sangrenta como o seria pagá-los e capacitar o Estado a cometer violências e derramar sangue inocente” (POR UM MUNDO MELHOR PARA TODOS, fevereiro de 2002, p.02).⁶

“O verdadeiro fundador da anarquia foi Jesus Cristo... e a primeira sociedade anarquista foi a dos apóstolos” – afirmou certa vez um tolstoiano francês. Leon Tolstoi (1829 – 1910) é considerado pelos historiadores anarquistas o primeiro anarquista cristão. Embora não se intitulasse anarquista e se considerasse apenas um simples seguidor de Jesus, combateu a existência das Igrejas, dos Estados e dos exércitos, ao mesmo tempo em que defendeu uma vida simples – voltada para a tranquilidade do campo, para paz e

⁶. Fragmento utilizado de um texto sobre desobediência civil, retirado de um informativo socialista-libertário e cristão, do qual saiu apenas o primeiro número, em fevereiro de 2002, intitulado **Por um mundo melhor para todos**. Encontra-se no arquivo da Biblioteca Social Fraternidade, localizada atualmente em minha residência.

para a solidariedade comunal –, inspirado com toda a certeza na forma de vida dos primeiros cristãos, em que todas as coisas eram divididas de acordo com a necessidade de cada um, e na qual não existiam privilégios e diferenças oriundos da propriedade privada, conforme atesta o livro dos *Atos dos Apóstolos*:

E era um o coração e a alma da multidão dos que criam, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns. E os apóstolos davam, com grande poder, testemunho da ressurreição do Senhor Jesus, e em todos eles havia abundante graça. Não havia pois [sic.] entre eles necessitado algum; porque todos os que possuíam herdades ou casas, vendendo-as, traziam o preço do que fora vendido, e o depositavam aos pés dos apóstolos. E repartia-se a cada um, segundo a necessidade que cada um tinha. (ATOS, 4:32-35).

No entanto, segundo Woodcock, a religião de Tolstoi era uma religião sem misticismos, na qual Cristo era encarado como um professor, e não como a Encarnação de Deus (WOODCOK, 2002, V.1, p. 260) – mais que isso, todo homem carregaria dentro de si o “Reino de Deus”, que deveria ser vivenciado na Terra, e não unicamente em uma vida pós-morte. Tolstoi falou de Amor como Kropotkin havia falado em ajuda mútua, e de um Reino de Deus imanente de forma similar à justiça imanente de Proudhon. Afina-se com Thoreau quando afirma que a maneira correta de se acabar com o Estado seria não cooperar com ele, não prestar serviço militar ou policial, não pagar impostos ou vir a ser jurado. Assim como aquele desobediente norte-americano sua arma é a não-obediência. Com toda certeza, Gandhi, a Grande Alma da Índia, pôs em prática muitas das idéias de Tolstoi.

Thoreau, assim como Tolstoi, foi um amante da simplicidade da vida no campo, tendo ele mesmo passado dois anos de sua vida austeramente, entre as ramas da selva. Durante a II Guerra Mundial, muitos pacifistas ingleses viveram em comunidades neotolstoianas e a partir da década de 1960 surgiram anarco-pacifistas que aceitaram tanto

o princípio da resistência quanto a ação revolucionária, desde que não-violentas, dado que a violência, por ser uma forma de poder e uma imposição, não pode ser libertária, na concepção daqueles indivíduos. Thoreau inspirou, de uma forma toda especial, o movimento hippie da década de 1960, ajudando aqueles jovens “paz e amor” a reencontrarem a vida tranqüila dos campos, em alternativa à vida conturbada das metrópoles.

Há outras formas mais específicas de luta anarquista. Algumas são correntes surgidas mais recentemente, principalmente a partir da década de 1960. Destas formas, o informativo do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres, *Libera... Amore Mio*, destaca os ocupas (*squatters*), que desenvolvem uma séria luta contra “a irracionalidade da falta de moradia em cidades onde há desperdícios de espaço por mera especulação”; a luta antimilitarista, desenvolvida principalmente na Espanha e, no Brasil, majoritariamente pela juventude anarcopunk, que propõe “a objeção de consciência” como forma de desobediência civil e de combate ao patriotismo; o *cyber-anarquismo* realizado através da Internet, pelos milhares de sites libertários e da ação direta realizada por hackers anarquistas contra as grandes corporações multilaterais; os grupos defensores da ecologia social (proposta defendida pelo anarquista contemporâneo Morray Bookchin) “que combatem os desmatamentos, as armas nucleares, os maus tratos aos animais e [...] a exploração de outros homens”; o anarco-indianismo, que surgiu recentemente na América Latina; e o anarco-feminismo, “que busca formas de libertação da mulher contra a sociedade patriarcal e autoritária” (LIBERA... AMORE MIO, Novembro de 1998, p. 02).

Todas essas correntes são membros de um só corpo, de um mesmo movimento, capaz de atuar de várias maneiras, em vários campos. Como podemos ver, observando os pensamentos de Stirner, Proudhon, Bakunin e Kropotkin, há uma espécie de desenvolvimento, de acréscimo de

idéias e práticas libertárias, no caminhar da história do anarquismo, que ao mesmo tempo fortalecem e amadurecem a filosofia anarquista (por mais que Stirner não se afirmasse anarquista, seu pensamento deu origem à uma ramificação libertária – o anarquismo individualista) – Stirner defendeu o individualismo egoísta, a rebelião e a “associação dos egoístas”; Proudhon, o individualismo social, objetivando o equilíbrio de relações entre o indivíduo e a sociedade – o mutualismo –, o federalismo livre e a transformação “a fogo lento” da sociedade, através de modificações econômicas; Bakunin defendeu o coletivismo – a propriedade coletiva –, o federalismo, a revolução internacional e violenta, além de ter destacado o papel de uma sociedade livre na formação de indivíduos livres; Kropotkin, o comunismo descentralizado e sem Estado, embasado na confederação de federações de comunas, a produção e distribuição dos produtos de acordo com as capacidades e necessidades de todos, a expropriação revolucionária – processo inevitavelmente violento. Já Thoreau e Tolstoi contribuíram com a idéia anarquista, na medida em que suas idéias combatiam e boicotavam os Estados, os cleros, as guerras e o autoritarismo, ao mesmo tempo em que preconizavam uma sociedade livre, equilibrada com a natureza e plena de amor. Resta-me agora explicar o significado de anarquismo, conforme o concebem os próprios anarquistas.

1.2 Anarquia e Ordem

Antes de iniciar um trabalho de reconstrução e interpretação da trajetória do anarquismo no Brasil, entre os anos de 1964 e 1984, faz-se necessário compreender a idéia anarquista. Em outras palavras: é preciso deixar claro o que é o anarquismo. Para isso, não bastam as definições preconceituosas que encontramos no Aurélio, muito menos o “curso de anarquismo” realizado pelo Partido da Causa Operária – só se compreende o anarquismo questionando os próprios

anarquistas. Embora o anarquismo tenha sido um movimento social presente em lutas do século XIX e início do século XX, e independente de seu reaparecimento no cenário social atual, do retorno da Confederação Nacional do Trabalho espanhola e de outras organizações anarquistas internacionais, e de sua contribuição teórica e prática nas Áreas da Sociologia, Geografia, Pedagogia, História e outras Ciências Humanas, os termos “anarquismo” e “anarquia” continuam sendo muito mal interpretados e aplicados. Nem a Academia o perdoa! Nos cursos de História em geral, em disciplinas como as de *História das Idéias Políticas e Sociais* e *História Contemporânea*, o anarquismo é algo praticamente inexistente – dos socialistas utópicos Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon, salta-se aos socialistas ditos científicos Karl Marx e Friedrich Engels, como se após os primeiros também não houvesse existido um Proudhon e um mutualismo, um Bakunin e um coletivismo, um Tolstoi e um anarquismo cristão, um Stirner e um anarquismo individualista, um Malatesta e um comunismo libertário; como se na Primeira Internacional não houvesse triunfado o sistema federativo defendido por Bakunin, malgrado as tentativas de Marx de controlar aquela organização através de um Conselho Geral; e como se na Ucrânia, entre os anos de 1917 e 1919, e na Espanha, entre 1936 e 1939, jamais tivessem sido realizadas experiências práticas de anarquismo. Enfim, como se os pensadores anarquistas e suas obras, mais que marginais, sequer existissem.⁷ Além disso, até os dias de hoje, a esquerda “revolucionária” do Brasil e do mundo costuma tratar o anarquismo de forma deturpada. Citarei,

⁷. Lembro de passagem, alguns autores e obras: Francisco Ferrer y Guardia e Herbert Head, no campo da Pedagogia – a Escola Racionalista e a educação libertária através da Arte –; Piotr Kropotkin e Elisée Reclus, na Geografia – o trabalho na Enciclopédia Britânica e os cinco volumes da Geografia Universal –; P. J. Proudhon – *O que é a Propriedade?*, *A Capacidade Política das Classes Obeiras*, *A Filosofia da Miséria*, *Do Princípio Federativo* – Mikhail Bakunin – *A Reação na Alemanha*, *Estatismo e Anarquia*, *Deus e o Estado* – e José Oiticica – *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, *Princípios e Fins do Programa Comunista-anarquista* – na Política e na Sociologia; o mesmo José Oiticica na Filologia e na Linguística – *Estudos de Fonologia*, *Novo Dicionário Popular da Língua Portuguesa Prosódico e Ortográfico*, *Sistema Fonético Brasileiro*, *Manual de Estilo* –; e Daniel Guérin, George Woodcock e Edgar Rodrigues com vários trabalhos historiográficos e memorialistas sobre a história do anarquismo, das idéias libertárias e da classe operária.

como exemplos disso, fragmentos de dois documentos tragicamente cômicos: o primeiro, uma cartilha publicada pela direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1991, intitulada *Como Organizar a Massa*. Na cartilha, no capítulo seis, encontramos comentários sobre uma série de vícios históricos e as formas de superá-los. O anarquista é apresentado, entre o espontaneísta, o aventureiro e o agressivo, como alguém que “não gosta de ver nada organizado. É pela bagunça. Não controla nem contabiliza nada. Se irrita se vê as coisas organizadas e logo vira tudo. Não gosta de planos organizados porque ele nunca consegue cumprir” (COMO ORGANIZAR A MASSA, 1991, P. 51). O segundo documento é um jornal publicado pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, intitulado *Opinião Socialista*. Em edição especial sobre o terrorismo, os socialistas dissidentes do Partido dos Trabalhadores deixaram passar as seguintes palavras, que considero um verdadeiro “vômito” historiográfico-jornalístico:

O terrorismo individual ou de grupo separados dos movimentos de massas surge no final do século 19 [sic.], quase que simultaneamente com a época do capitalismo imperialista, por iniciativa dos anarquistas que seguiam a cartilha de Peter Kropotkin. Estas ações tinham por objetivo subverter a ordem burguesa, através de atentados contra às instituições e representantes do Estado e do grande capital (OPINIÃO SOCIALISTA, 26 de setembro a 10 de outubro, de 2001, p. 07).

Dessa forma, os “companheiros” do PSTU, indo além dos chefes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, demonstram conhecer muito pouco sobre a história do anarquismo, sobre a vida de Kropotkin⁸ e sobre o a história do Terrorismo. Fica claro que a

⁸. No ano de 1874 Kropotkin foi preso na Rússia, graças ao desenvolvimento de atividades revolucionárias (agitações que promovia nos bairros operários de São Petesburgo, disfarçado do camponês Borodin). Da prisão fugiu para a Suíça, de onde também foi expulso graças às suas atividades políticas. Passou pela França e pela Inglaterra em 1882, retornando a França mais à frente. Seu retorno ocorreu logo após uma série de explosões e motins terem sido realizados na região central da França. Esses acontecimentos foram ligados ao crescimento do anarquismo no sul daquele país, e a reputação de Kropotkin como teórico e ativista revolucionário fez com que a polícia o considerasse muito perigoso para ficar em liberdade. Kropotkin acabaria preso, junto a outros cinquenta e três anarquistas. No dia 03 de janeiro de 1883, compareceram diante da Corte Correccional da Polícia de Lyon. A Corte não possuía prova alguma do envolvimento de qualquer um dos indiciados nos atos de violência, por isso, a promotoria acabou invocando uma lei contra a Internacional, visando acusar os réus de estarem envolvidos com uma organização clandestina.

maioria dos escritores burgueses e marxistas aborda sempre o anarquismo sob uma ótica não-anarquista e pejorativa. Decerto, na França, entre 1880 e 1890, alguns atentados à bomba foram atribuídos a anarquistas e, alguns deles, como Ravachol, assumiram a responsabilidade por determinadas explosões. No entanto, a maioria dos anarquistas criticou tais atos individuais e desesperados. Outros atentados foram simplesmente forjados pela polícia para incriminar os libertários – como o famoso caso dos Mártires de Chicago, ocorrido em 1886, nos Estados Unidos da América, quando uma bomba explodiu entre operários e policiais durante um grande protesto por melhores condições de vida e trabalho e um grupo de oito anarquistas, incluindo alguns que no momento discursavam em cima de um carro, foi acusado pela polícia de ter sido responsável pelo crime, tendo sido cinco deles condenados à morte. Seis anos depois, o governador do estado de Illinois anulou a condenação, declarando o tribunal ilegal e libertando os três anarquistas que não haviam sido enforcados, mas que permaneciam presos. Tal evento deu origem ao 1º de maio como dia internacional de luta dos trabalhadores (RODRIGUES, 1999, p. 240-242). Por isso, discordo do que apresentou Hobsbawm sobre a história do anarquismo, em textos escritos entre 1966 e 1969, reunidos mais tarde em um livro chamado *Revolucionários* – mais à frente desenvolverei algumas de tais contestações (ora, o próprio Hobsbawm, face à sua monumental obra, em entrevista concedida à Folha de São Paulo em 13 de novembro de 2002, declara ter prestado pouca atenção aos horrores do stalinismo – além de defender a implantação de mão-de-obra forçada devido a necessidade de se industrializar a Rússia Soviética –... o que tal marxista não teria afirmado ou deixado passar sobre a história do anarquismo?). Portanto, preferi

Mesmo com o promotor admitindo que a Internacional não mais existisse, Kropotkin e outros cinco anarquistas foram condenados a cinco anos de prisão. Sobre Kropotkin, ver o sexto capítulo do primeiro volume da *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*, de George Woodcock, e as páginas de 51 a 58 do livro de Caio Túlio Costa, *O que é Anarquismo*.

consultar os próprios arautos da acracia, na tentativa de responder satisfatoriamente a pergunta: “o que é o anarquismo?”.

Os anarquistas acreditam que todo governo é opressor, e que o Estado é a máxima manifestação do princípio da superioridade ou autoridade, que há milhares de anos vem proporcionando a competição, a violência e a submissão entre as pessoas e o meio ambiente. Acreditam também que a inexistência de um governo não acarretaria necessariamente o nascimento da desordem em uma dada sociedade – para os anarquistas, não só pode haver ordem em uma sociedade sem governo, desde que os indivíduos, entre outras coisas, substituam a competição pela cooperação, como a própria anarquia seria a máxima realização da ordem e do equilíbrio. Vejamos o que sobre isso escreveu Proudhon, ainda na primeira metade do século XIX:

[...] ainda que muito amigo da ordem, eu sou, com toda a força do termo, anarquista. Escutai-me.

[...] Tal é nosso preconceito: todos quantos somos, nós queremos um chefe ou chefes; e examino neste momento uma brochura cujo autor, zeloso comunista, sonha, como um outro Marat, com a ditadura.

[...] A liberdade é essencialmente organizadora; para assegurar a igualdade entre os homens, o equilíbrio entre as nações, é preciso que a agricultura e a indústria, os centros de instrução de comércio e de armazenamento sejam distribuídos segundo as condições geográficas e climáticas de cada país, a espécie de produtos, o caráter e os talentos naturais dos habitantes etc., e em proporções tão justas, tão sábias, tão bem combinadas, que lugar algum apresente nem excesso nem ausência da população, de consumo e de produto. Aí começa a ciência do direito público e do direito privado, a verdadeira economia política.

[...] A política é a ciência da liberdade: o governo do homem pelo homem, sob qualquer nome que se disfarce, é opressão, a mais alta perfeição da sociedade se encontra na união da ordem e da anarquia. (GUÉRIN, 1998, p. 26-30).

O que não é muito diferente do que Leon Tolstói expressaria, em 1857: “Todos os governos são bons e maus, na mesma medida. O melhor ideal é a anarquia” (WOODCOK, 2002, p. 251). Roberto das Neves, outro anarquista maçom, passou boa parte de sua vida no Brasil, difundindo inclusive a contra-cultura durante o regime militar. Aqui, fundou a Editora Germinal,

através da qual publicou vários trabalhos, seus e de outros autores, que abordavam temas como anarquismo, anticlericalismo e vegetarianismo. Escreveu, em meados de 1958, na apresentação de uma obra póstuma do professor José Oiticica publicada pela Germinál, *Curso de Literatura*, um comentário interessante sobre o anarquismo, que ao mesmo tempo esclarece e complementa o que extraímos de Proudhon:

Os que ignoram as idéias an-arquistas [sic.] ou libertárias tomam vulgarmente a palavra “Anarquia” na falsa acepção, que a etimologia não autoriza, mas que os burgueses analfabetos instilaram nos miolos, de sinônimo de “desordem”. Esquecem-se os pobres de que a “desordem” é, justamente, a principal característica da sociedade arquista ou crática, em que vivemos, e que a Anarquia, como bem a definiu o sábio geógrafo Elisée Réclus e como a define imparcialmente a “Enciclopédia Britânica”, é precisamente “a mais alta expressão da Ordem”, pois a verdadeira ordem só pode realizar-se numa sociedade baseada na máxima liberdade (liberdade de pensamento, liberdade de expressão, liberdade de iniciativa, liberdade de auto-determinação, liberdade de realização), sendo porisso [sic.] incompatível com qualquer espécie de compressão social, desde a exercida pelo simples governo democrático até a exercida pelo complexo governo totalitário, visto que, de conformidade com a definição dos an-arquistas, todo governo do homem pelo homem, dê-se-lhe a designação que se lhe der, não passa de despotismo. Ora, sendo os an-arquistas [...] os homens que aspiram e lutam pela sociedade sem governo, ou, mais claramente, sem Estado, sem opressão do homem sobre o homem, baseada no mútuo e livre acordo, ou seja, a sociedade em que a Ordem plenamente se realiza, é óbvio que têm de ser eles os máximos partidários da Ordem (OITICICA, [1958], p. 09).

Realmente, o termo grego *anarchos* significa simplesmente *sem governo*, e não *desordem*, como o querem alguns sábios. Seria um verdadeiro e profundo equívoco desenvolver um trabalho como o proposto utilizando uma definição não-anarquista do anarquismo. Considero, entretanto, embora acreditando que os anarquistas citados tenham conseguido deixar claro o que para eles significa anarquia, três outros comentários sobre o anarquismo que com certeza servirão para complementar as transcrições feitas acima. No ano de 1969, Nicolas Walter escreveu:

A anarquia é a elaboração política da reação psicológica contra a autoridade que aparece nos grupos humanos. Todos conhecem os anarquistas instintivos que se recusam a crer ou a fazer o que lhes dizem, principalmente porque lhes ordenaram. Ao longo da história, esta tendência encontra-se nos indivíduos e nos grupos que se revoltam contra os que os governam.

E acrescentou, afirmando que os anarquistas

[...] calculam que todos os homens são sociáveis, iguais e capazes de viver a própria vida. Muitas pessoas dizem que o governo é necessário porque há pessoas que não sabem portar-se bem [...]. Se todos os homens são de tal maneira maus que devam ser governados por outrem, dizem eles, quem é então suficientemente bom para governar os outros? [...] O anarquismo é um modelo ideal que exige, ao mesmo tempo, a liberdade total e a igualdade total (WALTER, 2004, p. 05).

Em junho de 1927 escreveu Domingos Passos, em carta aberta aos anarquistas da revista *Acción*, a seguinte nota bastante esclarecedora sobre as diferenças entre o socialismo e suas correntes:

Socialismo é um vocábulo que designa todos os sistemas que se batem pela socialização de todos os meios de produção.

Meios de produção compreende-se [sic.] todos os verdadeiros valores naturais e sociais: solo, subsolo, quedas-d'aguas, maquinaria, etc., todos os valores sociais pertencentes à sociedade. O anarquismo é a negação de governo, isto é, é uma modalidade do socialismo, segundo a qual a sociedade pode viver sem governo ou poder coercitivo.

O socialismo pode ser libertário ou autoritário; libertário quando luta pela socialização dos bens terrestres negando o Estado; autoritário, quando deseja a socialização superintendida pelo Estado.

O socialismo quando libertário também é chamado de comunismo anárquico. O socialismo, quando autoritário é designado pelos nomes de social-democracia, marxismo, bolchevismo, ou ainda república socialista, etc.

Socialismo é, pois, a face econômica da questão social. Socialismo é igualdade econômica, anarquismo é a liberdade. Os socialistas-anarquistas são os que se batem pela igualdade e pela fraternidade. Os comunistas não anarquistas, os que, tal como os republicanos, pretendem dar ao povo uma liberdade econômica sob a escravidão política.

Por isso, uma vez mais afirmo que o anarquismo é a concretização máxima das doutrinas socialistas. (O LIBERTÁRIO, abril/maio de 2004, p. 02).

De forma similar ao exposto por Domingos Passos, em um livro cuja publicação com toda certeza fez parte da resistência anarquista no Brasil durante o regime militar – *Viva Eu, Viva Tu, Viva o Rabo do Tatu* – Roberto Freire afirmou, em 1977, que o

Anarquismo é, com efeito, e antes de tudo, sinônimo de socialismo. O anarquista é, em primeiro lugar, um socialista que visa abolir a exploração do homem pelo homem. O anarquismo é um dos ramos do pensamento socialista, onde predominam, fundamentalmente, o culto à liberdade e a vontade de abolir o Estado (FREIRE, 1977 p. 298).

Com tais afirmações e explicações, acredito ter esclarecido o significado de anarquismo para os anarquistas – o verdadeiro significado do termo, em sentido sócio-político. Em síntese: o anarquismo, ou socialismo libertário, ou comunismo anárquico, conforme fora muitas vezes chamado respectivamente por anarquistas russos e espanhóis, é uma ramificação do socialismo, que pretende ao mesmo tempo alcançar a liberdade social e a igualdade econômica, através de meios revolucionários extraparlamentares. Tais liberdade e igualdade só seriam possíveis com o fim do capitalismo, o fim do Estado e do autoritarismo, que mesmo sem Estado continuaria humilhando e submetendo as pessoas. Para o anarquista, anarquia é ordem. A sociedade anárquica seria uma sociedade livre e equilibrada – o contrário da sociedade estatal, violenta, autoritária e desequilibrada. Deve haver, por parte tanto do governo quanto daqueles que aspiram ao governo, sejam de esquerda ou de direita, no mínimo um desleixo ou uma falta de vontade de compreender realmente as propostas anarquistas de organização social, quando não uma prática consciente, embora dissimulada, de deturpar o anarquismo, classificando-o como desordem, violência ou falta de moral.



CAPÍTULO II – VERDADES E MENTIRAS NA HISTÓRIA DO ANARQUISMO

VERDADES E MENTIRAS NA HISTÓRIA DO ANARQUISMO

À medida que cresce o número de sindicatos, diminui a intensidade dos crimes nesta cidade.

Delegado da polícia de Santos, 1923.

[...] nós afirmávamos que só os comunistas dirigem bem os sindicatos. Começou então a suceder exatamente o contrário.

Joaquim Barbosa – um dos fundadores do PCB –, 1928.

Dentre os autores que escreveram sobre a história do anarquismo, alguns realizaram boas obras, outros, trabalhos equivocados. Por isso, são dois os objetivos do presente capítulo. contestar e esclarecer determinadas interpretações historiográficas referentes ao anarquismo e, simultaneamente, aproveitando os esclarecimentos, analisar um pouco da história do movimento anarquista no Brasil e em outras partes do mundo, até meados de 1940. Deixo claro que não é meu objetivo traçar uma análise historiográfica cronológica do desenrolar do anarquismo no Brasil, e por isso limito-me a interpretar momentos e situações específicas que considero fundamentais para o desenvolvimento de uma boa compreensão sobre o que realmente aconteceu com o movimento ácrata no Brasil.

2.1 Bolchevistas e anarquistas

Em 1969, Erich Hobsbawm escreveu um artigo intitulado *O Bolchevismo e os Anarquistas* – publicado em 1971, em Turim, em *Anarchici e Anarchia nel Mondo Contemporâneo* –, reeditado recentemente em um livro da editora Paz e Terra chamado

Revolucionários. No artigo são encontradas informações duramente inverídicas sobre o anarquismo. Sendo boa parte do mesmo composto de inverdades, necessário seria, para prová-lo quase todo inviável, tempo e espaço que infelizmente não disponho no momento. Mesmo assim, não deixarei de contestar algumas de suas afirmações. Em todo o texto estabelecendo paralelos entre anarquistas e bolchevistas, logo no primeiro parágrafo, Hobsbawm afirma:

[...] se investigamos a história do movimento comunista internacional no período da Revolução Russa e da Internacional Comunista, encontraremos uma assimetria singular. Enquanto os principais porta-vozes do anarquismo mantiveram viva sua hostilidade ao bolchevismo [...] a atitude dos bolchevistas dentro e fora da Rússia foi, por algum tempo, consideravelmente mais benevolente com respeito aos anarquistas (HOBSBAWM, 2003, p. 67).

Uma informação como essa, apresentada face à realidade, mais parece uma piada de mau gosto, além de não subsistir de forma alguma. Se houve algum tempo em que as atitudes bolchevistas em relação aos anarquistas foram benevolentes, realmente esse tempo foi muito curto, e muito possivelmente não consistiu mais que um jogo de interesses. Na verdade, em quase todos os países em que o anarquismo possuiu uma influência grande ou razoável, os bolchevistas e comunistas trataram de investir material e ideologicamente contra ele, salvo raros casos na Espanha, em que trotskistas e anarquistas combateram lado a lado tanto o fascismo quanto o stalinismo (que não deixa de ser uma espécie de fascismo de esquerda), durante a guerra civil, entre os anos de 1936 e 1939, e em alguns outros curtos intervalos de tempo. Nos primeiros anos da Revolução Russa, anarquistas e comunistas chegaram a combater conjuntamente nas frentes de batalha contra a reação monarquista (o anarquista Bill Chatov, por exemplo, chegou a liderar o Décimo Exército Vermelho), porém, poucos meses após o partido bolchevista tomar o poder, estes se voltaram contra os anarquistas, passando a persegui-los, prendê-los e assassiná-los, devido às duras críticas que os mesmos faziam à centralização cada vez maior de poder nas mãos

do partido. O exemplo mais citado referente a tais perseguições durante a Revolução Russa, é o caso da Ucrânia. Entre os anos de 1917 e 1919, realizou-se na Ucrânia uma série de experiências anarquistas: até maio de 1919, os ucranianos organizaram-se livres de qualquer autoridade externa. Os camponeses formaram comunas livres, nas quais tanto homens quanto mulheres trabalhavam; os chefes eleitos se revezavam;¹ as comunas – cada uma delas composta por uma média de 200 casas – e sovietes realizavam o que era decidido por seus executores, além de estarem federadas em distritos e em regiões interligadas e independentes de qualquer controle partidário ou estatal; Volin, Baron e Archinov organizaram uma Comissão de Cultura e Educação, através das quais planejaram escolas racionalistas e programas de educação para adultos. “O soviete livre local garantia a cada uma o gado e as ferramentas agrícolas confiscadas aos nobres e latifundiários”, e o Exército dos Camponeses Livres garantia a segurança de cada uma das comunas (COSTA, 1980, p. 94-95). Não se submetendo às ordens do partido de Lênin, os anarquistas ucranianos, e todos os outros anarquistas russos, com exceção daqueles que aderiram ao partido, passaram a ser considerados contra-revolucionários – “anarco-bandidos”, no dizer de Trotski – pelos líderes bolchevistas. Em novembro de 1920, um dia depois de ter sido obtida a vitória conjunta de anarquistas e bolchevistas sobre a reação monarquista (o barão Wrangel e suas tropas foram derrotados na Criméia, por obra do Exército dos Camponeses Livres) – graças a um pacto de aliança entre os exércitos vermelho e negro –, os anarquistas foram traídos, sob os auspícios de Trotski, e passaram a ser perseguidos e assassinados em massa. Antes disso, haviam tido seus congressos e imprensa legalizadas publicamente pelo governo comunista, como parte do

¹. “Ninguém conhece melhor os bons técnicos ou a capacidade de cada companheiro do que os próprios companheiros. Logo, natural e espontâneo é, que o chefe de serviço seja apontado ou proclamado pelos próprios camaradas. [...] Assim, confiados os serviços às associações ou grupos profissionais, a esses compete escolher o mais competente para dirigir o serviço, sujeito, naturalmente, a ação dele à anuência, crítica ou discussão da assembléia”. Ver OITICICA, José. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*. São Paulo: Econômica, 1983, p. 82-83.

acordo de trégua. No entanto, logo após a vitória comum, em Moscou, Petrogrado e outras regiões, a Tcheka iniciou as prisões em massa, destruindo tipografias (como a Golos Truda, que publicava livros anarquistas, destruída seqüencialmente três vezes por soldados bolchevistas), declarando ilegal o congresso anarquista que se preparava para o mês de novembro, e assassinando os vitoriosos da Criméia. Os Camponeses Livres resistiram, abrindo caminho de Guliai-Polie a outras regiões, até agosto de 1921, quando foram definitivamente derrotados pelos traidores bolchevistas. Seguiriam prisões em massa, torturas e fuzilarias, principalmente na Ucrânia. Importantes militantes e ideólogos do anarquismo russo, como Liev Tchiorni, tombaram assassinados injustamente pelos defensores da “ditadura do proletariado”, que consideravam “o movimento libertário como um movimento pequeno-burguês em plena decadência, e mesmo em vias de desaparecimento natural” (SERGE, [1987], p. 89-138).

Fora da Rússia, muita coisa parecida aconteceu. O Brasil foi um dos países nos quais, sob as ordens do Partido Comunista Russo, os comunistas tumultuaram conferências libertárias, perseguiram e até assassinaram militantes anarquistas que possuíam um certo destaque nos meios operários. No ano de 1921, Astrojildo Pereira, que já transigia do anarquismo ao bolchevismo, encontrou-se com Ramison Subiroff – delegado da III Internacional Comunista para a América Latina. Como consequência de tal encontro, em março de 1922, seria formado o Partido Comunista Brasileiro.

No Brasil, no início da década de 1920, chegavam as vinte e duas condições de adesão à Internacional Comunista. A nona conclusão da Internacional afirmava que

Os partidos desejosos de pertencer à Internacional Comunista, devem sustentar uma propaganda perseverante e sistemática no seio dos sindicatos, cooperativas e demais organizações de massas operárias. Núcleos comunistas devem ser formados, cujo trabalho, pertinaz e constante, conquiste os sindicatos para o comunismo. Será do seu dever revelar a cada instante a traição dos social-patriotas e as hesitações do “Centro”. Esses núcleos

comunistas, devem [sic.] ficar completamente subordinados ao conjunto do partido. (RODRIGUES, [1978], p. 30).

Enquanto isso, Lênin, acusado por um júri de honra de seu próprio partido, de ter difamado trinta e um menchevistas, justificava e ilustrava sua atitude, com comentários sobre a maneira correta de se lidar com adversários políticos, apresentando a seguinte estratégia:

Atacando adversários, é a forma e não o fundo que importa. É, em suma, a forma que representa o tom que constitui toda a música. É, portanto, a forma que deve suscitar no espírito do leitor ou do auditório o ódio, o desgosto, a aversão, para com aqueles que são atacados. O alvo da forma não é convencer, mas desagregar as filas dos adversários, não corrigir seus erros, mas aniquilar, fazer taboa rasa da sua organização e da sua obra. A forma do ataque deve ser tal, que invoque os pensamentos mais ruins [sic.] e a suspeição, devendo semear a desordem, a confusão nas filas do proletariado (RODRIGUES, [1978], p. 83).

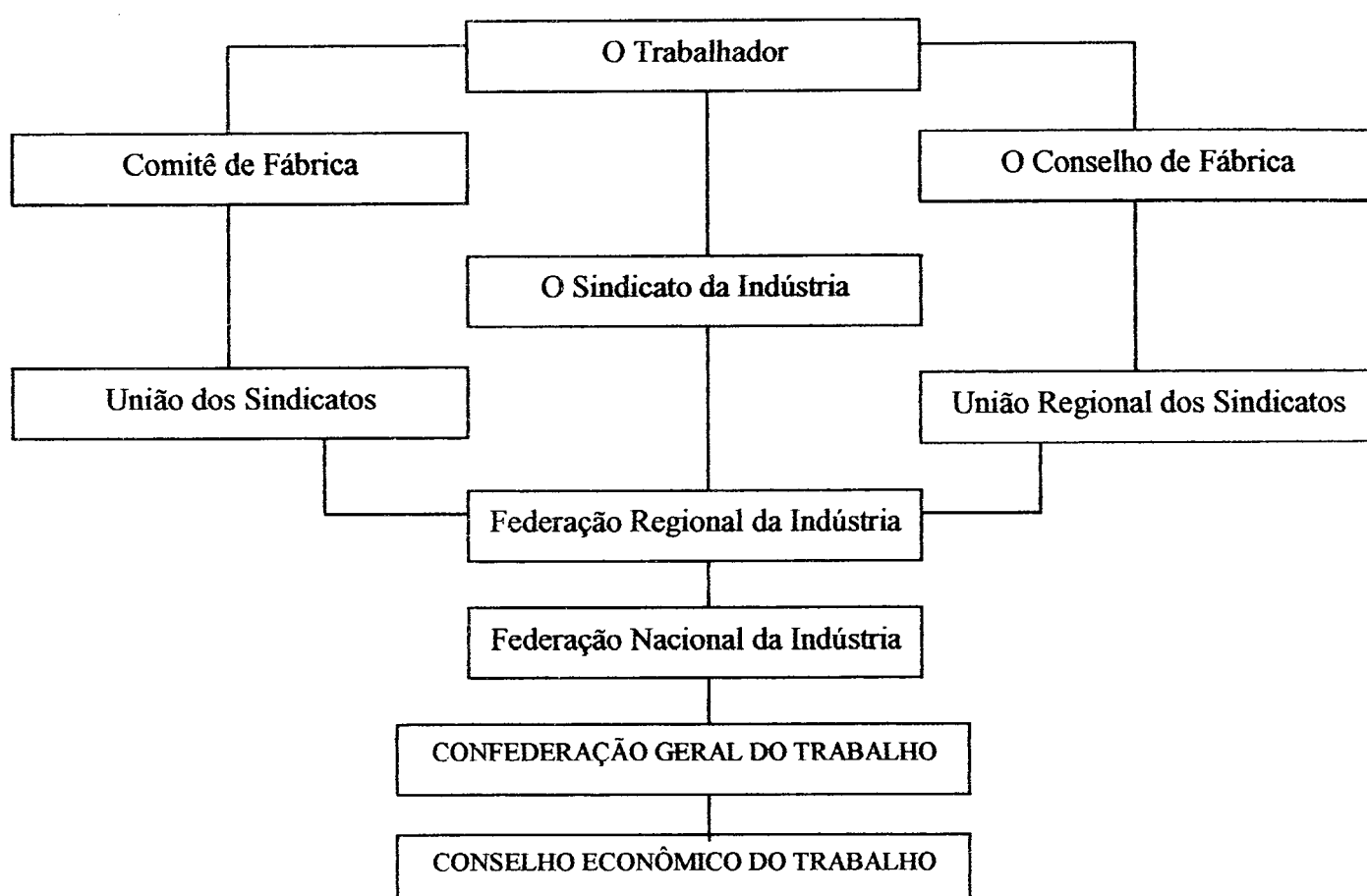
No Brasil, estas e outras diretrizes leninistas foram literalmente colocadas em prática pelos ex-anarquistas que formaram o Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Na tentativa de apoderar-se dos sindicatos de ação direta e transformá-los em sindicatos de partido, os comunistas passaram, em princípio, a tentar convencer os anarco-sindicalistas de que a formação de um partido e a tomada revolucionária do poder político, a exemplo do caso russo, era o caminho mais rápido e correto para se realizar a revolução social. Tais propostas, ao invés de serem conscientemente debatidas e analisadas, geraram debates infrutíferos que, com o passar dos dias, tornar-se-iam cada vez mais violentos, principalmente no Rio de Janeiro (DULLES, 1977, p. 160-186). Em pouco tempo, tendo em vista o cumprimento das vinte e duas condições que permitiriam filiar o PCB à Internacional, os comunistas iniciaram uma série de tumultos em reuniões e assembléias, que terminaram por desembocar em violência física e até mesmo em assassinatos. Ao mesmo tempo, acalorando as discussões, em 1922 e 1923, começaram a chegar ao Brasil, diretamente ou via Portugal e Argentina, notícias de fuzilarias e prisões realizadas pelo governo bolchevista contra anarquistas e demais trabalhadores sem partido, na Rússia. Os

comunistas brasileiros, para evitar que tais acusações fossem levantadas contra Moscou, não somente alegavam que eram falsas, como também não vacilavam em usar de intimidações e violência, aliás, pouco antes da formação do PCB, Astrogildo Pereira e seus seguidores já tumultuavam nos sindicatos. Edgar Rodrigues, em *Novos Rumos*, citando as memórias dos militantes Diamantino Augusto e José Marques da Costa, apresenta o caso dos irmãos Silva, que, no Sindicato da Construção Civil, sacaram de suas pistolas, para tentar impedir que críticas fossem levantadas contra Moscou. Comenta também o atentado de Olger Lacerda contra a vida de Marques da Costa, e o assalto realizado, durante a noite, ao Sindicato dos Sapateiros, de onde os bolchevistas brasileiros carregaram todos os documentos e mobília, além de outros tristes episódios (RODRIGUES, [1978]). Conseqüentemente, na tentativa de conseguir adesões à Internacional Sindical Vermelha, sediada em Moscou, e mediante as duras críticas e exigências realizadas pelo Comintern, os comunistas acabaram por auxiliar de um jeito ou de outro, com suas ações, as autoridades de Artur Bernardes a desagregar e enfraquecer o movimento operário brasileiro, que receberia seu golpe de morte durante a ditadura Vargas, devido ao controle que o Estado passou a exercer sobre os sindicatos e a perseguição aberta e generalizada de militantes socialistas, a partir de 1935. As perseguições e assassinatos, realizadas pelos bolchevistas do Brasil, duraram vários anos. Em 1928, os “tchekistas brasileiros” elaboraram uma lista de anarquistas que deveriam ser assassinados, na qual constava o nome do professor José Oiticica, que, avisado a tempo, não compareceu a um encontro na Rua Frei Caneca, número 4 – na União dos Trabalhadores Gráficos –, no Rio de Janeiro. Os comunistas João da Costa Pimenta, Octávio Brandão, Roberto Morena, Araújo Lima, Pedro bastos e Eusébio Manjão, foram os executores do plano (OITICICA, 1983, p. VII). Percebemos claramente que, pelo menos no caso Rússia e Brasil, os bolchevistas nem sempre foram tão benevolentes com os anarquistas.

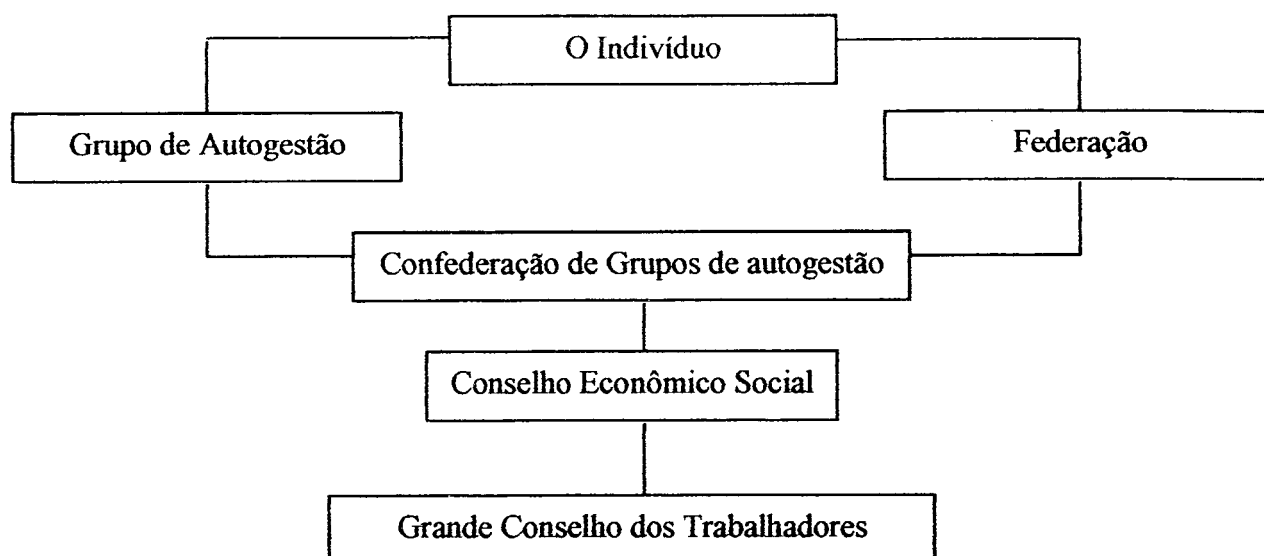
No artigo já citado, Hobsbawm prossegue com seus preconceitos sobre o anarquismo: “[...] o marxismo está ativamente comprometido [...] com a convicção de que liderança, organização e disciplina são indispensáveis, sendo inadequado qualquer movimento apoiado em mera ‘espontaneidade’” (HOBSBAWM, 2003, p. 68).

Aqui, o exagero de Hobsbawm indica, pelo menos, um conhecimento bastante superficial do anarquismo como teoria – que pode ser fruto de um desinteresse maior da realização de um estudo sobre o anarquismo como movimento. Embora os anarquistas valorizem a espontaneidade individual como manifestação genuína e livre do espírito humano, e as rebeliões espontâneas como manifestações naturais de combate à autoridade, o anarquismo não se funda em qualquer “espontaneidade”. Acreditam, no entanto, que as revoltas espontâneas possuem muito mais sentido e coerência que as “revoluções” artificiais não-espontâneas, controladas do alto por *Inteligências* soberanas, que não pegam em fuzis por estarem mui ocupadas selecionando revolucionários e socializando as terras através da violência, para o povo pobre que não possui consciência da necessidade de socialização. “Os anarquistas não rejeitam a organização, mas nenhum deles procura dar-lhe uma continuidade artificial” (WOODCOCK, 2002, V.1, p. 17). As organizações anarquistas, principalmente as grandes organizações sindicais, como a Confederação Nacional do Trabalho, da Espanha, e a Confederação Operária Brasileira, sempre procuraram mais orientar e esclarecer os trabalhadores através do exemplo – a propaganda pela ação – e da educação, do que chefiar as “massas”. Observemos os esquemas organizativos seguintes. São modelos de organizações anarco-sindicalistas que, no entanto, “não obedecem a nenhuma forma mágica e/ou rígida” podendo “ser alterados e corrigidos quantas vezes forem decididas livremente em assembléias de trabalhadores” (RODRIGUES, 2004, p. 63-65):

- O Sindicalismo no Plano Econômico:



- O Sindicalismo no Plano Político:



- O Sindicalismo no Plano Social:



Analisando a história da Confederação Operária Brasileira, da Federação Operária do Rio de Janeiro, das ligas e comitês operários de solidariedade a presos políticos nacionais e internacionais, das bibliotecas e escolas libertárias e de outros órgãos, percebemos que, para que pudessem funcionar com sucesso, organizações desse tipo necessitavam de muito mais que mera espontaneidade. Veremos que foram a repressão estatal e a desagregação comunista, os principais responsáveis pela desorganização do movimento operário – majoritariamente anarquista –, do início do século XX.

No Brasil, entre 1904 e 1906, várias associações libertárias formaram federações e, por iniciativa dos trabalhadores do Rio de Janeiro, foi realizado, entre os dias 15 e 20 do mês de abril, de 1906, o 1º Congresso Operário Brasileiro. Deste congresso saíram a Confederação Operária Brasileira e o jornal *A Voz do Trabalhador* – cujo primeiro número apareceu em julho de 1908, vindo a encerrar suas publicações em dezembro de 1909, para retornar em meados de 1985, um ano após a queda do regime militar. Com a fundação da COB, foi apresentada e aprovada a moção que segue abaixo:

Considerando

Que a ação operária constante, maleável e pronta, sujeita às condições de tempo e de lugar seria grandemente embaraçada por uma centralização;

Que a solidariedade deve ser consciente e o concurso de cada unidade só tem valor quando voluntariamente dado;

Que o abandono do poder nas mãos de poucos impediria o desenvolvimento da iniciativa e da capacidade do proletariado para se emancipar, com risco ainda de serem os seus interesses sacrificados aos dos diretores;

Que o desenvolvimento da indústria brasileira faz-se no sentido de exigir de todos os trabalhadores, sem distinção de ofícios, uma solidariedade cada vez mais estreita, tendendo a abolir as barreiras que separavam as corporações de ofícios;

Que a união de sociedades por pacto federativo garante a cada uma a mais larga autonomia, devendo esse princípio ser respeitado nos estatutos da Confederação Operária Brasileira;

O Congresso considera como único método de organização compatível com o irreprimível espírito de liberdade e com as imperiosas necessidades de ação e educação operária, o método – federação – a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação e como unicamente admissíveis simples delegações de função, sem autoridade (CUBERO, 2004, p. 8-9).

Fica claro que os anarquistas consideram que a centralização é incompatível com o desenvolvimento consciente da liberdade e do compromisso social, e que acreditam firmemente na superioridade da descentralização e da federação como meios para se transformar a sociedade – eis a diferença de organizações anarquistas e organizações partidárias. Se os anarquistas formassem um partido – como afirmam que seria sua única salvação, alguns jovens do Partido Comunista do Brasil –, a confederação perderia seu sentido de ser, deixaria de ser um ponto de união e unidade dos vários sindicatos autônomos. Lembremos que as confederações anarquistas, diferentes das confederações capitalistas, não possuem qualquer poder legislativo ou executivo sobre as organizações e grupos que as compõem. As decisões de caráter geral são propostas em cada sindicato ou associação e levadas à federação, para mais à frente serem acordadas dentro da confederação, enquanto que cada grupo proletário possui autonomia para lidar com questões locais – a confederação funciona de acordo com as decisões da base. A formação de um “partido anarquista”, além de uma contradição com a ideologia libertária – que nem defende ditaduras como fases de transição, nem a atuação parlamentar, muito menos um governo de trabalhadores ou qualquer outro tipo de governo –, facilitaria o trabalho desagregador do Estado, visto que tal partido centralizaria, para poder controlar de cima para baixo, todas as organizações, todas as escolas, todas as associações, em uma palavra, todos os militantes e centros de resistência; instituiria uma hierarquia desnecessária ao pleno funcionamento das associações, anulando suas autonomias, de forma que bastaria ao Estado “assassinar o pastor” para que as ovelhas se dispersassem. Assim, foram realizados mais dois congressos operários no Brasil: o segundo ocorreu de 08 a 13 de setembro de 1913, e o terceiro entre os dias 23 e 30 de abril, de 1920, dois anos antes do “estado de sítio bernardista” entrar em ação, assassinando centenas e deportando outras centenas de ativistas libertários. Naquele último congresso, os trabalhadores criaram “uma

comissão executiva com cinco seções regionais e cinco secretários, chamados excursionistas, que tinham a missão de viajar para organizar as Federações locais”, visando prosseguir no desenvolvimento do movimento operário e preparar seu 4º Congresso (CUBERO, 2004, p. 12).

Exemplo de compromisso e organização anarquista, além da Confederação Operária Brasileira, foi a Confederação Nacional do Trabalho – organização anarco-sindicalista espanhola, nascida em Barcelona, no ano de 1910. A influência da CNT na Espanha foi tanta, que pouco mais que um ano antes da guerra civil ter início, os monarquistas, classificando seus inimigos, no jornal *ABC* de 27 de dezembro de 1934, apresentaram um número de 1.577.000 filiados à CNT, enquanto que o Partido Socialista Operário Espanhol e o Partido Comunista Espanhol possuíam, respectivamente, 200.000 e 13.000 filiados, e a União Geral do Trabalho (organização socialista) possuía uma média de 1.444.000 filiados (CNT, 1999, p. 19). Entre 1936 e 1939, os sindicatos, de forma especial os da CNT, se apoderaram de várias empresas, de modo que a Assembléia Geral dos Trabalhadores ficou responsável pela organização das fábricas. Em regiões em que a CNT era forte, praticamente todos os serviços foram coletivizados (metalurgia, indústria madeireira, transportes, saúde, imprensa, terra, etc.). Vejamos os estatutos de uma coletividade da CNT, datado de agosto de 1938, e compreenderemos melhor a forma de atuação daquela confederação de trabalhadores:

Artigo 1. – Esta Coletividade tem por objetivo reger-se de maneira livre, independente, e a terra apropriada, juntamente com a que ofereceram os companheiros, será cultivada em coletividade.

Art. 2. – Essa Coletividade defenderá e divulgará o apoio mútuo de todos os companheiros que a compõem. Da mesma forma, dará assistência em todas as enfermidades, tanto as simples quanto as que exigem cirurgia, em todos os seus aspectos.

Art. 3. – Esta Coletividade, a fim de desenvolver-se da maneira mais ampla, dividir-se-á em diferentes seções, que são: Víveres, Construção, Agricultura, Horticultura, Avicultura, Estatística, Pecuária, etc. Estas seções terão suas comissões correspondentes que cuidarão do bom andamento das mesmas nomeará para o caso os companheiros considerados mais convenientes.

Art. 4. – Essa Coletividade dá ampla liberdade à todos os companheiros que queiram ingressar na mesma, contribuindo ou não, ficando ao sair, no caso de não continuar, do mesmo modo que entraram:

a) Se um entra com dívidas terá de pagar à Coletividade, se achar conveniente. Se por diferentes causas, não quiser continuar, terá de pagar o que a Coletividade lhe pagou e cobrará o que aportou de maneira prudencial, sempre que houver fundo e não dificulte a vida econômica da Coletividade.

Art. 5. – Todas as famílias que ingressarem na Coletividade terão de aportar à mesma tudo o que possuírem, isto é: maquinaria, ferramentas, todos os tipos de cereais e produtos do campo e pesetas que cada um tiver em seu poder.

Art. 6. – Esta Coletividade criará refeitórios coletivos, se achar necessário.

Art. 7. – Todo companheiro que tiver de sair da localidade por assuntos urgentes, sejam enfermidades, assuntos de família, etc., a Coletividade colocará à sua disposição tudo o que o caso exigir para cobrir seus gastos.

Art. 8. – A vida econômica e material dos componentes da Coletividade será estruturada da maneira que acharem mais conveniente.

Art. 9. – Todos os membros da Coletividade quando tiverem cumprido os sessenta anos ficarão livres do trabalho, conservando os mesmos direitos.

Art. 10. – Também haverá exceções nos casos de enfermidade e que seja conveniente retirar-se antes da idade citada.

Art. 11. – Tudo o que não estiver previsto nestes estatutos, poder-se-á acordar em Assembléia extraordinária para esse feito (C.N.T., 1999, p. 53-55).

O interessante é que todas essas regras foram estabelecidas pelos próprios trabalhadores que organizaram a coletividade, tendo como base os princípios anarquistas. Com efeito, fica claro que anarquismo não é a falta de regras ou normas, mas sim, a participação de todos na elaboração das mesmas. Vale salientar que, em Espanha, as coletividades funcionaram tanto nos campos quanto nas indústrias, impressionando viajantes libertários e liberais, como Vernon Richards, Franz Borkenau e Gerald Brenan, que visitaram a Espanha durante a guerra civil. Borkenau, em 08 de agosto de 1936, visitando várias oficinas coletivizadas registrou, sobre uma delas em particular: “Inegavelmente, a fábrica que vi é um grande sucesso para a CNT [...]. Visitei os homens em suas máquinas. As salas pareciam arrumadas, e o trabalho era feito de maneira regular”. Borkenau ficara impressionado com o grau de eficiência dos trabalhadores e dos sindicatos anarquistas, ao visitar uma fábrica em que, desde a socialização, os trabalhadores haviam consertado dois ônibus, terminado um que estava em construção e construído um outro totalmente novo. “É uma fábrica enorme, e as coisas não poderiam ter sido arranjadas para

impressionar um visitante, se elas estivessem realmente péssimas” (WOODCOCK, 2002, v.2. 160-162). A visão de anarquismo como “mera espontaneidade” é. Com toda certeza, uma visão preconceituosa. José Oiticica, em *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, afirma que quando em anarquismo se diz liberdade, não se diz licença. “No estado de licença não há regime nem sistema social. Cada qual faz o que entende, cada cabeça da uma sentença, o acordo é impossível, e irrealizável a vida”. Para Oiticica, “liberdade pressupõe acordo mútuo”, ou seja, “limitação da vontade e compromisso moral” para que possam ser realizados com sucesso os acordos anteriormente acertados.

Se sou pedreiro e me associo com um carpinteiro, um entelhador, um pintor, um ferreiro para construirmos juntos cinco casas, uma para cada um, e se, feita a minha, alego qualquer pretexto para não ajudar os outros, ou se falho ao serviço, já chego tarde ou saio cedo, impeço ou dificulto a realização do acordo feito, cerceio a ação dos demais, tiro-lhes a liberdade de trabalho (OITICICA, 1983, p. 81).

Ainda em *O Bolchevismo e os Anarquistas*, Hobsbawm prossegue, iniciando uma observação final que encerra seu artigo: “A posição bolchevista em relação aos movimentos anarquistas e anarco-sindicalistas existentes era surpreendentemente benévola [...]” (HOBSBAWM, 2003, p. 78). Não deixo de ficar surpreso com tamanho equívoco historiográfico. Lembro que os eventos citados são apenas alguns exemplos das arbitrariedades cometidas pelos bolchevistas sobre os anarquistas. Confesso que, até agora, salvo alguns episódios na Espanha, durante a guerra civil, no Brasil, durante a reorganização do Centro de Cultura Social de São Paulo após a ditadura de Getúlio e após o regime militar implantado em 1964, e na Rússia, durante a revolta dos marinheiros de Cronstadt, não encontrei qualquer caso em que os bolchevistas e marxistas-leninistas tenham sido benévolos ou solidários para com os anarquistas. Mediante a chacina realizada pelo governo comunista russo, durante a Segunda e Terceira Internacional Comunista, contra os anarquistas, alguns socialistas, indignados, exigiram ao

menos o exílio dos anarquistas presos, que participaram ativamente do processo revolucionário... Muitos daqueles socialistas tombaram. Bem antes disso, Em 1866, no Congresso de Genebra da I Internacional, fundada em 1864, tendo sido o Comitê Central substituído pelo Conselho Geral, Marx já havia lançado, sem sucesso, calúnias sobre Proudhon, tentando convencer e trazer para seu lado Tolain e Fribourg, proudhonianos influentes no seio daquela Organização. Dois anos depois, quando Bakunin e seus discípulos passaram a fazer parte da Internacional, disputas entre socialistas libertários (federalistas) e autoritários (a favor de um Estado operário) teriam início. Marx concebia a Internacional como um organismo direcionado de cima para baixo, enquanto que para Bakunin, ela deveria ser formada por federações de grupos autônomos; embora Marx censurasse a burguesia, propunha apoiá-la sempre que ela tentasse implantar reformas políticas em benefício dos trabalhadores. Já Bakunin, mais radical, era contrário a qualquer tipo de apoio aos políticos burgueses, assim como era contra a participação de trabalhadores no parlamento. No Congresso de Basileia, em 1869, Bakunin propôs que fosse incorporado ao programa da AIT um item sobre a necessidade de se combater a herança, argumentando que “a propriedade hereditária era a base sobre a qual se assentava a ordem social existente”, e sua abolição seria essencial à dissolução do Estado. Embora G. Eccarius, instruído por Marx, afirmasse que a abolição da herança seria fruto da revolução, e que não havia necessidade de se transformar tal reivindicação em algo primordial, em uma primeira fase revolucionária; e apesar da tese de Bakunin ser derrotada pela enorme quantidade de votos brancos, a pouca influência do Conselho Geral, comandado por Marx foi demonstrada – Bakunin havia conquistado a opinião de muitos delegados internacionais. Preocupado com a crescente influência do anarquista no seio da AIT, Marx convocou para o verão de 1871 uma conferência de caráter privado em Londres, com a participação da maioria dos congregados marxistas, expressando-se a favor de um partido operário. Enquanto isso, em novembro, reuniu-se em Sonvillier, discordando da maneira através

da qual Marx tentava controlar o Conselho Geral e formulando uma organização operária descentralizada, delegados do Jura, expatriados genebrinos, representantes de federações bakuninistas da Espanha e da Itália, holandeses e ingleses. Em 1872, Marx convoca um Congresso em Haia, longe da Suíça, da Espanha e da Itália, onde ele sabia que teria problemas com os libertários, no qual seus congressistas aprovaram a expulsão de Bakunin e os que a ele estivessem ligados, da AIT. Além disso, mudou a sede do Conselho Geral da AIT para Nova York, o que teria como resultado o fim da I Internacional, distanciando-a do contato e do apoio de suas bases obreiras. Assim, em 1873, as federações italiana, espanhola, belga e holandesa rompiam com o Conselho Geral Marxista, o mesmo vindo a ser feito pela federação britânica (COSTA, 1981, p. 66-76; WOODCOCK, 2002, v.2, p. 07-50). Continuamos dizendo não à hipocrisia.

2.2 O falso fim do anarquismo no Brasil

José Antônio Segatto, autor do livro *Breve História do PCB*, afirma que a derrocada do anarquismo e a ascensão do comunismo, dentro dos movimentos de trabalhadores brasileiros, a partir da década de 1920, deveu-se ao fato de que tanto o anarquismo quanto o socialismo reformista “se mostraram incapazes de superar e oferecer uma saída aos problemas postos pela realidade histórica do movimento operário, isto é, de transformar essas lutas de fundo econômico e as mobilizações espontâneas em um movimento político organizado”, visto que faltava ao movimento operário “um centro coordenador, um comando geral à altura das circunstâncias, em suma, uma direção política, que só um partido independente de classe poderia imprimir a todo movimento” (SEGATTO, 1989, p. 21). Já para historiadores como Gianpaolo Dorigo e Cláudio Vicentino, autores de livros didáticos, o anarquismo não teria sido capaz de acompanhar as novas

Quando foram feitas comparações sobre a angústia e o sobressalto dos comunistas e dos anarquistas que enfrentaram o “terror Bernardes”, os comunistas às vezes admitiam que os anarquistas padeceram mais. [...] Os documentos anarquistas mostram que, dos 15 militantes mandados para a Colônia do Centro Agrícola Clevelândia, no rio Oiapoque, que separa o Brasil da Guiana Francesa, seis pereceram. Os comunistas, que não sofreram reveses de tal espécie, ao anunciar que o inferno da Clevelândia não fora pior do que o de Carneiro Fontoura, estavam completamente equivocados (DULLES, 1977, p. 211).

Dessa forma, nos sindicatos brasileiros, autonomia passara a ser substituída pela burocracia, necessária à existência do centralizado controle partidário – o comando geral – sobre as “massas” operárias. Analisemos alguns significativos trechos de publicações ligadas ao movimento operário da década de 1920 (respectivamente *A Pátria*, de 17/08/1923; *O Trabalho*, de 23/03/1925; e *Grupo Braço e Cérebro*, de 1928) –, encontrados no livro *Novos Rumos*, de Edgar Rodrigues, e teremos uma idéia do trabalho realizado pelos bolchevistas brasileiros, dentro dos sindicatos:

Eles (os bolchevistas) que hoje ameaçam a precária existência dos 3 (três) sindicatos onde pontificam, foram ontem, sob a capa de falsos anarquistas, quem derrotou a forte organização local, o nosso querido “Voz do Povo” e tudo o mais que era vida, ação, movimento do proletariado (RODRIGUES, [1978], p. 179).

Toda gente sabe o que foi, como exemplo de atividade e organização, a classe dos Operários em Calçados. Vai longe, porém, o tempo em que ela se arregimentava para a resistência às iníquas imposições da classe patronal, conquistando por vezes melhores triunfos e um lugar de destaque entre as nossas associações de classe, na sua curta mas brilhante existência. No entanto, rápido como a vitória, veio a decadência. Extinguiu-se a sociedade como organização de resistência e hoje, os operários em calçados, cujo número se conta por muitos milhares, reduziram-se apenas a uma associação de classe, a Caixa Beneficente, que representa um número pequeno e pouco significativo dos trabalhadores em calçados (RODRIGUES, [1978], p. 216).

Os anarquistas tentavam, então, impedir a desorganização dos sindicatos de Ação Direta, sobre cujas ruínas o P. C. B. queria fundar novos sindicatos de ação indireta; transformar, portanto, trabalhadores conscientes, que por suas mãos se queriam libertar, em autômatos que entregassem sua emancipação aos deputados comunistas (*Grupo Braço e Cérebro*, RODRIGUES, [1978], 281).

Antônio Venâncio, Joaquim Bastos, Francisco Pinto, e outros operários. Damião José da Silva (que por sinal, também era comunista) e o anarquista Antonino Dominguez faleceram. “As brigas e os atentados dos partidários da ditadura do proletariado contra seus ex-camaradas, foram mais prejudiciais do que as investidas policiais” (RODRIGUES, [1978], p. 36, 279-323). Em 1935, treze anos após a fundação do PCB, a Internacional Comunista observava que, no Brasil, “os remanescentes do anarco-sindicalismo” não tinham “ainda sido de todo superados”, aproveitando para criticar os partidos comunistas da América Latina, devido a suas incapacidades de tirar suficiente proveito do rápido declínio das organizações anarquistas e anarco-sindicalistas (HOBSBAWM, 2003, p. 74). Segundo Vamireh Chacon, o Partido Comunista Brasileiro “pixou a palavra anarquismo de uma maneira tão radical que até hoje ela está contaminada de um significado falso e pejorativo de desordem e de arbitrariedade, quando eram exatamente essas dimensões que ela procurava combater” (PINHEIRO, 1979, p. 364-365).

Posso concluir que outras foram as circunstâncias que levaram o anarquismo no Brasil a enfraquecer consideravelmente, durante a República Velha. As causas do enfraquecimento de sua atuação e influência no cenário social brasileiro foram, em primeiro lugar: a sistemática e crescente perseguição realizada pelo Estado brasileiro, desde 1904, aprofundada durante a seqüencial trilogia governamental de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís, e finalizada por obra ditatorial do “pai dos pobres”, e o surgimento de divisões ideológicas mais profundas e de cismas violentos, no seio do proletariado do Brasil, após a Revolução Russa. E em segundo lugar, conforme explicou Jaime Cubero, além da perseguição estatal e das más ações comunistas, podemos citar: o surgimento do fascismo; a cooptação das conquistas e práticas operárias, distorcidas pelo Estado em forma de leis; o processo de migração interna; “e a hábil formação de lideranças burguesas (amarelas) por parte do Estado” (CUBERO, 2004, p. 16-17).



Os primeiros partidos socialistas reformistas, fundados no Brasil a partir de 1890, possuíram vida muito efêmera. Seus fundadores, como Gustavo Lacerda, Luis França e Silva, José Augusto Vinhaes e Vicente de Souza, embora uma vez ou outra apoiassem reivindicações de caráter anarquista, geralmente se opunham à greve, além de defenderem reformas que necessitavam do apoio ou da iniciativa das elites – o que os impedia de estarem mais intimamente ligados aos trabalhadores e a suas reivindicações mais urgentes.² Leslie Maram é decisivo quando afirma que as poucas conquistas realizadas pelo movimento operário, entre 1890 e 1920, “foram praticamente resultado da ação dos anarquistas” (MARAM, 1979, p. 114). Tais conquistas indicam um movimento potencialmente capaz e mais organizado que os demais partidos existentes na época. Tamanha organização e crescente propagação fizeram com que, a partir de 1904, o anarquismo passasse a ser sistematicamente combatido pelo Estado brasileiro. No início de 1904 seria aprovada a Lei Adolfo Gordo, através da qual os militantes estrangeiros passariam a serem expulsos do Brasil. Outras leis surgiram em 1907, 1913 e 1917, tendo culminado a repressão com a fundação dos centros de tortura de Ilha das Flores, de Ilha Rasa, da Ilha do Bom Jesus, da Colônia Penal Três Rios e do campo de concentração do Oiapoque – a Clevelândia –, pelo governo de Artur Bernardes (1922-1926), para os quais eram mandados anarquistas e demais operários indesejáveis. Só à Clevelândia foram enviados mais de mil militantes anarquistas, dos quais mais de quinhentos vieram a falecer (CUBERO, 2004, p. 16).

Getúlio Vargas daria cabo de um movimento anarquista em reorganização – que reivindicava

² Em 5 de junho de 1892 foi fundado o Partido Operário Norte-rio-grandense. O partido, na data de sua fundação, contava com mais de 82 membros – coisa que, comparado ao número de habitantes do nosso estado naquela época, demonstra uma quantidade razoável de filiados. Até então, só existiam no Rio Grande do Norte o Partido Conservador e o Liberal, no entanto, o Partido Operário não possuía um caráter revolucionário, tendo sido possivelmente formado e controlado por proprietários, para conter qualquer mobilização oriunda dos trabalhadores – na moção publicada no jornal *A República*, nº 173 – um sábado –, 9 de julho de 1892, é claro o apoio a daquele partido a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (DIÁRIO OFICIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 14 de agosto de 1999, p. 01). Em vários exemplares de *A República* de 1917, foram publicados vários ataques aos anarquistas, feitos principalmente por Juvenal Lamartine.

seis horas de trabalho por dia, fundava ligas anticlericais, combatia o fascismo e trazia de volta à vida as escolas operárias e os jornais independentes. Conforme atesta o breve histórico da Confederação Operária Brasileira, publicado entre março e abril de 1988, nas páginas de *O Inimigo do Rei*,

Em 1934, após enfrentamentos com os fascistas e com o Governo, o movimento anarco-sindicalista sofre as maiores repressões, tendo muitos de seus militantes mortos, presos, ou deportados.

A partir de 1934 Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, proíbe a existência de sindicatos livres, cria o imposto sindical e a CLT, nela colocando – em forma de lei – todas as conquistas das lutas e greves anteriores. Getúlio promove a migração interna trazendo camponeses para a cidade e ajudando a indústria a eliminar os serviços especializados desempenhados por operários estrangeiros considerados como agitadores.

Em 1937, Getúlio dá um Golpe de Estado e impõe uma Ditadura. Entre os fatores de esvaziamento da luta sindical a partir dessa data, podemos citar o papel dos comunistas de apoio ao Governo na destruição dos Sindicatos Livres e do lançamento entre os operários de um ideal reformista de “tomada do poder pelo Partido Operário”; a criação de Sindicatos sustentados pelo próprio governo e a repressão feroz contra o movimento anarquista e anarco-sindicalista, pelo Governo e pelo PC (*O INIMIGO DO REI*, março/abril de 1988, p. 03).

Não podemos esquecer a nefasta atuação da Igreja Católica, contra as organizações operárias. A Igreja, através de sua imprensa, em muito contribuiu com a deturpação do ideal e da personalidade de vários anarquistas, além de ter apoiado o fascismo brasileiro – o movimento Integralista, do qual foi chefe, no estado do Rio Grande do Norte, o erudito e respeitabilíssimo folclorista Luís da Câmara Cascudo –, incitando o conflito entre trabalhadores – e, com a ajuda da polícia – e realizado o levantamento de suspeitas e acusações sobre militantes operários de destaque, ao mesmo tempo em que fazia vista grossa às truculências e assassinatos cometidos pelos policiais contra os trabalhadores, aliás, Igreja e polícia formavam uma dupla sinistra, na operação de crimes contra as classes pobres.

Um caso que entrou para a história foi o estupro seguido de assassinato, cometido por padres católicos, da menina Idalina, em São Paulo. Em meados de 1910, Idalina Stamato, menina

órfã, com oito anos de idade foi internada no Colégio-Orfanato Cristóvão Colombo, dirigido pelo padre Faustino Consoni – teria sido estuprada pelo padre Stefani, e assassinada com pancadas de pá, quando tentava fugir, pelo diretor do Orfanato. Logo, os jornais anarquistas e anticlericais *La Bataglia* e *A Lanterna* passam a investigar o desaparecimento da criança, apelando à imprensa independente que os auxiliassem em tal campanha. Ex-alunos do orfanato, indignados com o caso e cientes das maldades que aconteciam naquele ambiente abençoado pelo papa Urbano II, denunciaram uma série de outros crimes, apresentados em *A Plebe*, de 14 de janeiro de 1911:

Giuseppina de tal, de 14 anos, estuprada por ter tentado chamar por socorro dentro do quarto de banho da seção feminina do Orfanato [...] sendo o autor do crime o padre Faustino, que se diz virgem e puro.

América Ferraresi, ex-aluna [...] viu essa menina morta no banheiro.

Arcângelo Lauducci [...] – estuprado e contaminado horrivelmente no Orfanato, enlouqueceu em consequência deste ato de caridade dos padres.

Alfredo Belchi [...] – epilético devido a pauladas recebidas na cabeça, vibradas por um padre do humanitário Orfanato.

Elvira (vulgo veadinha) [...], estuprada pelo padre Faustino, em um capinzal, quando tinha 16 anos de idade. Hoje é Prostituta (RODRIGUES, 1984, P. 98).

Oresti Ristori, diretor de *La Bataglia*, denuncia a Igreja e o padre Faustino – a polícia entra em cena, defendendo os padres e prendendo Edgar Leuenroth, diretor de *A Lanterna*, Oresti Ristori, e outros anarquistas. A Igreja exige trinta anos de prisão para os dois “agitadores”, por não existir pena de morte no Brasil! Clero e polícia chegaram a fotografar uma outra menina – Maria Madalena Silvestre –, colocando-a nos jornais como se fosse Idalina. Porém, o advogado anarquista Benjamin Mota pede ao juiz Dr. Vicente de Carvalho que traga a suposta Idalina à sua presença... A farsa clero-policia é desmascarada. Ao longo de dois anos, os trabalhadores que se solidarizavam com os anarquistas eram presos e os padres, para impedir que manifestações fossem realizadas, invocavam a polícia, chegando até mesmo a agredir militantes anarquistas. Mesmo assim, a aliança malévola Clero-policia não conseguiu impedir que protestos e comícios fossem realizados – uma pergunta estava no ar: *Onde está Idalina?* Por dois anos os protestos seguiram,

até que no mês de setembro de 1912, são julgados Oresti Ristori e Passos da Cunha, acusados de terem ferido levemente um recruta, durante uma manifestação realizada sem o consentimento da polícia, em março de 1911. Após aquela manifestação, foram presos também José Romero, Edgar Leuenroth e Alessandro Cherchiai, acusados de terem assassinado um policial e ferido o citado recruta, porém, durante a averiguação do processo, as acusações da polícia caíram por terra, e os anarquistas acusados foram liberados. A polícia, no entanto, conseguiu fazer com que o promotor recorresse ao tribunal de justiça, e a sentença foi reformada: Passos da Cunha e Oresti Ristori foram acusados de ferirem levemente o recruta extraordinário. Dias depois, o italiano Oresti Ristori seguia expulso do Brasil, enquanto o padre assassino permanecia livre, visto que o corpo da menina Idalina não fora encontrado. Mesmo assim, o caso marcou a memória dos trabalhadores paulistas, e por muitos anos a população pobre de São Paulo, nas fábricas e nas ruas, cantarolou musiquetas que retratavam o crime – musiquetas como essa: “Onde está Idalina? No buraco da latrina! Quem foi o assassino? Foi o Padre Faustino!” (RODRIGUES, 1984, p. 96-104).

Analisemos mais um caso: em 1931, o anti-semita católico Léon de Poncis teria sua “obra” *As Forças Secretas da Revolução* traduzida do francês para o português, e publicada no Rio Grande do Sul pela Livraria do Globo. Uma idéia mística o domina: o Judaísmo, a Maçonaria e o Comunismo estariam trabalhando em conjunto para destruir a civilização cristã – algo parecido com *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, um outro livro anti-semita, publicado pela editora Revisão. Além das declarações como as que seguem: “Os judeus formam uma raça separada, uma raça inassimilável, com caracteres físicos e morais nitidamente acentuados”; quando um judeu se converte ao cristianismo “o seu sangue, o seu temperamento, as suas particularidades espirituais ficam imutáveis” (PONCIS, 1931, p. 196-197); Poncis cita uma suposta afirmação de Francisco Ferrer, o pedagogo libertário fuzilado na Espanha em 1909, ligando-o à Maçonaria:

Para não alarmar o povo e não oferecer ao governo o pretexto de fechar os meus estabelecimentos, denomino-os *Escola Moderna*, em lugar de *Escola de Anarquistas*. Porque o fim da minha propaganda, confesso-o francamente, é formar nas minhas escolas, anarquistas convictos. O meu voto é atrair a revolução. Momentaneamente, todavia, devemos limitar-nos a inculcar aos cérebros da mocidade o princípio da revolução violenta. Ela deve aprender que, contra os esbirros e a tonsura, existe um único meio: a bomba e o veneno (PONCIS, 1931, p. 68).

Embora cite vários outros documentos, origem de suas afirmações, no decorrer do livro, sobre as palavras atribuídas a Ferrer, Poncis limita-se a dizer que foram encontradas em uma carta que Ferrer enviou a seus amigos.³

Adiante veremos que, independente de todas as perseguições, de todos os assassinatos, prisões, torturas, autos-de-fé e calúnias cometidas contra os anarquistas por parte dos que detinham e dos que almejavam o poder, o movimento libertário permaneceu ativo, embora cada vez mais fraco e sem a grande influência que possuía outrora, marginalizado e subterrâneo – o que não o impediu de ser perseguido, resistir e ressurgir, com novas roupagens, como era de se esperar, após o regime militar.

2.3. Anarquia, violência e dinamite

Em 1984, seria publicado pela Editora DIFEL o segundo volume da antologia de Edgard Carone, *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. Para além de abordagens de temas específicos relacionados ao movimento operário brasileiro, Carone pretende apresentar “um

³ Encontrei um exemplar desse livro com um carimbo do Colégio de Santo Antônio, dos Irmãos Maristas, datado de 11 de dezembro de 1946. A Igreja Católica Romana foi uma das maiores colaboradoras do anti-semitismo e do fascismo no Brasil. No Rio Grande do Norte, a Ação Integralista Brasileira teria sido fundada em 14 de julho de 1933, por um pequeno grupo de intelectuais. Em 14 de julho de 1935, surge como seu porta-voz, o jornal *A Ordem*, que teria como colaborador Luís da Câmara Cascudo. Na região do Seridó, a AIB contaria com o apoio do padre Walfredo Gurgel, de Caicó, e do maestro Felinto Lúcio, de Carnaúba dos Dantas. Caicó e Carnaúba dos Dantas foram dois dos principais núcleos integralistas do Rio Grande do Norte. Ver COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 1995, p. 67-69.

panorama mais complexo do proletariado como um todo” (CARONE, 1984, p. 02), assim como fornecer subsídios “para a compreensão do movimento operário”, realizando para isso “um levantamento seletivo do material”, e não um “exaustivo levantamento da documentação quantitativa e cronológica do processo” de desenvolvimento da classe operária no Brasil (CARONE, 1984, p.08). Na edição do jornal anarquista *O Inimigo do Rei*, de março/abril de 1980, Edgar Rodrigues já havia levantado várias críticas sobre a primeira edição, de 1979, de *Movimento Operário no Brasil*, em um artigo intitulado *Baixou aqui messias disposto a salvar os trabalhadores!* Em sua segunda edição quase nada mudou e, aproveitando algumas críticas realizadas por Rodrigues à primeira edição daquele livro, acrescentarei algumas novas, em contestação ao que afirma Carone sobre o movimento anarquista no Brasil. Segundo Rodrigues,

Por falta de conhecimento ou de má fé, Carone não distingue *Movimento Operário* – título do livro – de partidos políticos. Assim, alinha sindicalismo e Movimento Operário com partidos socialista, católico, integralista, fascista, bolchevista (P.C.B.) e “partidos operários” que descobriu sem se dar conta de que alguns, não passaram da *vontade de vir a ser...* Não “percebeu” a imensa diferença entre as lutas de classe dos operários sindicalistas, que em última instância pretendiam a transformação da sociedade burguesa numa comunidade de iguais, e, os interesses dos políticos cuja missão era e é conquistar cadeiras no parlamento, negociar interesses e conviver com a barganha e os governantes e, alguns deles, implantar a sua “ditadurazinha”. “Batizar” essa miscelânea antológica de “*Movimento Operário no Brasil – 1877-1944*”, é o mesmo que assinar seu próprio atestado de ignorância da matéria (O INIMIGO DO REI, março/abril de 1980, p. 16).

Para Rodrigues as 578 páginas do livro (primeira edição) estão divididas da seguinte maneira: 553 páginas que não são da autoria de Carone, e apenas vinte e cinco páginas de sua autoria. Nas páginas que não são de sua autoria, o “sobe e desce” da organização dos documentos, e a falta de comentários mais específicos sobre os mesmos, acabou misturando e confundindo quase toda a antologia. Da forma de vida dos trabalhadores, Carone passa ao PCB, desce ao partido operário, seguindo às lutas de classe, ao integralismo de 1919, para depois misturar o

socialismo do jornal *Avante* com o sindicalismo dos trabalhadores, “duas tendências totalmente separadas, sem nenhuma afinidade”.

Utiliza Tolstoi para justificar os sindicatos católicos, quando se sabe que aquele cristão libertário era anticlerical e que jamais esteve envolvido em lutas de classe. Do fascismo vai às eleições de 1928 – esquecendo-se de que no Bloco Operário e Camponês não existiam camponeses –; retorna a 1923, para o Congresso de Fábricas e Tecidos organizado pelos patrões; desce a 1909, às casas operárias construídas pelo deputado Mário Hermes da Fonseca (casas em que os trabalhadores jamais entraram), sobe ao movimento católico de 1913, retorna para 1908 para logo saltar às manifestações políticas não-operárias de 1933. Das “dívidas e estabilidade bancária” de 1939, retorna à década de 1890, para falar de partidos reformistas, como o “Partido Socialista do Distrito Federal” de 1895, que na verdade só existiu no papel. Em seguida, mais um grupo que só existiu em teoria, o “Grupo Comunista Zumbi”, de 1919; e o “Clarté”, de 1921, que acabou sendo banido do seio do Movimento Operário, chegando ao Partido Trabalhista, em 1928. Entre as páginas 343 e 366, ajuntou alguns trabalhos sobre anarquismo, saindo de “arrancada direto ao comunismo, dando o ano de 1920 para o seu começo”. Volta aos anos de 1904 e 1906, indo à luta contra o Clero em 1910, para em seguida falar da “reação dos padres contra o divórcio”, em 1933. Após o “grito de alerta contra o integralismo...”, de 1934, volta a 1907, para falar do não-operário Evaristo de Moraes, e suas críticas à burguesia; do combate ao bolchevismo em 1935, retorna a 1933, ao “Sol” que “vem da Espanha” (a Guerra Civil Espanhola). Falando da Federação Operária de 1914, esquece a Confederação de 1909; depois, alinha o “sindicalismo cooperativista” (1924), a neutralidade “sindicalista” (1920) e o anarquismo de 1911. Da imprensa católica (1906), passa à “Guerra Social” anarquista (1911) e à “cooperativista” de 1928, seguindo esse ritmo alternado, até citar a “unidade sindical” e a “Confederação Geral do Trabalho”, que só existiram na mentalidade de alguns poucos membros e simpatizantes do PCB. Sequer citou a

greve geral de 1917 ou a insurreição de 1918, muito menos as deportações de trabalhadores “indesejáveis” à Clevelândia, durante o governo de Artur Bernardes; esqueceu congressos importantes para o Movimento Operário, como os de 1906, 1913, e 1920, e outros acontecimentos que seriam subsídios fundamentais para uma razoável compreensão do desenvolvimento do Movimento Operário no Brasil. Rodrigues Questiona: “Que Movimento Operário são os manifestos integralistas, fascistas, católicos, socialistas reformistas e outros que inclui em ‘seu’ livro?” (O INIMIGO DO REI, março/abril de 1980, p. 16). Os documentos são apresentados, sem comentários que os expliquem.

Na introdução da segunda edição de sua antologia – única parte de sua autoria –, realizando um comentário geral sobre seu trabalho e sobre a evolução teórica e prática da classe operária brasileira, Carone comete um erro sem precedentes, alegando que o grande motivo de destaque do anarquismo – que segundo aquele autor, era uma corrente minoritária dentro do movimento operário da República Velha –, foram a violência e a agressividade.

Do outro lado, o levantamento permite verificar a existência, no Brasil, [...] de um predomínio das correntes reformistas. A afirmação nega a tese dos que acentuam a hegemonia do anarquismo até a década de 1920: podemos dizer isto porque partimos do levantamento da realidade sindical e partidária da época, refletida no imenso número de publicações de jornais, livros e panfletos, material que, comparado com o de origem anarquista, comprova a grande inferioridade deste em relação ao volume de outras origens. Então, qual a razão do acento que damos ao anarquismo? Não há dúvidas de que o radicalismo extremista de certas correntes anarquistas fez com que a classe dominante européia – e depois a brasileira – se voltasse mais para elas: os atentados a bomba levam certos países a adotarem medidas de exceção [...]; freqüentemente também suas lideranças apresentam-se mais agressivas; e é preciso levar em conta o fato do marxismo criticar constantemente o anarquismo, razão que o torna tema constante, no passado e no presente, e que faz com que aparente ser numericamente hegemônico. Estes e outros fatores ajudam a elevar o movimento anarquista brasileiro a uma posição quantitativa – não em qualidade – acima de sua situação real (CARONE, 1984, p. 08).

Afirmar que a violência teórica e prática, aliada às críticas dos comunistas, foram os fatores que determinaram uma aparente hegemonia meramente quantitativa do anarquismo no

Brasil, é de uma má vontade e de um desconhecimento tremendos. O marxista Carone esquece do enorme trabalho realizado pelos anarquistas em solo brasileiro, desde o final do século XIX até a primeira metade da década de 1930, além de – parafraseando Rodrigues – trair a memória dos trabalhadores idealistas que responderam pelo vigoroso movimento anarco-sindicalista e anarquista, trabalhadores ou não que lhe deram corpo, vida, ação, consciência e princípios humanitários. Carone

Denigre a importância daqueles heróis operários – e foram milhares – que do nada fizeram nascer um Movimento de emancipação social e humano, fundaram escolas e dentro delas foram professores e alunos ao mesmo tempo – cada um ensinando o que sabia e aprendendo o que ignorava – com a obrigação ainda de alfabetizar seus filhos; fundaram grupos-escolas [sic] de teatro social e dentro deles foram diretores, artistas, autores de peças, vendedores de bilhetes para entradas, arrecadadores de dinheiro para ajudar companheiros presos, doentes e desempregados ou financiar jornais e folhetos, e valendo-se desse trabalho artístico reuniam famílias e ao mesmo tempo ensinavam-lhes idéias; fundaram jornais e neles foram editores, jornalistas, jornaleiros, revisores e carregadores de pacotes para levar mensagens libertárias a todos os trabalhadores, formaram Centros de Cultura Social e dentro deles deram cursos de esperanto, de desenho de entalhamento e ornamentação [...] de corte e costura, de artes em geral e, de sociologia; criaram suas editoras e dentro delas foram escritores, diretores, propagandistas e vendedores de livros; exigiram e obtiveram redução do horário de trabalho, higiene nas fábricas, padarias, açougues, bares, restaurantes, bem como banheiros e locais para comer; seguro contra acidentes no serviço, entre tantas outras conquistas econômicas, sociais, culturais e humanas, obrigando pela força dos seus movimentos reivindicatórios à aprovação de leis que mudaram substancialmente a fisionomia do país” (O INIMIGO DO REI, março/abril de 1980, p. 16).

Se o anarquismo, dentro do movimento operário brasileiro, foi minoritário em quantidade e em qualidade, perante os movimentos reformistas, como se explica o fato de seu triunfo nos três primeiros congressos operários brasileiros? Como se explica o insucesso da maioria dos “Congressos Operários” financiados pelos patrões e por partidos reformistas? E os sucessos, totais e parciais, das grandes greves lideradas por anarquistas? E a vida efêmera dos partidos socialistas? Carone está errado, principalmente ao alegar que o que destacou o anarquismo no Brasil foi a violência – violência geralmente criticada pelos próprios anarquistas, e quase nunca

aplicada e sempre ínfima ao ser comparada às ações pedagógicas, as escolas, aos teatros que reuniam centenas de famílias, e aos jornais que educavam os trabalhadores, além dos comícios e outros eventos, que em verdade não foram poucos; Carone esquece que os anarquistas foram pioneiros na educação proletária, inclusive ensinando ao trabalhador nativo o italiano, o espanhol e o esperanto, combatendo assim os conflitos de etnia e unificando centenas de operários explorados em uma luta de base comum. Nenhum movimento reformista ou partido operário logrou realizar o que fizeram os anarquistas em prol da sociedade e da classe operária brasileiras, em tão pouco espaço de tempo, se levarmos em consideração o corte historiográfico estabelecido por muitos historiadores, para o período de existência do anarquismo no Brasil (entre os anos de 1900-1922), e as condições de vida a que foram submetidos.

O interessante é perceber que na mesma introdução, no primeiro parágrafo da página 17, Carone se contradiz, afirmando que o ano de 1890 é um ano de mudança, e que após ele, o movimento operário brasileiro torna-se “mais estruturado, amplo e bastante diferenciado dos interesses da burguesia”, concluindo:

[...] o que podemos afirmar, precisamente, é que esse fato, a partir do ano de 1890, resulta no surgimento de um sem número de organizações partidárias e de jornais, cada um deles exprimindo atitudes semelhantes às das diversas e modernas correntes operárias européias [...]. É espantosa a mudança que se faz sentir no movimento operário brasileiro, momento em que se difundem pontos de vista mais ou menos radicais, representativos das diversas correntes do socialismo reformista ou do anarquismo, tendência que será dominante até a 1ª Guerra Mundial (CARONE, 1984, p. 17).

Dominante em que termos? Quantitativos ou qualitativos? Mas como um movimento que em realidade era minoria, mais frágil, menos estruturado, e menos inserido socialmente que os partidos e correntes reformistas, poderia dominar o movimento operário brasileiro até a primeira Grande Guerra? E não teriam sido as idéias e pontos de vista “mais ou menos radicais” que teriam voltado contra os anarquistas a opinião da Igreja, das elites e dos comunistas, fornecendo

ao pesquisador contemporâneo uma impressão equivocada de um movimento operário majoritariamente anarquista? Mais uma vez, Carone fez confusão. Mesmo que não tenha sido seu objetivo realizar um levantamento exaustivo, quantitativo e cronológico, da documentação do período, Carone poderia ter selecionado material um pouco mais significativo para a organização de um panorama mais complexo do movimento operário brasileiro, assim como poderia ao menos comentar superficialmente a procedência-de-determinados-documentos, para esclarecer a leitura de seu trabalho. Deveria também ter sido mais justo para com a memória e os esforços dos trabalhadores que sacrificaram suas vidas em solo brasileiro, esforçando-se pela realização daquilo que consideravam justo e bom para a Humanidade.

**CAPÍTULO III – A CONTINUIDADE DO ANARQUISMO NO BRASIL, ENTRE OS
FINS DO ESTADO NOVO E O INÍCIO DA DÉCADA DE 1960**

A CONTINUIDADE DO ANARQUISMO NO BRASIL, ENTRE OS FINS DO ESTADO NOVO E O INÍCIO DA DÉCADA DE 1960

O pessimismo é próprio dos vencidos. É dos egocêntricos, que desejam tudo a sua imagem e semelhança...

O Libertário. São Paulo, 1960.

O presente capítulo, que serve como ponte de ligação entre uma primeira geração anarquista – fruto do trabalho incansável de trabalhadores imigrantes provenientes principalmente da Itália, da Espanha e de Portugal, que aqui chegaram, entre o final do século XIX e o início do século XX, acreditando nas mentiras dos governos e dos patrões brasileiros, a procura de melhores condições de vida –, formada majoritariamente por trabalhadores dos campos e operários, e que ao menos no Brasil conservou considerável parte de suas forças até a primeira metade da década de 1930; e uma segunda geração anarquista – que inicia seu desenvolvimento após a ditadura Vargas, seguindo cada vez mais ligada aos meios estudantis e à contracultura, tendo sido bastante inspirada pelas manifestações na França e em outros países, durante o ano de 1968 –, tem como base quase unicamente o livro do pesquisador social autodidata Edgar Rodrigues, publicado em 1993 pela editora Achiamé, *Entre Ditaduras (1948-1962)*, visto ser esse o único trabalho realizado até então, que aborda com grande quantidade de documentos o desenrolar do movimento anarquista brasileiro após os quinze anos de governo Vargas, até um pouco antes do golpe militar de 1964. Além do citado livro utilizo, apenas como ilustrações, traços da memória de um ou outro autor. Deixo claro que não é meu objetivo aprofundar-me no estudo sobre o anarquismo brasileiro no período entre ditaduras, até mesmo por não ter como o fazer, mas apenas apresentar realizações libertárias no Brasil de então, dando mostras de que o movimento permaneceu ativo e produtivo, embora consideravelmente reduzido

em número de militantes, e bastante fraco, se comparado a outros tempos, no que se refere a inserção social.

3.1 Duas gerações de anarquistas

A respeito dessas duas gerações de anarquistas, Francisco Foot Hardman teria escrito algo, em seu livro clássico *Nem pátria, nem patrão!*

A meu ver, entretanto, houve uma ruptura entre o movimento anarquista mundial que interveio na luta de classes até a guerra civil espanhola e início da Segunda Guerra mundial e, posteriormente, as gerações que reapareceram nos anos de 1960, retomando propostas "anarquizantes", filiadas, contudo, não mais ao movimento Operário, e sim a movimentos radicais da pequena burguesia nas Universidades, nos meios artísticos, nas manifestações da juventude na Europa e nos EUA, marcadas pelos signos de Maio de 68 e do Woodstock. Quando, já no final da década de 1970, era reconstruída na Espanha a CNT, com o ressurgimento de toda a força e tradição do anarcossindicalismo, tratava-se, sem dúvida, da presença libertária no movimento operário; quando, no entanto, em Maio de 68, Cohn-Bendit declara ser "um marxista como Bakunin o era" e conclui, nessa perspectiva, que os "estudantes revolucionários podem desempenhar um papel primordial no combate", trata-se de coisa bem diferente, isto é, da radicalidade de um discurso no seio do movimento pequeno-burguês (HARDMAN, 2002 p. 85).

Foot Hardman tem razão ao demonstrar as principais diferenças entre dois momentos históricos em que o anarquismo aparece como um tipo de força social – entre as décadas de 1840 e 1930, teríamos o anarquismo dos trabalhadores, e a partir da década de 1960, o anarquismo da pequena burguesia universitária; porém, duas coisas precisam ser lembradas: primeiro, não se deve acreditar que entre uma e outra geração anarquista, há um vazio, ou uma ruptura que inevitavelmente geraria uma descontinuidade material no desenrolar do movimento – entre a ditadura de Getúlio e o golpe de 1964, os anarquistas brasileiros trocaram centenas de informes e jornais, além de terem participado de congressos libertários internacionais, o que indica a permanência dos movimentos libertários após a Segunda Grande Guerra aqui e em outras partes

do mundo. Segundo, após 1945 e principalmente durante a década de 1960, não somente surgiram juventudes “anarquizantes”, como também novos grupos marxistas heterodoxos, “comunizantes”, novos partidos comunistas e associações libertárias.

O sociólogo Azis Simão afirma que, entre a existência dos dois momentos do anarquismo no Brasil, houve um intervalo de três décadas, após as quais o movimento teria sofrido alterações, no que se refere à quantidade, à origem social de seus membros e às suas técnicas de ação social (o que é correto parcialmente). Para Simão, em conformidade com Hardman, o anarquismo havia passado da classe operária e dos sindicatos, para a classe média das universidades, porém, Simão deixa claro que até os anos de 1968 e 1969, existiam no Brasil duas pequenas associações anarquistas: o Centro de Cultura Social de São Paulo, e o Centro de Estudos Professor José Oiticica, no Rio de Janeiro, e conclui afirmando que “já não há notícia de anarquistas na subsequente fase de ação clandestina e do movimento armado, onde foi altamente expressiva a presença de universitários” (SIMÃO, 1989, p. 57-58). No capítulo seguinte será mostrado que, embora dentro de “associações minúsculas” e de forma não armada, houve resistência anarquista ao regime militar – uma resistência pedagógica, com toda a certeza –, da mesma forma que alguns militantes de grupos armados comunistas se afirmavam anarquistas.

3.2 O anarquismo brasileiro entre duas ditaduras

Após 1945, o movimento anarquista brasileiro, bastante enfraquecido pelas arbitrariedades cometidas pela trilogia repressora – Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís –, seguida da absorção e das ações ditatoriais de Getúlio Vargas, contra a classe operária, além de outras perseguições realizadas por integralistas e demais inimigos, jamais seria o mesmo. O socialismo reformista ganhou muito espaço dentro dos meios operários, assim como

correntes trotskistas e outras cisões no seio do PCB vieram à tona, dividindo mais ainda os trabalhadores. Os sindicatos agora, em sua maioria, procuravam alcançar liberdade dentro das leis vigentes e do controle do Estado – o que era impossível. Os patrões seguiam realizando festas para os operários em datas de protestos, ao mesmo tempo deturpando o sentido de suas manifestações históricas e desnorteando aqueles que tentavam reorganizar os movimentos revolucionários.

Ora, o governo getulista obrigou os trabalhadores anarquistas a cederem em seus princípios. Ainda em 1932, uma média de 236 sindicatos, originalmente operários, foram submetidos à tutela do Ministério do Trabalho, e seus sindicalizados forçadamente se tornaram eleitores, com representantes na Assembléia Constituinte. A partir de 1935, todas as publicações anarquistas que ainda existiam, assim como as socialistas e comunistas, passaram a ser sistematicamente perseguidas pelas forças estatais de repressão, acionadas de acordo com a Lei de Segurança Nacional. Mais que isso, a Insurreição Comunista de 1935 provocou uma repressão tremenda contra toda e qualquer corrente socialista – trabalhadores “selecionados a dedo” começaram a desaparecer e, sem condições de combater abertamente o integralismo e desinteressados em unir-se à Aliança Nacional Libertadora – liderada pelo PCB –, o tão vicejante movimento libertário de outrora se tornara minoria, de forma que em 1937, o “Estado Novo” feriu definitiva e mortalmente o anarcossindicalismo, passando a prender e a assassinar pessoas em plena luz do dia. Dentro dos sindicatos estatais, os militantes anarquistas que ainda estavam vivos permaneceram sob um certo estado de mutismo e imobilidade, procurando e aguardando o momento certo de reiniciar seus trabalhos associativos, permanecendo nessa condição silenciosa até o último ano do “Estado Novo”, quando começaram a ressurgir, vagarosamente, manifestações anarquistas em solo brasileiro.

Sobre a repressão governamental que marcou a primeira metade da década de 1930, Denise Monteiro escreveu:

[...] o Partido Comunista do Brasil participou da reorganização do movimento sindical, junto com socialistas e anarquistas. O movimento sindical avançou, e os anos compreendidos entre 1930 e 1935 caracterizar-se-iam por inúmeras greves por todo o país, envolvendo diferentes categorias de trabalhadores. Mas a repressão ao movimento operário nesses anos seria crescente, com a dissolução violenta das greves e comícios, fechamento de sindicatos, prisão e deportação de lideranças. Paralelamente a isso, o Governo Provisório de Vargas passaria a controlar a organização de sindicatos de trabalhadores, com a elaboração de uma série de leis que os subordinaria cada vez mais ao Ministério do Trabalho, por ele criado em 1930 (MONTEIRO, 2004, p. 10).

A perda constante de militantes e companheiros, o encerramento e a quebra de projetos pelos quais foram dedicados anos de suor e trabalho, assim como a convivência mais íntima com militantes de outras correntes socialistas, fizeram com que muitos libertários sobreviventes perdessem suas esperanças ou mudassem suas concepções a respeito das táticas e estratégias a serem empregadas na realização das transformações sociais. Ainda assim, um movimento fraco, de minorias, reiniciou seu trabalho, independente da opinião pública e das mudanças econômicas, geográficas e políticas da sociedade brasileira.

A 10 de outubro de 1945, “dezenove dias antes da derrubada da ditadura Vargas, ocorrida em 29 de outubro do mesmo ano”, ressurgiu das cinzas a revista *Remodelações* – de publicação semanal e de orientação comunista-libertária, dirigida pelo professor Moacyr Caminha e sua esposa, Maria Ieda de Moraes –, despontando como o toque de reunião dos libertários brasileiros. No mesmo ano, o Centro de Cultura Social de São Paulo é reaberto, na rua Rubino de Oliveira, bairro do Brás. Homens como Edgard Leuenroth e Jaime Cubero uniram-se em torno daquele Centro, trazendo-o de volta à atividade. Mais à frente, o CCS teria sua sede transferida à rua José Bonifácio, número 387, e passaria a sediar grupos amadores de teatro libertário, que entre os anos de 1945 e 1952 apresentaram várias peças importantes para a conscientização dos trabalhadores.

No Rio de Janeiro, passa a ser publicado o semanário *Ação Direta*, tendo como diretor o professor José Oiticica. *Ação Direta* – assim como a revista *Remodelações* e o jornal *O Trabalhador Gráfico*, ambos de São Paulo –, desempenharia papel fundamental na divulgação dos ideais ácratas pelo Brasil – na disseminação de livros anarquistas, anticlericais, peças e eventos libertários. Após *Ação Direta*, seguiriam outros jornais anarquistas em várias partes do país – *Spartacus*, *O Archote*, *Revolta*, e *Aurora*. Do Rio Grande do Sul viria o *Novo Dealbar*; e em São Paulo ressurgiria um dos jornais mais perseguidos do Brasil, com certeza o mais resistente veículo propagador do anarquismo, originalmente fundado em 1917: *A Plebe*. Assim, ao mesmo tempo em que antigos militantes eram mortos ou abandonavam a luta, novos militantes surgiam, conforme deixa claro a edição de *A Plebe*, de primeiro de maio de 1947:

E aqui está de novo [sic.]. Muitos dos que militavam nesta barricada já se foram. Uns, como Gigi e Soler, para não citarmos a extensa lista dos que foram deportados, ainda continuam, lá fora, a luta nas barricadas do anarquismo; outros, entregues à sanha dos ditadores, foram fuzilados.

Mas, outros ficaram. Muitos foram substituídos por gente nova, filhos dos que partiram e dos que ficaram. E a luta prossegue!

Repetimos hoje, com a mesma convicção, o que dizíamos há 30 anos: “não há solução burguesa para os problemas humanos. Só há uma solução: a abolição do Estado, defensor e sustentáculo de privilégios, e a conseqüente organização de uma sociedade baseada no apóio mútuo e na compreensão dos direitos e deveres, onde haja liberdade, cultura e pão para todos (RODRIGUES, [1978], p. 436).

Tais palavras demonstram características de uma continuidade do movimento anarquista brasileiro – uma tradição que naquele momento se transmitia dentro de um pequeno círculo, embora não tanto quanto antes, continua influenciando e envolvendo novas pessoas. As atas das reuniões anarquistas realizadas entre os anos de 1948 e 1962, são testemunha do número de jovens que se aproximou do movimento. Testemunha de tal continuidade são também as memórias de Boris Fausto, quando ele nos fala de seus contatos com os anarquistas:

A partir dos anos 50, tive contato com alguns anarquistas. Cheguei a participar com eles de um ato público comemorativo ao 1º de maio, em uma sede sindical na rua do Gasômetro. Ato nostálgico, carregado de referências ao passado e de discursos emotivos. Os poucos e maduros anarquistas chegavam bem compostos, de humor escasso. [...] Esses contatos com os anarquistas me valeram, aliás, a desconfiança de Edgard Leuenroth quando, alguns anos mais tarde, quis utilizar seu arquivo. Ele temia que aquele jovem autoritário pudesse distorcer o que pensava ser a verdadeira história do movimento operário. Afinal, tendo passado pelo vale-tudo das lutas entre anarquistas e comunistas ao longo da história brasileira, tinha suas razões para desconfiar de um “autoritário”, qualquer que fosse sua extração (PRADO JR., 1986, p. 19-20).

Em 1948, realiza-se um congresso anarquista clandestino em São Paulo, na “Nossa Chácara” (terreno adquirido pelo movimento, no qual fundaram a Sociedade Naturista de Amigos de Nossa Chácara) reunindo militantes de várias partes do país. Desse encontro, nasceria a Comissão de Relações Anarquistas, iniciando um intercâmbio entre indivíduos e grupos libertários do Brasil e de outras partes do globo, filiando-se a Comissão de Relações Internacionais Anarquistas, então sediada em Paris. Em 1949, a CRA já mantinha contato com grupos anarquistas da França, da Itália, da Espanha, Argentina, Peru, Uruguai, México, Japão, Suíça, Cuba, Inglaterra e Estados Unidos.

Novos militantes dariam origem a grupos libertários no Brasil, como a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, o Grupo de Ação Libertária e a União Anarquista do Rio de Janeiro, frutos de idéias semeadas ao longo da história e do descontentamento da juventude da época com o sistema vigente. Enquanto isso, os jornais divulgavam bibliografia libertária, e o Centro de Cultura Social seguia com suas apresentações teatrais de cunho anarquista. Todos esses eventos e organizações, que aconteciam e surgiam principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo retratam, de forma geral, algumas características da reorganização do anarquismo no Brasil.

A classe operária brasileira não permanecera de todo inativa, ao menos no que se refere a movimentos grevistas. Edgar Rodrigues cita uma média de 174 greves realizadas no ano de 1951, com Vargas de volta ao poder, que atingiram cerca de 550 empresas; e em 1952, cerca de 265

greves, com a participação de 410 mil trabalhadores – greves que ocorriam geralmente por questões salariais, mas também por solidariedade a outros trabalhadores, por melhores condições de trabalho e outros motivos. No entanto, independente de tais manifestações, conforme declarou em 1952 o anarquista Venâncio Pastorini Sobrinho, os sindicatos permaneciam dirigidos por “funcionários” do governo, políticos e esquerdistas obedientes a Moscou (RODRIGUES, 1993, p. 61-64).

Os anarquistas, além de escreverem e publicarem livros novos reeditavam e distribuíam materiais que sobreviveram da brutalidade destrutiva dos governos passados – clássicos como o *Pequeno Manual do Individualista*, de Hans Ryner, *Clericalismo e Fascismo*, de Maria Lacerda de Moura, *Que és lá Propriedade?*, de P. J. Proudhon, e *El Apoio Mutuo*, de Pedro Kropotkin, foram alguns livros reeditados. Além das obras republicadas e escritas por anarquistas brasileiros, muitas outras – como *Assim Cantava um Cidadão do Mundo*, de Roberto das Neves, *Idéias Absolutistas no Socialismo*, de Rudolf Rocker, e *Coletivismo Agrário em Espanha*, de J. Costa chegavam ao Brasil. Devido a suas próprias condições, naquele momento, o movimento direcionava suas forças mais à doutrinação dos indivíduos que à organização de agitações, e assim permanece até hoje – grande foi o incentivo ao arquivamento de publicações libertárias. Chegavam também, do exterior, declarações anarquistas de indivíduos como o escritor italiano Curzio Malaparte e do cineasta inglês Charlie Chaplin, além de colaborações de George Woodcock, Herbert Read, Luce Fabri, Cristoval Leval, e tantos outros anarquistas que se destacaram na história. Não foi por menos que, ainda no ano de 1952, os comunistas ligados ao PCB seguiam combatendo o anarquismo. As tipografias de São Paulo, que na época tinham como muitos de seus donos membros do PCB, retardavam as publicações libertárias, embora pedissem todo o dinheiro das edições adiantado – o próprio Jornal *A Plebe* encerrou suas atividades, no



final do ano de 1952, “por falta de gráfica que o quisesse imprimir” (RODRIGUES, 1993, p. 29-71).

Durante os dias 09, 10 e 11 de janeiro de 1953, realiza-se um outro Congresso Anarquista, na casa do professor José Oiticica, no Rio de Janeiro. Naquele congresso, que visava, entre outras coisas, buscar soluções para os problemas causados pelo isolamento dos escassos militantes espalhados pelo Brasil, e ampliar a difusão das idéias anarquistas e o combate libertário em âmbito social, estiveram presentes 34 militantes do Rio de Janeiro e São Paulo (lugares em que o movimento era mais forte), e do Rio Grande do Sul, Paraná, Sergipe e Minas Gerais. O ano de 1953 foi marcado por greves em várias partes do Brasil, em contestação às atuações do agora democrático “pai dos pobres” – greves com conquistas parciais, que mobilizaram uma média de 800 mil assalariados. Mais qual era o norte dos trabalhadores? Em outubro de 1954, o jornal *Imprensa Popular* dirigido por Pedro Mota, comentava sobre a necessidade de união entre comunistas e trabalhadores, e comemorava o 30º aniversário da “Coluna Invicta”, de Luís Carlos Prestes... O movimento operário, de forma geral – dividido entre os empurrões do reformismo governamental à direita e o partidarismo comunista à esquerda, não estudava o sindicalismo – atrelado a causas de partidos, desconhecia a força que poderia alcançar, tinha nula sua autonomia, e seguia de um lado para o outro acompanhando as dissensões de seus tutores, voltando-se contra si próprio. Os trabalhadores estavam desnorteados. Em contraposição a situação calamitosa do movimento operário brasileiro, sindicalistas independentes reunidos no CCS de São Paulo iniciam o Movimento de Orientação Sindical, visando alcançar a mais completa autonomia e liberdade dos sindicatos operários. O MOS atuou nos sindicatos, na imprensa e no rádio, de forma que em dezembro de 1954, alunos e professores do ginásio fundam o Centro Libertário José Oiticica, em Barra Bonita, no Rio de Janeiro, objetivando a difusão da cultura e o desenvolvimento do teatro social. Quando souberam que o homenageado era anarquista e que

prestava auxílio ao movimento sindical de Barra Bonita, integralistas e políticos da região atacaram aquele centro (RODRIGUES, 1993, p. 85-99).

Embora, naquele momento, Vargas estivesse mais tolerante com os anarquistas, ainda permanecia a repressão governamental contra a divulgação de idéias revolucionárias. Ao mesmo tempo, a corrupção aumentava em solo brasileiro. Por outro lado, políticos, como Carlos Lacerda, desafiavam a autoridade de Vargas; os comunistas denunciavam as arbitrariedades e manifestações de rua exigiam a renúncia de Getúlio. A guarda do presidente resolve matar Carlos Lacerda – um de seus mais ferozes adversários –, mas quem acaba morrendo em seu lugar é o major da aeronáutica Rubem Vaz. Os militares foram “feridos”. Getúlio, desesperado, suicida-se (ao menos foi nisso que o Brasil acreditou), e sua morte muda os rumos da História do Brasil. Depois disso, muitos dos que pediam a sua cabeça voltaram atrás, inclusive o PCB. Para muita gente, Vargas teria dado a vida pelo Brasil. Independente da morte do tirano, os anarquistas seguiam em sua doutrinação libertária cientes de que, caindo um governo, um outro viria e não faria diferente. O CCS de São Paulo e o Movimento de Orientação Sindical promoviam palestras, excursões, festivais e outros eventos, na tentativa de educar e despertar a consciência dos trabalhadores inebriados pelo Estado e seus similares (RODRIGUES, 1993, p.107-109).

Em 1955, quem governava os brasileiros era Café Filho. Naquele ano, nasceu no Rio de Janeiro a revista *Kosmopolita*, tendo como diretor o Dr. Diderot de Freitas, e como um de seus colaboradores Edgar Rodrigues. Infelizmente, por falta de recursos, *Kosmopolita*, divulgadora da liberdade ideológica e do Esperanto, só pode ser publicada até o número 06, sendo encerrada em setembro de 1957. *Ação Direta* não circulou entre dezembro de 1955 e fevereiro de 1956, reaparecendo somente em março. A editora Germinal publicava o livro do anticlerical português Tomás da Fonseca, *Fátima* e, aproveitando a presença daquele anticlerical no Brasil, Serafim Porto, Roberto das Neves e José Oiticica promoveram uma conferência de Tomás da Fonseca na

Associação Brasileira de Imprensa, cujo tema era vida e obra do poeta Guerra Junqueiro. Sobre seu encontro com Oiticica naquela conferência, escreveu Osório Borba, no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, em agosto de 1957:

Um dos nossos últimos encontros foi à porta da A.B.I., onde fomos ouvir uma conferência de Tomás da Fonseca, o velho anticlerical português [...], que parecia, com suas grandes barbas e sua teima evangelizadora, ter ressurgido do túmulo dos fins do século passado, para mais uma vez desafiar Deus e a fulminá-lo, se quisesse provar que existia. Oiticica chegou com alguns amigos. Num gracejo inocente, chamando-o à parte, perguntei-lhe com ar conspirativo: - “Esse pessoal é... a *Ação Direta* reunida em pleno?” A reação do meu amigo foi inesperada. Não levou em conta meu gracejo, e sim perguntou-me com um jeito aliciador: - “Você tem lido a *Ação Direta*?” (OITICICA, [1958], p. 24).

Para que tenhamos idéia do que eram as manifestações “operárias” organizadas por patrões, tendo como base orientações governamentais, vejamos o programa de uma comemoração realizada na Praça da Sé, no dia 1º de maio de 1957, para o qual todos os trabalhadores haviam sido chamados – a ordem das realizações no evento seriam as seguintes: Hasteamento da Bandeira Nacional e dos Sindicatos; uma salva de 50 tiros de morteiro; discurso oficial de abertura; descerramento do painel mostrando o progresso da Petrobrás; apresentação de carros alegóricos; proclamação dos vencedores dos concursos; ato solene do encerramento da 1ª parte; show de novos comediantes; luta de box; lutas livres; baile popular; prêmios para os melhores artigos sobre o 1º de Maio; prêmio de honra ao mérito; coroação da rainha dos trabalhadores; ato solene de encerramento. Enquanto isso os anarquistas falavam dos mártires de Chicago e das origens e do significado do 1º de Maio, como dia de luto e de luta. Já os militantes do PCB, mormente faziam alusões a grande parada militar da URSS, em homenagem à Revolução Russa. O Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo convidou Edgard Leuenroth para ser orador, nas comemorações do Dia do Trabalhador, ocorridas em sua sede. Seu discurso apareceu

nas páginas de mais um jornal libertário que nascia, o *Ação Sindical* (RODRIGUES, 1993, p. 113-120).

Em junho de 1957, morre José Oiticica – um dos anarquistas mais brilhantes e comprometidos com a causa libertária que o Brasil conheceu. O movimento anarquista brasileiro perdeu muito com sua morte. Autor de vários livros, professor do Colégio Pedro II e da Escola de Teatro da Prefeitura do Rio de Janeiro, era também músico, fonetista, filólogo, poliglota e jornalista – dominava o latim, o grego clássico, o esperanto, o inglês, o alemão, o francês, e outros idiomas. Sempre militando ao lado dos trabalhadores, defensor do vegetarianismo, do fim dos vícios e da autonomia sindical, foi preso durante o governo de Bernardes e quase morreu na prisão de Ilha Rasa; foi também listado pelos comunistas para ser assassinado, mas conseguiu escapar da armadilha. Prestou auxílio a anarquistas estrangeiros exilados no Brasil, a presos comuns e presos políticos; colaborou com a imprensa anarquista; dirigiu *Ação Direta*; contestou anarquistas russos que se converteram ao bolchevismo (para depois voltar à trás, arrependidos) como Victor Serge e jesuítas mentirosos como Leonel da Franca; escreveu livros de combate e de literatura, dramas e poesias, além de ter elaborado músicas de um profundo teor espiritual para a Fraternidade Rosa Cruz Antiga, da qual chegou a ser Grande Mestre. Morreu de derrame cerebral, no dia 30 de junho de 1957 (RODRIGUES, 1993, p. 131-160; HARDMAN, 2002, p. 136). O falecimento de Oiticica seria comentado também, com palavras justas e injustas, por vários jornais do Rio: em novembro de 1957, Teófilo de Andrade teceria comentários nas páginas de *O Jornal*; Manuel Bandeira, no *Jornal do Brasil*, em 03 de julho de 1957; Osório Borba, no *Diário de Notícias*, em agosto de 1957; Cândido Jucá Filho, no jornal *Para Todos*, na segunda quinzena de julho de 1957; Manuel Peres, no jornal *Ação Direta* (jornal do qual José Oiticica tinha sido diretor), em julho de 1957; além de uma homenagem póstuma realizada na Academia Brasileira de Letras, proferida por Viriato Corrêa,

Levi Carneiro, Álvaro Lins e Peregrino Jr., publicada no *Jornal do Comércio*, em 07 de julho de 1957 (OITICICA, [1958], p. 15-40).

Entre os anos de 1959 e 1960, surge uma significativa alteração nas manifestações do 1º de Maio – “o Comitê por um 1º de Maio proletário”, formado pelo Centro de Cultura Social, a Aliança Libertária, a Liga Socialista Independente, o Partido Operário Revolucionário (trotskista), a Ação Sindical dos Gráficos e o Centro Karl Marx, convida os trabalhadores e estudantes a lutar pela restituição do verdadeiro sentido do 1º de Maio, como dia de lutas e protestos contra a exploração capitalista.

Pouco antes da morte de José Oiticica, chegara à União Anarquista do Rio de Janeiro um espião, agente do Serviço de Informação Militar Americano, de pseudônimo Dalmau. Em pouco tempo, após a morte do professor Oiticica, Dalmau envolveu-se com os jovens que produziam o jornal *Ação Direta* e logo obteve grande influência dentro do movimento anarquista do Rio, conseguindo ser diretor daquele jornal. Cartas da França e da CNT chegaram, alertando que Dalmau era um agente duplo, mas ele conseguiu convencer alguns anarquistas de que era inocente, alegando que estava sendo vítima de inimigos infiltrados no movimento anarquista Francês. A desconfiança entre os anarquistas cresceu tanto que, em novembro de 1957, realiza-se uma reunião no Rio de Janeiro, que resultou, entre outras coisas, no afastamento de Dalmau e na nomeação de uma nova comissão e administração do jornal – no início de 1958, Ideal Peres administrava *Ação Direta*. Devido a mudança na orientação do jornal, nasceram dois grupos anarquistas no Rio de Janeiro, fruto do desmembramento da União Anarquista: o Grupo Anarquista José Oiticica e o Ação libertária. Os componentes do grupo Ação Libertária convocaram reunião conjunta com a União Anarquista de São Paulo, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 20 e 21 de setembro de 1958. Dessa reunião, decidiram organizar, para o ano de 1959,

um Congresso a nível nacional, visando impulsionar o movimento e solucionar os problemas em voga (RODRIGUES, 1993, p. 163-166).

Em março de 1958, surge no Rio de Janeiro o Centro de Estudos Professor José Oiticica. Em pouco tempo, os componentes do Centro fundam a Editora Mundo Livre. Entre os anos de 1958 e 1969 – ano em que sua sede foi saqueada pelos militares –, o CEPJO desenvolveu e colaborou com várias atividades libertárias. Seu trabalho teve como resultado a formação e realização dos seguintes movimentos e eventos: Movimento Estudantil Libertário (MEL); Grupo de Teatro Social (Grutepa); Movimento Pacifista Brasileiro; Centro Internacional de Pesquisas Sobre Anarquismo no Brasil; Cine-Clube; Centro Brasileiro de Estudos Internacionais; cursos de anarquismo no Teatro Carioca; palestras na Associação Brasileira de Imprensa; cursos de Psicanálise; passeios, excursões e filmagens; intercâmbio de Imprensa; Protestos em colaboração aos estudantes do Rio de Janeiro e São Paulo; manifestações e comícios públicos realizados em colaboração com a UNE; também junto aos estudantes, oposição ao movimento Tradição, Família e Propriedade; e mais uma série de eventos solidários e conferências sobre vários temas de interesse público. A partir de 1960, o CEPJO começa a passar por uma série de dificuldades, o que não o impediu de permanecer ativo, até a invasão dos militares em 1969 (RODRIGUES, 1993, p. 175-182).

A grande maioria dos trabalhadores, no entanto, permanecia em estado letárgico, reivindicando, na maioria das vezes, aumentos salariais e servindo, geralmente sem perceber, aos interesses dos partidos políticos de direita e esquerda. Enquanto isso, a Igreja Católica pedia a todos os cristãos do mundo que, em nome de Deus e da Pátria, estivessem alerta aos comunistas, anarquistas e anticlericais: levantando mais difamações e mentiras, o clero, na pessoa do Cardeal Câmara, nas páginas de *O Globo* de 26 de setembro de 1959 afirma que os anarquistas estão sob orientação de um grupo comunista intitulado “AGIT-PROP” que, em contato com o grupo

anarquista Voluntad, de Montevideu – colaborador, segundo o Cardeal, do grupo anarquista Ação Libertária, responsável por *Ação Direta* – e que, sob as ordens daquele grupo, atacarão a religião e as igrejas... Mais uma vez a Igreja segue construindo suas estradas de mentira. Em outubro de 1959, *Ação Direta* deixava de existir, e só um ano depois seria substituído por *O Libertário* (RODRIGUES, 1993, p. 194-203).

Após o fim de *Ação Direta*, os anarquistas permaneceram sem jornal até o outubro de 1960. Dos jornais que nasceram após a ditadura de Getúlio Vargas, *Ação Direta* foi o que mais resistiu. Surge então *O Libertário*, como porta-voz dos anarquistas do Brasil, e passa a maior parte de sua existência sendo dirigido por Pedro Catalo. O CCS de São Paulo continuava realizando eventos, e mais à frente passaria a editar *O Dealbar*. Naquele ano de 1960, mesmo ano em que Jânio Quadros renunciou, revolucionários espanhóis e portugueses, na tentativa de desmistificar as ditaduras de Franco e Salazar, seqüestram o navio lusitano Santa Maria. Solidários com os antifascistas, os anarquistas brasileiros lhes oferecem abrigo em “Nossa Chácara”. Em 1962 ocorre, entre os dias 20, 21 e 22 do mês de abril, mais um encontro em “Nossa Chácara”, no qual compareceram cerca de cem companheiros(as) do Brasil e do estrangeiro (RODRIGUES, 1993, p. 225-246), e um outro encontro é realizado entre os dias 15 e 17 de novembro de 1963, no qual mais uma vez uma média de cem militantes se reuniu, para reavaliar os rumos do movimento.

Eis uma síntese da trajetória do anarquismo no Brasil, no espaço compreendido entre o governo 1945 e 1963. Aqui, procurei selecionar momentos e eventos que particularmente considere relevantes para o movimento anarquista. Fica claro que, independente dos esforços realizados pelos poucos anarquistas e demais operários conscientes e ativos do Brasil, a maioria dos trabalhadores permaneciam “sedados” pela política vigente na época. Para grande parte da população, anarquismo era uma coisa que não mais interessava, ou que interessava menos que

carnaval, futebol e samba. Além disso, para um “movimento operário” dividido entre partidos – um movimento em que seus líderes estão voltados uns contra os outros, na disputa pelo poder –, como não contribuir, mesmo que indiretamente, com tal divisão, sendo anarquista? A máquina estatal, a cada dia que passa, fica mais forte que antes, e contra sua existência-se faz preciso um movimento não somente organizado, mas livre de burocracias e lideranças externas; autônomo, educado, consciente e ativo. A teimosia dos anarquistas em persistirem em sua luta, em sua jornada revolucionário-pedagógica, indica a resistência libertária em direção à realização de um ideal, por mais distante que ele possa estar.

**CAPÍTULO IV – O ANARQUISMO NO BRASIL, DURANTE O REGIME MILITAR
(1964-1984)**

O ANARQUISMO NO BRASIL, DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1984)

Durante muitos anos, a mocidade confiou nos que governam, deu-lhes sucessivos votos de confiança. Esperou as soluções estatais pacientemente e resignou-se com promessas vazias. Isto ocorrera antes com as monarquias, depois com as repúblicas. Quando tudo parecia submergir, eclode a Revolução Russa e com ela uma grande esperança. Os jovens fixam seus olhos em Moscou e boa parte do proletariado também. Depois na China, em Cuba, etc. Estas esperanças de novo declinam, estão se diluindo, desaparecendo... A juventude, mais inquieta, insatisfeita, deseja alguma coisa nova, mais livre, racional e proporcionalmente distribuída.[...] Os jovens estão dizendo às democracias e aos países comunistas: "Queremos ser livres em terra livre".

Edgar Rodrigues, Rio de Janeiro, 2003.

Analisar a militância anarquista no Brasil, entre os anos de 1964 e 1984, é algo um tanto quanto difícil, principalmente porque, após ter sido implantado o Ato Institucional número 5, em treze de dezembro de 1968, durante o governo do marechal Artur da Costa e Silva, os militares trataram de “devorar” quase tudo que estava sendo produzido pelos poucos anarquistas ativos no Brasil, e não podemos esquecer que tudo o que os anarquistas produziam, com certeza não era muita coisa. É certo que o movimento, desde o fim da ditadura de Getúlio, se encontrava em vias ascendentes de reorganização, no entanto, no início da década de 1960, embora os anarquistas permanecessem ativos, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, o movimento não mais possuía a mesma influência social de outrora. Após o ano de 1969, com o fechamento do Centro de Estudos Professor José Oiticica e o fim do Movimento Estudantil Libertário, além da prisão da maioria dos militantes ativos, no Rio, e o encerramento das atividades do Centro de Cultura Social, em São Paulo, o movimento caiu definitivamente na clandestinidade – o que ocasiona o

distanciamento e até mesmo o abandono de muitos de seus antigos militantes. Porém, mesmo estando o movimento clandestino, publicações libertárias foram lançadas, reuniões e até mesmo congressos chegaram a serem realizados, embora com muitas dificuldades, de forma que, na segunda metade da década de 1970, os anarquistas voltaram a aparecer publicamente, com vários novos militantes, envolvidos, em sua maioria, em pequenos grupos, que possuíam como principal porta-voz o jornal *O Inimigo do Rei*. A partir do surgimento de *O Inimigo*, as esquerdas e as direitas compreenderam de uma vez por todas que o anarquismo é realmente “duro de matar” – em 1985, quando grupos anarquistas já se faziam presentes em Recife, Belo Horizonte, Rio Grande do Sul, e outras regiões do Brasil, o Centro de Cultura Social de São Paulo voltaria à atividade, e no Rio de Janeiro surgiria o Círculo de Estudos Libertários.

Precisamos compreender que na década de 1970, os novos anarquistas provinham, em sua maioria, de meios estudantis, não possuindo qualquer contato direto com as organizações anarquistas anteriores à década de 1960. A partir de 1970, a maior parte do que se produziu, era feito por gente nova, por novos anarquistas, embora os mais velhos estivessem sempre a seu lado. Por isso deixo claro que esse, acima de tudo, é um trabalho de resgate: utilizando as memórias e depoimentos, assim como alguns jornais e catálogos aos quais tive acesso, tentei compreender um pouco mais claramente como foram as duas décadas de governo militar para os anarquistas, e de que forma eles realizavam, independentes da forte repressão e censura a que todos os brasileiros estavam submetidos no período, seus encontros, de que maneira publicavam seus livros, a formação de novos grupos, etc. Tentei observar também, embora tenha sido bastante difícil, a atuação anarquista em outras regiões, além do Rio de Janeiro e de São Paulo. Até o início de 1970, praticamente não existem dados sobre anarquistas atuantes em outros estados do Brasil, o que será modificado a partir do surgimento de *O Inimigo do Rei*, na Bahia, em 1977.

4.1 O anarquismo brasileiro, meses antes do golpe de 1964

Pouco mais de um mês antes do presidente esquerdista João Goulart – considerado pelas forças de direita organizadas na Ação Democrática Parlamentar, um agente do comunismo internacional, graças a uma série de reformas de base que o mesmo pretendia realizar no Brasil ¹ – exilar-se no Uruguai, devido ao Golpe Militar que fora dado entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, realizado com o auxílio da Igreja (responsável pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que só em São Paulo reuniu quase 500 mil pessoas), com o apoio dos banqueiros e da Central Intelligence Agency – verdadeiro cérebro das manifestações e passeatas nas ruas e praças de várias cidades do Brasil –, *O Libertário* anunciava as atividades do Centro de Estudos Professor José Oiticica, da Editora Mundo Livre e do Centro de Cultura Social. De acordo com a edição de número 27-28, de fevereiro e março de 1964 daquele jornal, as atividades realizadas pelo CEPJO eram as seguintes:

- a) *Atividades Recreativas* – Realização de excursões e piqueniques;
- b) *Clube de Cinema* – Projeção de filmes de real valor científico e cultural na sede do Centro à Av. Almirante Barroso, 6 – sala 101 – Rio de Janeiro – Guanabara;
- c) *Biblioteca* – Organizada a biblioteca para empréstimo e venda de livros;
- d) *Imprensa e Propaganda* – Expedição e distribuição de livros, jornais e revistas;
- e) *Cursos e Conferências* – Realização sistemática de cursos e conferências abertas ao público em geral;
- f) *Atividades Financeiras* – Obtenção de recursos afim de enfrentar as despesas decorrentes das atividades mencionadas (*O LIBERTÁRIO*, fevereiro/março de 1964, p. 2).

Enquanto isso, a Editora Mundo Livre divulgava o lançamento de duas novas obras anarquistas: *O Anarquismo e a Ciência Moderna*, de Piotr Kropotkin, e *O Marxismo Antes e Depois de Marx*, de Varlan Tcherkessoff, além de expor à venda outros clássicos da literatura

¹. Entre outros pontos, as reformas de Jango incluíam a desapropriação de terras e a limitação do envio de lucros para o exterior. Jango era um patriota, mais patriota que os militares autores do golpe.

anarquista. A Mundo Livre funcionava em moldes cooperativistas, não tendo como objetivo o lucro – “o resultado da venda de cada edição será aplicado em edições de novas obras” (O LIBERTÁRIO, fevereiro/março de 1964, p. 04). Já o Centro de Cultura Social de São Paulo comentava a realização de “uma proveitosa sessão, na noite de sábado, 8 de março, na sua sede, à rua Rubião de Oliveira, 85 [...]”. Naquela noite, segundo *O Libertário*, o professor Breno De Grado teria proferido uma palestra sobre “a atual conjuntura da vida social brasileira”, que foi seguida de um proveitoso diálogo entre o palestrante e a assistência (O LIBERTÁRIO, fevereiro/março de 1964, p. 02).

Em suas páginas encontramos também, notícias sobre o Encontro Libertário que havia sido realizado em São Paulo, nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 1963; além de respostas a correspondentes de São Paulo, Sergipe, Paraná, Bahia, Argentina e Uruguai. Seus textos, que abordavam desde temáticas histórico-doutrinárias a manifestos de solidariedade internacional, vinham assinados por Rodolpho Felipe, Isa Ruti, Souza Passos, R. C. Cavalcante, Pedro Catallo, I. P. Egidio, Seraphim Porto e Edgard Leuenroth. Mediante a crise que naquele momento se fazia presente no Brasil, caracterizada por greves, aumento da inflação, descontrole sobre contas governamentais, dificuldades políticas, e oposição cada vez maior entre direita e esquerda, Edgard Leuenroth apresentava, na primeira página de *O Libertário*, uma proposta de solução imediata para a crise: a gestão direta.

O país atravessa, evidentemente, um dos períodos mais convulsivos de sua história. E dessa conjuntura resulta uma situação de perturbação geral da vida coletiva em todos os seus aspectos: econômico-financeiro, político-social, em todos os setores da administração pública e das demais atividades em suas múltiplas modalidades, com reflexos negativos e corruptores na vivência da população e de cada cidadão.

O pior de tudo isso é que as consequências calamitosas resultantes desse desequilíbrio social da sociedade brasileira recaem de maneira direta, como um rolo compressor, justamente sobre o elemento que movimenta a atividade produtiva do País, isto é, o povo trabalhador.

[...] O certo, entretanto, é que todos esses males [...] são oriundos da organização capitalista que, por meio desse polvo estrangulador que é o Estado, domina a sociedade baseada na exploração do homem pelo homem.

[...] Mas poderão os trabalhadores intervir de maneira eficiente e produtiva em tão complexa situação? A observação dos fatos autoriza a dizer que sim. São os trabalhadores que tudo movimentam. Sem a atividade proletária tudo se paralisaria em todos os ambientes da vida social.

[...] E por que meio? Pelo uso do recurso mais positivo do meio de luta proletária capaz de produzir resultados positivos nos movimentos reivindicadores de melhoria de situação da classe trabalhadora – a ação direta.

É pela ação direta que os trabalhadores vêm conseguindo todas as conquistas que já melhoraram um pouco o seu nível de vida, firmando certos direitos até a pouco ignorados e negados, vários dos quais já figuram em leis.

São os trabalhadores que diretamente devem estabelecer as medidas necessárias e agir no sentido de serem executadas sem queixas lamuriantes e pedidas aos que se encontram nos altos escalões da sociedade e que só se mexem sob o imperativo da ação direta.

[...] Mas o que poderá indicar como recurso de luta além dos movimentos grevistas, com a paralisação do trabalho para forçar o patronato a conceder um pouco do todo que detém dos direitos dos que trabalham?

Há um método mais objetivo, mais eficiente e produtivo – a gestão direta, ou melhor, a gestão dos centros de produção e de todas as demais atividades pelos próprios trabalhadores.

[...] Quanto ao problema do abastecimento de gêneros de primeira necessidade, seria conseguida a solução adotando-se o método cooperativista. Poderia criar uma vasta rede de cooperativas [sic.], interessando os consumidores e os produtores, produtores diretos e não os que fazem da produção meio de conseguirem ágios, lucros, com o fim de acumular fortunas à custa da exploração do povo.

Cada organização sindical criará uma cooperativa e seu conjunto formaria uma confederação cooperativa, reunindo as dos produtores, e que organizaria entrepostos cooperativos de cidades, encarregando-se da distribuição às cooperativas sindicais, que por sua vez abasteceriam os seus associados.

Por esse processo, estendido a todas as atividades, desapareceriam os intermediários, os açambarcadores, os falsificadores dos produtos, todos aqueles que vivem, exploram, enriquecem e corrompem o meio social com prejuízo dos produtores e dos consumidores.

Será isso difícil de se conseguir? Não. Depende apenas da ação, ação direta, que é a única mais produtiva (O LIBERTÁRIO, fevereiro/março de 1964, p. 01).

O texto mereceu ser quase todo transcrito, principalmente por nos apresentar uma continuidade das idéias anarquistas. Analisando-o, se percebe claramente características de algumas das escolas anarquistas que foram apontadas no primeiro capítulo, misturadas ao cooperativismo. Em suas propostas de organização, o princípio da ação direta – a realização de tudo o que tiver que ser feito através das capacidades dos próprios trabalhadores, sem qualquer mediador ou legislador representante; as organizações descentralizadas, federativas, que tanto

foram eixo do mutualismo, quanto do coletivismo bakunista e do comunismo libertário; a relação produção-consumo sem fins lucrativos (outra característica anarco-comunista); e a autogestão, ou gestão direta de todo o processo de produção e distribuição, tendo como veículos os organismos sindicais. Percebe-se, então, um anarquismo-comunista de base sindical.

Fica claro que, na década de 1960, as principais organizações libertárias ativas no Brasil eram duas: o CEPJO no Rio de Janeiro e o CCS em São Paulo. Ao que tudo indica, naquele período, era ao redor desses dois centros que girava o anarquismo brasileiro. Conseqüentemente, era no Rio de Janeiro e em São Paulo que se encontravam os anarquistas mais ativos e organizados.

4.2 O CEPJO e o CCS após o golpe de 1964

O golpe militar havia sido dado na noite de 31 de março – para os anarquistas, na madrugada de 1º de abril –, e o AI-5 implantado em 13 de dezembro de 1968. No Rio, o CEPJO foi fechado e seus membros presos, entre os dias 08 e 21 de outubro, de 1969 (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p.55). Antes da invasão dos militares da aeronáutica ter sido realizada, as atividades do CEPJO prosseguiram normalmente, apenas com um pouco mais de cautela e discrição. Naquela época havia no Centro um estudante matriculado nos cursos de psicologia, que era delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), mas que também era amigo pessoal do casal anarquista Ideal Peres e Esther Redes. O delegado Aladyr Ramos já vinha freqüentando o Centro há algum tempo, quando seus administradores passaram por dificuldades financeiras – o proprietário da sala, ciente das atividades realizadas pelo Centro, amplamente divulgadas pela imprensa, resolve cobrar um preço altíssimo pela renovação do contrato. Ideal decidiu conversar com Aladyr e, surpreendentemente, o “policial encarregado de

prender e processar subversivos”, segundo as palavras de Edgar Rodrigues, se oferece para reivindicar na justiça um valor mais acessível pelo aluguel da sala, sem cobrar quaisquer honorários (antes do golpe, para sanar suas dificuldades econômicas, os anarquistas do CEPJO dividiam a sala e o aluguel com alguns trotskistas que, após o poder militar ter sido instaurado, fugiram uns para Cuba, outros para o Chile, enquanto que outros se esconderam pelo Brasil). O contrato acabou sendo renovado por cinco anos, sofrendo apenas um reajuste mínimo (mais à frente veremos como Aladyr Ramos auxiliou os anarquistas do Rio de Janeiro, que haviam sido presos).

Após o golpe, tornou-se comum a presença de indivíduos estranhos no CEPJO, provavelmente policiais infiltrados. Com certa frequência, chegavam e observavam os títulos dos livros da biblioteca, e no fim das conferências lançavam propostas à realização de determinadas ações que em realidade os membros do CEPJO não cogitavam realizar. De forma semelhante, em São Paulo, o Centro de Cultura Social também passava a ser investigado pela polícia. Após o golpe, os frequentadores do CCS – pintores, marceneiros, pedreiros, etc – resolveram criar o “Laboratório de Ensaios” e, em mutirão, construíram banheiros e um pequeno teatro. Diariamente, segundo Jaime Cubero, independente da censura, o teatrinho lotava: se à censura era entregue um texto de uma peça, na prática, era apresentada outra. Quando apareciam os fiscais do DOPS, afirmava-se que o CCS era uma escola e que eles estavam dando aulas, ou ficavam dois ou três companheiros na porta do teatro, para evitar a presença de policiais disfarçados que já eram conhecidos (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 133-134). Porém, a situação foi ficando cada vez mais complexa, de forma que no dia 1º de maio de 1968, realizou-se um encontro em São Paulo, em “Nossa Chácara”, envolvendo anarquistas do Rio e de São Paulo, para decidir quais seriam os rumos que o movimento deveria tomar, mediante o crescimento da repressão e da situação geral do país. Naquela época já estava vivo e ativo o Movimento

Estudantil Libertário que, assim como outras organizações estudantis, andava inquieto com a repressão. Os jovens do MEL estiveram presentes naquele encontro, e suas atividades libertárias não se limitavam a simples panfletagens: trabalhavam com teatro libertário, além de terem aberto um seminário de literatura e um curso de alfabetização numa favela do Cordovil, subúrbio do Rio de Janeiro (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 51).

Necessário se faz abrir um parêntese, já que citei o Movimento Estudantil Libertário, para falar um pouco sobre os acontecimentos que marcaram a Europa, desde a França, em maio de 1968. Muita gente que pensava ser o anarquismo uma página virada da história surpreendeu-se com as bandeiras negras tremulando entre as vermelhas, em meio às barricadas que fizeram com que os anarquistas gritassem ao mundo: “Ainda estamos vivos!”.

4.2.1 Maio de 1968 e o “ressurgir” do anarquismo

O ano de 1968 foi marcado por uma série de manifestações – majoritariamente estudantis – em várias partes do mundo. “Os moços reagem e protestam na Rússia como na Argentina, na Tchecoslováquia como no Brasil, na Iugoslávia como no Uruguai, na Hungria como na Espanha. Reclamam liberdade!” (RODRIGUES, 2003, p.71). O ápice das manifestações foi alcançado na França, desde o dia 1º de maio – as grandes agitações estudantis e a greve geral repercutiram por todo o globo, principalmente no mundo ocidental. Segundo os comentários de uma testemunha ocular que esteve por duas semanas em Paris, durante o mês de maio de 1968, os levantes estudantis ocorridos na França foram sem dúvida

O maior levantamento revolucionário na Europa Ocidental desde a Comuna de Paris. Centenas de milhares de estudantes travaram batalhas intensas com a polícia. Nove milhões de trabalhadores entraram em greve. A bandeira vermelha da revolta tremulou sobre fábricas ocupadas, universidades, canteiros de obras, estaleiros, escolas primárias e

secundárias, entradas de minas, estações ferroviárias, lojas de departamento, navios transatlânticos ancorados, teatros, hotéis. [...] Sob a influência dos estudantes revolucionários, milhares de pessoas começaram a questionar todo o princípio hierárquico. Os estudantes o questionaram onde ele parecia ser mais “natural”: nos domínios do ensino e do saber. Afirmaram que a autogestão democrática era possível – e para provar começaram eles mesmos a pô-la em prática. Denunciaram o monopólio da informação e produziram milhões de panfletos para rompê-lo. Atacaram alguns dos principais pilares da “civilização” contemporânea: os obstáculos entre os trabalhadores manuais e intelectuais, a sociedade do consumo, o caráter “divino” da Universidade e de outras fontes da cultura e da ciência capitalista (SOLIDAITTY, [s. d.], p. 73-74.).

As manifestações em Paris, com suas barricadas e bandeiras vermelhas e negras foram algo realmente inesperado, principalmente porque toda a esquerda partidária francesa, inclusive grupos de estudantes trotskistas e maoistas, se opuseram à radicalização das manifestações, principalmente à construção de barricadas. “Os que seguiram em frente sem hesitar foram os anarquistas, os anarquizantes, os *situacionistas*” (HOBSBAWM, 2003, p. 95). Erich Hobsbawm, que em 1966 já havia escrito em um ensaio sobre a Guerra Civil Espanhola, comentários sobre uma nova escola de historiadores libertários, dentre os quais se encontraria a “formidável inteligência de Noam Chomsky” (HOBSBAWM, 2003, p. 85), era obrigado a admitir em 1969 – depois de afirmar que o anarquismo havia desaparecido com os reis e imperadores que seus militantes geralmente procuravam assassinar; que como movimento revolucionário o anarquismo havia sido idealizado quase para o fracasso, sem nada contribuir à teoria socialista; que o anarquismo era um problema político dos partidos comunistas; que era um desastre, um movimento puramente voluntarista e ineficaz; uma idéia sem importância no âmbito mundial; e que os anarquistas eram pistoleiros, revolucionários equivocados, entre outros adjetivos do gênero –, em suas *Reflexões Sobre o Anarquismo*, que o anarquismo tornara a ser, “uma vez mais, uma força política”, e que os acontecimentos de maio de 1968 na França, além de inesperados e imprevistos, foram quase inacreditáveis e impressionantes (HOBSBAWM, 2003, p. 67-98). Para Hobsbawm, na década de 1960, o anarquismo estava em moda, e as razões inesperadas e

injustificadas para tal modismo, encontravam-se na crise da qual foi vítima o movimento comunista internacional, após a morte de Stálin.

O stalinismo, essa hipertrofia do Estado ditatorial burocratizado, parecia justificar o argumento bakuniniano de que a ditadura do proletariado se converteria em simples ditadura, e que o socialismo não poderia ser construído sobre tal base. Ao mesmo tempo, a remoção dos piores excessos do stalinismo tornou claro que, mesmo sem expurgos e campos de trabalho, a espécie de socialismo introduzido na URSS estava muito distante daquilo que a maioria dos socialistas tinha em mente antes de 1917, e que os principais objetivos daquele país [...] não tinham qualquer relação especial com o socialismo, a democracia ou a liberdade (HOBSBAWM, 2003, p. 93).

Realmente, para aqueles que acompanharam praticamente, vivenciaram e observaram de dentro os levantes ocorridos em maio de 1968, em Paris e em outras partes da Europa, os regimes “socialistas” implantados em países como a Rússia, nada possuíam de socialismo, assim como os partidos comunistas deixavam de ser organizações revolucionárias. Foi o caso de *Solidarity* – um observador anônimo das revoltas de maio de 1968, que “viu, ouviu e descobriu” muito, durante as duas semanas que estive em Paris, naquele período. Para ele,

Os eventos ocorridos na França possuem uma importância que vai além das fronteiras da França moderna. Eles deixarão sua marca na história da segunda metade do século XX. As fundações da sociedade burguesa francesa acabaram de ser sacudidas. Qualquer que seja a consequência da luta em curso, devemos tranquilamente nos darmos conta de que o mapa político da sociedade capitalista ocidental nunca será o mesmo novamente. Uma era inteira se encerrou: a era durante a qual as pessoas não podiam dizer, com uma cara de verossimilhança, que “não poderia acontecer aqui”. Uma outra era está começando: na qual as pessoas *sabem* que a revolução é possível sob as condições do capitalismo burocrático moderno. Para o stalinismo, também uma era inteira está terminando: a era na qual os partidos comunistas na Europa Ocidental podiam afirmar (certamente com decrescente credibilidade) que ainda eram organizações revolucionárias, mas que as ocasiões revolucionárias nunca apareciam. Essa idéia foi agora irrevogavelmente varrida para a proverbial “lata de lixo da história”. Quando as cartas estão na mesa, o Partido Comunista Francês e os trabalhadores sob sua influência provaram ser o último e mais efetivo “freio” do desenvolvimento da atividade revolucionária autônoma da classe trabalhadora (SOLIDARITY, [s. d.], p 13-14).

Como os anarquistas sempre sustentaram que o caminho governamental não seria a via construtora do socialismo, suas propostas, mediante a crise internacional pela qual os países

“socialistas” estavam passando, encontraram-se revitalizadas. Hobsbawm acreditava também que havia um outro e mais importante motivo para o surgimento da “moda” anarquista – esse motivo eram as dificuldades encontradas pelos revolucionários em situações não revolucionárias. Ora, a década de 1950 e o início da de 1960 teriam sido marcadas por uma estabilidade aparentemente perpétua do capitalismo ocidental, o que teria afetado o mais forte argumento da análise clássica marxista: a inevitabilidade histórica da revolução proletária. Com o capitalismo, permanecendo estável, em um período em que o governo russo não mais defendia a tomada revolucionária do poder em outros países, a idéia de uma revolução proletária historicamente inevitável perdia sua força. “Se a história parecia não trazer a revolução, como ela poderia ocorrer?”. O anarquismo teria dado uma aparente resposta: “A revolução chegará porque os revolucionários a desejam com muita paixão e porque realizam constantemente atos de revolta, um dos quais, mais cedo ou mais tarde, será a fagulha que fará arder o mundo” (HOBBSAWM, 2003, p. 94). Tal argumento, bastante pobre perante os argumentos da doutrina anarquista, teria substituído a idéia marxista de uma revolução que seria o “destino” da humanidade. Para os revolucionários anarquistas, situacionistas, marxistas heterodoxos de 1968, as argumentações clássicas do marxismo estariam invalidadas, e em seus lugares, e no lugar de outras idéias também consideradas clássicas, surgiriam novas percepções da realidade:

O movimento atual mostrou que a contradição fundamental do capitalismo burocrático moderno não é a “anarquia do mercado”. Não é a “contradição entre as forças produtivas e as relações de propriedade”. O conflito central ao qual todos os outros conflitos estão relacionados é o conflito entre os que dão ordens (dirigentes) e os que obedecem ordens (executores). A contradição insolúvel que atravessa o âmago da sociedade capitalista moderna é a contradição entre a sua necessidade de excluir as pessoas da gestão de suas próprias atividades e ao mesmo tempo requerer a participação delas, sem a qual ela ruiria. Essas tendências se expressam por um lado na tentativa dos burocratas de converter homens em objetos (pela violência, pela mistificação, por novas técnicas de manipulação – ou “sonhos materiais”) e, por outro lado, na recusa humana de permitir que sejam tratados dessa forma. Os acontecimentos na França mostram claramente algo que todas as revoluções mostraram mas, pelo que parece, tem de ser sempre reaprendido. Não existe “perspectiva em si mesma revolucionária”, não há “aumento gradual das contradições”,

não existe “progressivo desenvolvimento da consciência revolucionária das massas”. O que existe são as contradições e os conflitos que descrevemos e o fato da sociedade burocrática moderna produzir, de certa forma inevitavelmente, “acidentes” periódicos que interrompem seu funcionamento. Ambos provocam intervenções populares e fornecem às pessoas oportunidades para reivindicarem seus direitos e para transformarem a ordem social. O funcionamento do capitalismo burocrático cria as condições a partir das quais uma consciência revolucionária pode emergir. Essas condições são uma parte integrante da totalidade da estrutura social alienante, hierárquica e opressiva. Sempre que se trava uma luta, se é forçado mais cedo ou mais tarde a questionar a totalidade da estrutura social (SOLIDARITY, [s. d.], p. 75-76).

Para Gilbert Green, que foi capaz de enxergar um pouco mais longe que Hobsbawm as revoltas das massas juvenis da década de 1960, não existia qualquer modismo entre os jovens, por mais aparentemente anarquizantes que tivessem sido durante aquela década. A juventude havia formado movimentos bem mais sérios que quaisquer “modismos passageiros”, capazes de romper com o sufocante, conformista e reacionário padrão de vida e comportamento vigente por toda a década de 1950, no cenário ocidental (GREEN, 1982, p. 07).

Enquanto na França e em outras áreas da Europa, em 1968, as bandeiras negras e os “A” circulados indicavam ao mesmo tempo a vitalidade da idéia anarquista, seu ressurgimento entre os movimentos sociais, e o crescimento do descrédito da juventude perante as idéias revolucionárias clássicas do marxismo-leninismo, no Brasil, em 1969, tiveram início as perseguições e prisões contra anarquistas. Retornemos, portanto, à situação do movimento anarquista brasileiro, durante o ano de 1968.

4.3 O recrudescer da repressão

Em maio de 1968, o aumento da repressão militar deixava os estudantes organizados em movimentos de esquerda, inquietos. Em 28 de março daquele ano, o secundarista Edson Luís Lima Souto foi assassinado pela polícia, em um restaurante, durante uma invasão policial. Em



meio à revolta da juventude, o Movimento Estudantil Libertário, fazendo uso de um velho mimeógrafo do CEPJO, imprimiu e distribuiu uma série de panfletos que expressavam a tônica revoltosa daqueles estudantes. Eis os títulos de alguns dos panfletos: “Fora com essa corja de vadios”, “Olho por olho, dente por dente”, “Cidadãos, o seu voto ajuda ou prejudica a comunidade?”, entre outros. Em alguns desses panfletos, que chegaram a ser lançados do alto de edifícios do Rio, era proposta até mesmo a violência revolucionária como resposta às arbitrariedades do Estado, e isso irritou muito a polícia. A polícia brasileira já andava com certo receio das manifestações estudantis, devido às notícias que chegavam ao Brasil sobre os movimentos ocorridos em Paris.

No dia 09 de outubro de 1969, os militares da aeronáutica arrombam o CEPJO e carregam parte do “material subversivo”, rasgando todo o resto e espalhando tudo pela sala. Além da máquina de escrever e de algumas obras anarquistas, levaram o fichário e o livro de presença dos frequentadores dos cursos e dos visitantes do Centro (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], 54-58).

Em São Paulo, cinco meses antes do AI-5 ser promulgado, junto com a Lei de Segurança Nacional, o jornal *Dealbar* era publicado e distribuído normalmente. Assim que a Lei foi assinada, Jaime Cubero e Pedro Catalo, editor de *Dealbar*, resolveram parar com a distribuição do jornal, “segurando” uma edição de 1.000 exemplares. Ao mesmo tempo, o aluguel do prédio do Centro de Cultura Social aumentara demasiadamente e, quando veio o AI-5, poucos foram os anarquistas de São Paulo que se encontraram dispostos a contribuir com o pagamento do aluguel. Devido às circunstâncias econômicas e a crescente repressão, alguns anarquistas reunidos, estrategicamente, resolveram parar com as atividades do CCS, cancelando-as de forma provisória – O CCS parou em 21 de abril de 1969, para retornar somente em 14 de abril de 1985, após o término do regime militar.

Pouco antes da invasão do CEPJO, no Rio de Janeiro, os anarquistas de São Paulo haviam marcado um encontro no Rio, para tratar da segurança do movimento. Sem saber da invasão do CEPJO, alguns militantes chegaram ao Rio levando jornais e outros materiais para trocar, porém, no lugar combinado para o encontro, ninguém foi encontrado. Resolveram, então, voltar para São Paulo. A essas alturas, Ideal Peres estava preso, e sua companheira, Esther Redes, escondida em um sítio do socialista Dr. Cláudio Gonzaga Roland. Roberto das Neves, amigo de Edgar Rodrigues, ligou para São Paulo duas vezes, falando em códigos, pedindo notícias do pessoal de São Paulo e avisando que alguns anarquistas do Rio estavam presos. O estado de tensão aumentou em São Paulo, mas quando os militares foram para lá, procurar os anarquistas, o CCS já estava fechado, e eles não encontraram nada.

Devido a essa estratégia, em São Paulo, de fechar o Centro, de não soltar o jornal, de ter recuado, os militares que vieram aqui voltaram e alegaram que não encontraram nada, que o movimento tinha acabado. Mas a gente estava se reunindo clandestinamente [...]. (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 133-145).

Clandestinamente, o movimento seguiu, embora cada vez mais fosse menor o número de anarquistas que permaneciam ativos. Mesmo assim, não demorou muito para que novas personalidades surgissem, auxiliando com suas forças a permanência e a atuação do anarquismo no Brasil.

4.3.1 O processo dos anarquistas do Rio de Janeiro

Após ter sido preso e submetido a interrogatório, Ideal Peres acabou entregando às forças de repressão o endereço do local de trabalho de Edgar Rodrigues, que trabalhava na construção civil. Não tendo encontrado nada de subversivo em seu escritório, os militares decidem levá-lo

para depor. A princípio, Rodrigues conseguiu convencer o tenente Lobo e o sargento Durval de que “era uma boa pessoa” e, a partir de então, uma série de negócios viriam a ser travados entre o militante anarquista e as forças repressoras do Estado – negócios que mais à frente auxiliariam a absolvição dos anarquistas. Para que o tenente Lobo o deixasse dormir em casa e ir depor no outro dia, Rodrigues se comprometeu a visitar sua casa durante a noite, para “resolver” um problema em seu banheiro social: revesti-lo com azulejo decorado. À noite, na residência do tenente, Rodrigues recebeu um papel com seis perguntas, que lhe seriam feitas no dia seguinte pelo chefe do inquérito, major Veloso.

A maioria dos membros do CEPJO já havia prestado depoimento, quando Rodrigues foi cordialmente apresentado ao coronel Amâncio, como um “construtor competente e sério”. Tudo ocorrera bem durante o depoimento de Edgar, de forma que, ao término do mesmo, o major Veloso o acompanhou até o carro – os militares estavam interessados na realização de mais algumas trocas. Dias depois, os anarquistas Pietro Ferrua, Edgar Rodrigues e Manuel Ramos se reúnem na casa do companheiro Matos. Naquela reunião, lavram uma ata encerrando as atividades do CEPJO, que foi publicada no Diário Oficial do Estado. Rodrigues procurou o Dr. Décio Gama para reparar os estragos da sala em que o Centro funcionava, dar prosseguimento ao destrato da mesma, e acertar as despesas pendentes com o proprietário.

Estando a diretoria do CEPJO em liberdade, a estratégia seguida foi realizar reuniões em locais alternados. As caixas de correio da Editora Mundo Livre e as do presidente do Centro, Pietro Ferrua, foram bloqueadas pelos militares, e uma das primeiras medidas que os anarquistas tomaram foi avisar aos companheiros do exterior que não lhes enviassem imprensa libertária. Semanas depois, o sargento Durval Queiroz passou a procurar Rodrigues para vender-lhe algumas informações e livros que estavam retidos no processo – assim, enquanto os anarquistas do Rio ficavam atualizados do andamento do inquérito, a carga contra o CEPJO era aliviada.

Na noite de Natal de 1969, Edgar Rodrigues recebia do tenente Osvaldo Lobo, o original de seu livro *Nacionalismo e Cultura Social*, todos os filmes dos Congressos Anarquistas realizados em “Nossa Chácara”, os filmes dos piqueniques, e o livro de presença do CEPJO, no qual constavam centenas de nomes de visitantes e freqüentadores. Os filmes, o oficial obrigou-o a queimar, e realmente eram bastante comprometedores, visto que apresentavam militantes de várias partes do Brasil, nos Congressos realizados em 1959, 1962 e 1963.

Dias depois, convidados por um homem que se auto-intitulava “Dr. Lucas”, e auxiliar do promotor José Manes Leitão – encarregado de formalizar as acusações contra os anarquistas do CEPJO –, Edgar Rodrigues e Ideal Peres foram à Avenida Paulo de Frontim, ao escritório do dito Doutor. No escritório, o Dr. Lucas afirmou que, se o Doutor Lino Machado Filho (antigo deputado do Partido Trabalhista Brasileiro) fosse contratado como advogado, as acusações contra os anarquistas seriam aliviadas. Segundo Lucas, todos os anarquistas deveriam ser defendidos pelo mesmo advogado. O preço para a defesa seria de Cr\$ 32.500,00. Além disso, conversando com Rodrigues, Dr. Lucas reclama das dificuldades para reformar um banheiro em sua casa, surgindo de tal conversa uma nova negociação – Esther Redes ficaria fora do processo, e Edgar Rodrigues poderia lê-lo e copiar alguns depoimentos. A inerente corrupção dos homens do Estado acabou facilitando as coisas para o lado dos anarquistas, quando um novo problema aparece: os jovens do MEL não possuíam condições de pagar suas cotas do valor exigido para o advogado, ficando apenas cinco anarquistas comprometidos em conseguir todo o dinheiro. Com muito esforço, e graças à solidariedade de outros companheiros libertários, do Rio e de São Paulo, as cotas foram pagas (os Cr\$ 32.500,00 foram divididos em um primeiro pagamento de Cr\$ 6.500,00, pago na assinatura do contrato, seguido de doze pagamentos de Cr\$ 2.170,00).

Dentre os nomes que Edgar Rodrigues e Ideal Peres selecionaram para testemunhar a favor dos envolvidos, estava o do Dr. Aladyr Ramos Braga, delegado do DOPS, que freqüentava

as aulas de psicologia do CEPJO. Surpreendentemente, Aladyr aceitou defender o CEPJO e seus diretores – o que constituiu mais um ponto positivo a favor dos anarquistas. O próximo ponto favorável estaria prestes a acontecer: entre a segunda e a terceira audiência do processo n.º 58/69, Rodrigues resolve visitar o escritório de contabilidade de um amigo, J. B. de Souza, que trabalhava em Cascadura. Ao chegar ao escritório, Rodrigues foi apresentado por seu amigo – que não sabia de nada do que estava acontecendo com Rodrigues e os anarquistas do Rio – a um outro amigo seu que, para sorte dos anarquistas, era exatamente o juiz que os estava julgando. “Lamento ter-nos conhecido em circunstâncias tão adversas”, teria dito Rodrigues, enquanto estendia sua mão para apertar a do juiz. Após terem travado uma conversa, marcaram um encontro secreto para o dia seguinte.

Segundo Rodrigues, no encontro, na casa do Doutor juiz João Nunes das Neves, Rodrigues foi questionado pelo mesmo sobre o que se fazia no CEPJO e qual a finalidade de seus cursos, além de exigir um resumo verbal da idéia anarquista. Após as explicações exigidas terem sido dadas, o Dr. Nunes das Neves prometeu absolver os anarquistas, porém, ninguém, além de Edgar Rodrigues, J. B. de Souza e o próprio juiz deveriam saber que aquela conversa havia sido realizada. Assim, no dia 30 de novembro de 1971, os anarquistas do CEPJO foram absolvidos. Suas absolvições foram confirmadas pelo Superior Tribunal Militar, de Brasília, em 12 de junho de 1972. Conforme nos explica o próprio Rodrigues, os anarquistas se safaram graças aos seguintes fatores: o esvaziamento dos motivos da detenção e retirada de “peças” do processo; ao seu encontro com o juiz auditor; ao depoimento do delegado do DOPS, Aladyr Ramos Braga; e a defesa do advogado Lino Machado Filho (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 56-66).

A consequência de tal processo foi o fim do CEPJO e do Movimento Estudantil Libertário, no Rio de Janeiro. Os anarquistas contam que, em outras partes do Brasil, sempre que era preso

um estudante que aparentemente não pertencia a algum partido, os policiais o indiciavam como membro do MEL.²

4.4 Sobre a resistência anarquista no Brasil, durante o regime militar

A resistência se dá quando não se cede a pressões – quando a idéia de “morte certa” não é aceita pelo moribundo que agoniza em seu leito de morte. Resistir é defender-se, assim como contra-atacar, fazendo oposição ao estabelecido – ao que nos é imposto e forçado. Resistência é, também, a luta que se trava em defesa de um ideal.

O movimento anarquista, sem sombra de dúvidas, foi o movimento revolucionário mais perseguido da história brasileira. Desde o final do século XIX, tendo sobrevivido ao autoritarismo contínuo de governos patriotas e de aspirantes a governo; tendo tido amigos, companheiros e irmãos, presos, deportados, torturados, assassinados ou desaparecidos; assim como seu trabalho manual e intelectual de anos – que ergueu e deu vida a escolas, sindicatos, grupos de teatro, tipografias e editoras, que alfabetizou e educou, mobilizou, combateu os preconceitos, uniu e conquistou espaços vitais à melhoria existencial de trabalhadores semi-escravizados –, invadido, saqueado, pilhado e destruído; os libertários permaneceram, e o ideal anarquista sobreviveu. A contragosto de sociólogos e intelectuais, de marxistas – que acreditavam que o anarquismo não passava de uma doutrina social obsoleta ou primitiva –, a bandeira negra da Revolução Social, do luto e da luta de trabalhadores que ainda permanecem explorados, que continuam vitimados pelo capitalismo e pelo autoritarismo, está erguida.

². No livro *Perfil dos Atingidos* (Tomo III do projeto “Brasil: Nunca mais”), publicado pela Editora Vozes, em 1988, há registro de vários grupos de esquerda que foram atingidos pela Ditadura Militar, entre eles o CEPJO e o MEL (PERFIL DOS ATINGIDOS, 1988, p. 103-104).

Para construir um quadro da resistência anarquista no Brasil, durante o regime militar, recorri principalmente a informações dispersas em jornais e informativos. Sobre a década de 1960, os dados encontrados abordam a situação do movimento unicamente entre o Rio de Janeiro e São Paulo, tendo permanecido naqueles dois estados verdadeiros focos de resistência libertária. Malgrado a perseguição e o encerramento do CCS e do CEPJO, além do fim do MEL, os anarquistas permaneceram publicando suas idéias e realizando encontros clandestinos. A respeito de uma possível resistência armada organizada por anarquistas, não há notícias, com exceção de uma ou outra declaração de guerrilheiros que, embora se afirmassem anarquistas, estavam inseridos em organizações hierarquizadas, embasadas por idéias marxistas-leninistas. Os anarquistas já eram experientes em relação a ditaduras – foram o movimento mais perseguido durante o governo de Bernardes e durante a ditadura getulista –, e desde 1945 abandonaram as grandes manifestações e revoltas pela prática pedagógica difusora dos ideais acratas. Conforme afirmou Jaime Cubero:

Numa ocasião, num debate lá no Centro de Cultura, chegou a se discutir esse problema da violência, dos movimentos armados, quando veio a redentora.³ Nós, conscientemente, resolvemos não nos envolver na luta armada devido a várias circunstâncias (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 117-118).

E realmente eram várias as circunstâncias que impediam os anarquistas de partirem para os movimentos armados – não só o fato de muitos deles discordarem da violência, afirmando que ela é uma forma de autoridade, mas porque não possuíam quaisquer condições materiais de levantar um movimento libertário armado que pudesse sair vitorioso. Se os simples panfletos e pichações do MEL desencadearam a ira dos militares, em quanto mais as armas a intensificariam?

³. O movimento que implantou a ditadura militar no Brasil se auto-intitulava “Revolução Redentora”.

O que seria de uma minoria anarquista armada, em confronto com o rolo compressor autoritário que é o Estado militar? E qual seria a imagem que o anarquismo passaria a possuir? A idéia anarquista já estava por demais deturpada, para a realização de qualquer ação desse tipo.

Sabe-se que durante a perseguição aos anarquistas do Rio de Janeiro e São Paulo, alguns militantes do movimento não cessaram suas atividades. Malgrado as perseguições, chantagens, prisões e torturas a que foram submetidos, e independente de sua pequena imprensa estar oficialmente impedida de circular, alguns militantes continuavam bem ativos, como o escritor Pedro Ferreira da Silva, o editor Roberto das Neves, José Romero, Pascoal Gravina, a família Germinal, Luís Saturnino, Diamantino Augusto, Angelina Soares, Amílcar dos Santos, Sebastião Batista, Seraphim Porto, Ideal Peres, Esther Redes, o médico Afonso Vieira, Raul Pereira dos santos, Enio Cardoso, João Peres, Manuel Peres, Manuel Matos, Fernando Neves, Manuel Ramos, Pietro Ferrua, Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Francisco Cuberos, Valdir Copesque, e outros que se uniram aos anarquistas, em pleno governo militar. Um exemplo desses novos militantes que se uniram aos anarquistas é o caso do escritor, terapeuta e dramaturgo Roberto Freire. Freire, a princípio, antes de conhecer o anarquismo, teve acesso a literaturas e a grupos marxistas, mas jamais conseguiu se filiar a qualquer partido, tanto por não suportar as normas internas, quanto por não ter sido aceito. Meses após o golpe de 1964, ele foi preso por determinação da marinha, e logo depois, seqüestrado, ambas as vezes por ação do DEOPS. Estando preso, respondeu por textos “subversivos” que havia publicado no jornal *Brasil, Urgente*, que fundara em 1962, junto a padres dominicanos e intelectuais católicos, que seguiam a encíclica *Mater et Magister*, escrita pelo Papa João XIII, através da qual os fiéis eram conclamados a agir verdadeiramente em prol dos trabalhadores do campo e da cidade dos países subdesenvolvidos; por haver oferecido abrigo a fugitivos políticos; por se negar a dizer nomes e paradeiros de amigos; por um Plano de Popularização do Teatro, que elaborara em 1962, quando era diretor do Serviço Nacional de

Teatro; por trabalhos realizados com Paulo Freire; pela construção do Teatro da UNE; e por outras práticas “perigosas” (FREIRE, 1977, p. 334-335). Roberto seria preso e torturado algumas outras vezes. Em consequência de tantas torturas, chegou a perder a visão de um de seus olhos.

4.4.1 Notícias de encontros e contatos clandestinos

Após o fechamento do CEPJO, no Rio, e do encerramento provisório das atividades do CCS, em São Paulo, em 1969, as reuniões anarquistas ficaram bastante difíceis de serem realizadas. Principalmente durante o violento governo do general Emílio Garrastazu Médici (25 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974) – época em que o crescimento da execução de pessoas foi contrabalançado com a ficção do “milagre econômico brasileiro”, apresentado à população pelo ministro Delfim Neto através de falsos e elevados índices de crescimento econômico, que em pouco tempo caíam por terra –, o clima negativo pesava nos ares brasileiros. As notícias de subversivos presos eram sempre mais freqüentes, e o medo de estar sendo perseguido a todo instante envolveu os militantes libertários que, aos poucos, se afastavam do movimento. No Rio de Janeiro, as reuniões ocorriam sempre em lugares alternados – o escritório de Edgar Rodrigues ou a casa de Ideal Peres e Esther Redes, por exemplo. Ideal e Esther, durante a década de 1970 “criaram um grupo de estudos do anarquismo em sua própria casa, recebendo jovens e velhos militantes” (LIBERA... AMORE MIO, julho/agosto de 2003, p. 02).

O anarquista José Carlos Orsi Morel, que a partir de 1972 conheceu e conviveu com Jaime Cubero, aprendendo com ele muito sobre anarquismo, escreveu, em uma matéria que tratava da morte de Jaime, encontrada no informativo *Libera... Amore Mio* de junho de 1998, que

Durante os tempos duros da década de 70, a sua sapataria servia de ponto de encontro para os militantes paulistas, brasileiros e, até mesmo, internacionais. Grande parte do

ressurgir do interesse pelas idéias libertárias, a partir de 1975, deveu-se a este seu desprendimento, que era também o de sua família próxima (sua companheira, seu irmão Francisco e sua cunhada). [...] Não conheço muitas pessoas que naqueles tempos soturnos arriscassem com tanta simplicidade seu ganha-pão e o bem-estar de seus familiares em prol de um ideal político. Tal coragem manifestava-se sem os ouropéis da empáfia, sem buscar fama ou reconhecimento – fazia-se o que deveria ser feito e ponto final: simples, modesta, monolítica é tal grandeza anônima de anarquistas, que jamais se tornarão nomes de ruas ou terão estátuas em praça pública, que me fez persistir no movimento, que me fez acreditar que a anarquia é possível e viável, desde que as pessoas realmente se empenhem par construí-la (LIBERA... AMORE MIO, junho de 1998, p. 03).

A sapataria em que se reuniam os anarquistas ficava na Avenida Celso Garcia, em São Paulo, e não pertencia a Jaime Cubero – pertencia a seu irmão, sendo Jaime apenas seu sócio. Durante toda a ditadura, estando o CCS fechado, os anarquistas, às vezes em número de 30 ou 40, se encontravam na loja de sapatos, que era um ponto de referência para os militantes de outros estados. Na sapataria ocorreram inclusive encontros com militantes de outros países, como o secretário geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 136). Encontros com até duzentas pessoas foram realizados em “Nossa Chácara”, e outras reuniões ocorreram “na casa de um companheiro, do clube do Morumbi. Nós íamos um por cada quarteirão, descíamos dois ou três pontos antes, sempre olhando, driblando, para podermos nos reunir” (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 143-144). Em 1974, mediante toda a dificuldade de contato interno e externo, os anarquistas brasileiros, durante o processo revolucionário português que ficou conhecido como a “Revolução dos Cravos”,⁴ procuravam contribuir com o fim das necessidades ideológicas dos anarquistas portugueses, que

⁴ Em Portugal, entre o fim de 1973 e início de 1974, a luta contra o fascismo deu formas a um grande movimento social, no qual a primeira grande frente de luta popular foi formada pelo movimento operário, a segunda, pelo movimento democrático, a terceira, pelo movimento juvenil, e a quarta, pela classe média. Os trabalhadores agrícolas, os pescadores, os trabalhadores das indústrias, entre outros, em muito influenciaram o processo revolucionário. Ao mesmo tempo, os movimentos pela libertação da Guiné-Bissau, de Moçambique e Angola conquistavam pequenas vitórias através da luta armada, de forma que uma quinta frente de luta surgiu dentro das forças armadas, contra a guerra colonial e contra o colonialismo. Em 25 de abril de 1974, os 48 anos da ditadura implantada por Salazar chegavam ao fim, graças aos movimentos populares e ao Movimento das Forças Armadas. Naquele dia, multidões saíram às ruas com cravos vermelhos nas mãos, enfeitando com cravos os fuzis dos militares – seria a Revolução Portuguesa, também chamada de Revolução dos Cravos.

precisavam de literatura libertária, devido ao crescimento do movimento no período. Os anarquistas de São Paulo não deixaram de lhes enviar brochuras em português, independente da censura vigente nos Correios, através da seguinte estratégia: visto que algumas agências brasileiras possuíam autonomia para verificar e selar a correspondência, de forma que ela não seria reaberta pela Censura do Correio Central, Jaime Cubero – amigo da chefe de uma de tais agências – enchia caixas de sapato vazias com panfletos anarquistas, recobria-os com revistas e panfletos religiosos, e as enviava para o Porto. Sem jamais despertar suspeitas, o material chegava com segurança às mãos dos anarquistas lusitanos (LIBERA... AMORE MIO, junho de 1998, p. 03).

4.4.2 A publicação de livros anarquistas e de livros sobre o anarquismo

Cientes de que não possuíam condições de combater os militares através de uma organização armada, e já relativamente experientes em relação a ditaduras, os anarquistas prosseguiram em sua batalha ideológico-cultural. Em 1969, ainda respondendo o inquérito policial-militar, Edgar Rodrigues publica *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*, pela editora Laemmert. Antes disso, em 1968, já havia lançado muito precariamente *Socialismo: Síntese das Origens e Doutrinas* (obra que, malgrado a má qualidade da impressão, foi bastante utilizada por estudantes grevistas no Rio, tendo alguns de seus exemplares apreendidos pela polícia.). Em 1972, Rodrigues publicava, também pela Laemmert, *Nacionalismo e Cultura Social: 1913-1922*; em 1974, com o apoio de Manuel Matos, *Violência, Autoridade e Humanismo*; em 1977, com o apoio de Manuel Matos, Victoria Ramos e Fernando Neves, *Trabalho e Conflito: As greves operárias: 1900-1935*; em 1978, pela cooperativa editora anarquista Mundo Livre, *Novos Rumos: 1922-1946* (trabalho que utilizei várias vezes, no segundo capítulo da presente monografia); além

desses seguiriam *Alvorada Operária*, em 1980, *Socialismo: Uma Visão Alfabética*, também em 1980, e *Os Anarquistas: Trabalhadores Italianos no Brasil*, em 1984, publicados respectivamente pelas editoras Mundo Livre, Porta Aberta e Global Editora. Entre os anos de 1964 e 1984, Rodrigues teve sete de seus livros publicados em Portugal, dentre eles *ABC do Anarquismo*, em 1976, e *Breve História das Lutas Sociais em Portugal*, em 1977, por Assírio & Alvim; *O Despertar Operário em Portugal: 1834-1911*, em 1980, *Os Anarquistas e os Sindicatos: 1911-1922*, em 1981, *A Resistência Anarco-Sindicalista em Portugal: 1922-1939*, em 1981, *A Oposição Libertária à Ditadura: 1939-1974*, em 1982 – todos pela editora Sementeira. Publicou na Itália, em 1985, *Lavoratori Italiani in Brasil*, por Galzerano Editore; além de ter seus livros *Socialismo e Sindicalismo no Brasil* e *Nacionalismo e Cultura Social*, censurados na Espanha, em 1974. Entre 1975 e 1984, Rodrigues publicou artigos e concedeu entrevistas para a *Revista Popular*, de Lisboa, em 1975; ao *Jornal do Brasil*, em 1978; à *Revista Isto É*, em 1979; e à *Folha de São Paulo*, em 1984 (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 67-69).

Todos esses trabalhos foram bem difíceis de realizar. Os livros precisavam ter seus títulos e capas modificadas, fragmentos cortados, para despistar a censura, além de dificilmente encontrarem editora que os publicasse. Fica claro que, mesmo vivendo no Brasil, a militância anarquista de Edgar Rodrigues ultrapassou fronteiras.

A minha penitência começou em 1968, quando procurei Ozon Editores, na avenida Marechal Floriano, no Rio de Janeiro. O seu proprietário abriu o original de *Socialismo e Sindicalismo no Brasil* [...], leu os títulos dos capítulos, um a um e disse-me: “Inclua um capítulo falando de Astrogildo Pereira e outro de Octávio Brandão, e eu publico”. E não adiantou explicar-lhe que minha obra só alcançava 1913, e os dois ainda não tinham participado do movimento social: só podiam aparecer (como aparecem) no segundo volume (1913-1922). Ozon, como Astrogildo e Brandão, também havia sido “afastado do PCB”, e minhas explicações foram em vão: o livro não foi aceito (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 26).

Como Ozon Editores, as editoras: Civilização Brasileira, Nova Fronteira, Cátedra, Ática, Paz e Terra e Brasiliense foram algumas das que fecharam as portas aos anarquistas. No entanto, além da Editora Mundo Livre e de Edgar Rodrigues e seus associados, havia no Rio de Janeiro a Editora Germinal, sob a responsabilidade quase única de Roberto das Neves – emigrado português que chegou ao Brasil na primeira metade do século XX, e aqui faleceu em 28 de setembro de 1981. Durante todo o regime militar a Germinal permaneceu difundindo literatura anarquista, e seus livros não eram nada discretos. Observando um catálogo encontrado na última página de um de seus livros – *O Livro do Bem e do Mal*, do anarquista-maçom belga Edouard Daanson –, encontrei títulos como os seguintes: *Provas da Inexistência de Deus*, de Sébastien Faure, Roberto das Neves e Tomás da Fonseca; *Cooperativas sem Lucros (Uma realização maçônico-anarquista no seio da sociedade estatal-capitalista)*, de P. Ferreira da Silva, *Nova Ética Sexual (As cooperativas de Amor, como forma de combate à prostituição e ao ciúme)*, de E. Armand; *O Quinto Evangelho (ou Cristo, o maior maçom e anarquista)*, de Han Ryner; *Jesus de Nazaré e a Crítica Histórica (Teses da inexistência humana de Cristo)*, de Oscar Algarve; *O Anarquismo e a Ciência Moderna*, de Pedro Kropotkine; *O Anarquismo – Roteiro de Emancipação Social*, de Edgard Leuenroth; *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos e Ação Direta (Meio Século de Pregação Libertária)*, de José Oiticica; *O Anarquismo (Da Doutrina à Ação)* e *O Futuro Pertence ao Socialismo Libertário*, de Daniel Guérin, além de outras obras que vão desde livros anarquistas, a livros sobre macrobiótica zen e terapias naturais (DAANSON, [s. d.], p. 133). O último trabalho de Roberto das Neves do qual tive notícias foi *Entre Colunas, Ensaios Sociológicos e Filosóficos*, encontrado na seção “biblioteca”, do jornal *O Inimigo do Rei*, de novembro/dezembro de 1979.

Equivocaram-se os que pensavam que o escritor Roberto das Neves se faquirizara sob o efeito de uma alimentação “microbiótica”, e conseqüentemente a editora Germinal de sua propriedade, era coisa de um passado remoto.

Dando prova de vitalidade incomum, que espantou até o dr. Marcelo Caetano (dr. em quê?) o introdutor da Contra Cultura no Brasil e do “Anarco-Vegeto-Esperanto-Maçonaria”, nos apresenta um excelente volume de trabalhos filosóficos e sociológicos.

São doze eruditos ensaios que demandaram ao autor uma exaustiva pesquisa em famosas bibliotecas de aquém e de além mar, especializadas em problemas sociais. Citemos alguns títulos, para provocar água na boca do leitor: **O Enigma de Jesus Cristo – Homem, Mito ou Deus?; Marxismo Escola de Ditadores; Mahatma Gândi – O Filósofo da não violência; Da anarquia, como a mais alta expressão da ordem, e dos caminhos para alcançá-la; O verdadeiro catecismo; José Oiticica – um anarquista exemplar e uma figura ímpar na história do Brasil** [sic.].

[...] Um magnífico livro que está tendo enorme aceitação no Brasil e em todos os países sob ditaduras militares em que o povo ainda não perdeu o hábito de ler [...] (O INIMIGO DO REI, novembro/dezembro de 1979, p. 17).

Em março de 1974, Ernesto Geisel sucedia Médici, no governo brasileiro. Naquele momento, o “milagre econômico” estava em crise – a inflação, o desemprego e a dívida externa brasileiras permaneciam em escala ascendente, principalmente devido à crise internacional do petróleo que ocorria no período –, e o regime militar se encontrava passível de desequilíbrio. Necessitando do apoio da sociedade, Geisel anuncia uma transição “lenta, gradual e segura” do autoritário regime militar à democracia, transição que em realidade, ainda deixaria muitas vítimas, como o metalúrgico Manuel Fiel Filho e o jornalista Vladimir Herzog.

Aos poucos, organizações de esquerda que até então permaneciam em silêncio foram ganhando voz e, a partir da segunda metade da década de 1970, impulsionadas pela crescente difusão de obras anarquistas, outras editoras iniciaram a publicação de trabalhos libertários. Paralelamente às publicações oriundas de editoras libertárias, entre outros trabalhos foram lançados, ainda em 1970, *O Anarquismo da Colônia Cecília*, de Newton Stadler de Sousa, pela Civilização Brasileira, e *Ação Direta (meio século de pregação libertária)*, de José Oiticica, pela Germinal; em 1971, pela Livraria AGIR Editora, *A Nova Classe*, de Milovan Djilas; em 1974, *Burocracia e Ideologia*, de Maurício Tragtenberg, pela editora Ática; em 1977, *Viva Eu, Viva Tu*,

Viva o Rabo do Tatu, pela editora Símbolo – apresentando ao público a adesão do psicólogo Roberto Freire ao anarquismo; em 1978, *1984*, de George Orwell, pela Companhia Editora Nacional, e *Mulheres da Vida*, obra de várias autoras, publicada pela editora Vertente; no ano de 1979, saem: *O Anarquismo e a Democracia Burguesa*, pela editora Global; *Anarquistas Graças a Deus*, de Zélia Amado, pela editora Record, *O Socialismo Libertário*, de Mikhail Bakunin, pela Global Editora e Distribuidora Ltda, *Antologia do Socialismo Libertário*, com textos de vários anarquistas, e *Lênin*, de Daniel Guérin – ambos publicados pela editora Mundo Livre; ainda em 1979, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro*, do brasilianista Leslie Sheldon Maram, publicado pela Editora Paz e Terra; entre outras várias publicações. Em âmbito acadêmico, algumas teses de Mestrado e Doutorado que surgiram a partir da segunda metade da década de 1970, foram: de Yara Maria Aun Khoury, *As Greves de 1917 e o Processo de Organização Proletária*, em 1978; *As Mulheres trabalhadoras e o Anarquismo no Brasil*, de Mônica Siqueiro de Barros, em 1979; de Silvia Ingrid Magnani, *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*, em 1979; e *A Estratégia do Desterro: situação operária e contradições da política cultural anarquista*, em 1980, de Francisco Foot Hardman – que também seria autor de um livro publicado em 1984, pela editora Brasiliense: *Nem Pátria, Nem Patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. Várias daquelas teses se tornaram livros, publicados ainda durante o regime militar, de forma que em 1993, Edgar Rodrigues afirmou que “nunca se publicou tantos livros sobre o anarquismo no Brasil, como nos 20 anos da ditadura militar” (RODRIGUES, 1993, p. 30).⁵ Principalmente a partir de 1975, foi cada vez maior o interesse de universitários sobre o anarquismo, o que muito possivelmente ocasionou a mudança na origem de seus militantes, visto

⁵. Em um levantamento bibliográfico que desenvolvi para a realização da presente monografia, analisando jornais, livros e catálogos, encontrei os títulos de pouco mais de cem livros anarquistas e sobre o anarquismo, além de várias teses de Mestrado e Doutorado sobre anarquismo, publicados e desenvolvidas entre os anos de 1964 e 1984, no Brasil.

que, em 1985, por exemplo, os pequenos grupos anarquistas que se formavam pelo Brasil eram compostos majoritariamente de estudantes.

4.4.3 Finalmente um jornal anarquista: *O Inimigo do Rei*

Depois de 1969, com o encerramento de *Dealbar* e de *O Libertário*, os anarquistas brasileiros permaneceram sem jornal próprio até 1977, quando alguns libertários da Bahia começaram a produzir *O Inimigo do Rei*, publicado pela Editora e Livraria “A”. Jornal bastante interessante: começou como um simples tablóide estudantil, vindo a se tornar o porta-voz de vários anarquistas do Brasil, com cerca de vinte páginas, espalhando-se da Bahia para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Belo Horizonte e outros estados e países, até o final da segunda metade da década de 1980, quando o preço pago para a publicação de jornais estava alto demais no Brasil, e a imprensa alternativa foi rareando, o jornal foi ficando menor, até que deixou de existir – a última notícia que encontrei sobre o jornal, indica que o *Inimigo do Rei* permanecia vivo, ainda em 1989 (SIMÃO, 1989, p. 65), embora a última edição a que tive acesso tenha sido a de março/abril de 1988 (geralmente o jornal era publicado de dois em dois meses, mas, dependendo da situação do momento, sua periodicidade poderia mudar). Em suas páginas, notícias sobre o anarco-sindicalismo espanhol – que no final da década de 1970 reunia 300 mil jovens nas ruas de Barcelona e Madri –, explicações sobre homossexualismo e combate aos preconceitos de cor e de opção de sexualidade, poesias, denúncias de crimes cometidos pela polícia brasileira e estrangeira, gente nua, sexo, notícias de movimentos grevistas e apoio a trabalhadores em greve, entrevistas, quadrinhos, propostas anarquistas para a organização dos movimentos operário e estudantil, comentários de livros libertários, cursos de autogestão, sindicalismo livre, correspondência, além de campanhas

internacionais de solidariedade a trabalhadores vitimados pelo autoritarismo governamental, e denúncias de ações autoritárias cometidas por governos pretensamente socialistas, como as que seguem abaixo:

URSS PRENDE LÍDER SINDICAL

A KGB (polícia secreta do regime stalinista russo) prendeu, no início de junho, o líder sindical dissidente **VLADIMIR BORISOV**. Ele é fundador do **SOMT** (Sindicato **Livre** Interprofissional de Trabalhadores), órgão desvinculado dos sindicatos pelegos do Estado russo.

Vladimir foi seqüestrado por agentes no centro de Moscou e no dia 12 de junho apareceu preso em Leningrado. Sua mulher, **IRINA KAPLUN**, pede a todos os operários e demais trabalhadores do mundo que escrevam às embaixadas soviéticas para que soltem seu marido.

Borisov já foi detido várias vezes e internado nos campos de concentração soviéticos. Solidariedade com o camarada Borisov que luta contra a tirania da Nova Classe dirigente que esmaga os trabalhadores soviéticos (**O INIMIGO DO REI**, maio/junho/julho/agosto de 1980, p. 03).

ITÁLIA PRENDE ANARQUISTA

O anarquista italiano Orazio Valastro, 24 anos, encontra-se preso em cárcere militar, na cidade de Palermo. Seu crime [foi] recusar-se a colocar uma arma nos ombros para eliminar a vida de seres humanos, ou seja, negar-se a servir ao exército de seu país. Ele desertou em dezembro de 1981 e em março de 1982 foi preso pela primeira vez e condenado a cinco meses de detenção. Cumprida a pena, Orazio não se apresentou em quartel e continuou, na Itália e fora dela, sua atividade anarquista e antimilitarista. Vivendo um período na França, foi preso e enviado de volta à Itália pela polícia “socialista” de Mitterrand. A posição firme e corajosa de Orazio vai lhe custar prisões sucessivas até que complete 45 anos, já que mantém-se decidido a não se apresentar em quartel. Os Companheiros anarquistas que quiserem enviar uma mensagem de ânimo para Orazio ou de protesto para as autoridades que o mantém detido, pode [sic.] escrever para Orazio Valastro Cárcere Militare, Corso Pisani, 90129, Palermo, Itália; para [...] o “Comitê de Defesa de Orazio Valastro” (Antônio Gizzo, Via Scalo S. Lorenzo 61, scala B, int. 25, 00185 – Roma) bem como para o governo italiano diretamente, ou para a embaixada da Itália (**O INIMIGO DO REI**, maio de 1987, p. 12).

O Inimigo do Rei era feito à base de sorteio, não sendo necessariamente rígida sua composição e vez ou outra variando seu corpo editorial. A organização de *O Inimigo* tinha por base a autogestão, sendo o jornal, desde o início de sua confecção, até o fim do processo de sua distribuição, totalmente autogestionado – como seus próprios responsáveis afirmavam, os jornalistas do *Inimigo do Rei* eram também jornaleiros:

Jornalistas d'O Inimigo do Rei também são jornaleiros

Aos colaboradores e a todos que desejam escrever para O INIMIGO DO REI: nós somos um jornal autogestionário. O que significa isso?

Significa que todas as tarefas são divididas igualmente entre todos que pertencem ao corpo editorial: todos participam das tarefas administrativas, intelectuais e, principalmente, braçais.

Significa que o indivíduo que publica qualquer coisa n'O INIMIGO DO REI terá como obrigação vender o jornal de mão-em-mão em bares, praias, universidades, cursinhos, teatros, etc. ou então colocar o jornal em bancas se responsabilizando por uma quantidade "x". Esta é a maneira que encontramos de acabar com a diferença entre trabalho intelectual e braçal [...].

Por outro lado, não temos nenhuma censura. As pessoas não precisam ser formadas em universidades para escrever n'O INIMIGO DO REI. Podem até nem ter frequentado escola primária. Basta que saibam escrever. Não procuramos nível de textos: isto é censura da criatividade. Cada um escreve o que quer, como quer.

Agora, não nos sujeitamos a que ninguém nos apresente trabalhos para serem publicados sem que o interessado esteja disposto a trabalhar na vendagem e distribuição do jornal. Senão seríamos explorados por pseudo-intelectuais maravilhosos que são tão exploradores como a burguesia.

Finalmente, convidamos a todos os interessados a participarem de nosso jornal pois [sic.] está aberto a todos, sem distinção.

A todos os que queiram ser jornalistas e jornaleiros (O INIMIGO DO REI, novembro/dezembro de 1979, p.02).

O *Inimigo do Rei* peitou ideologicamente o regime militar, sempre procurando desmascarar suas farsas. No décimo sexto ano de militarismo, contradizendo a todos os membros das elites que afirmavam que o ocorrido há 16 anos atrás não havia sido um golpe, mas uma revolução, e protestando contra as comemorações que naquele ano se realizavam em memória da "revolução redentora", assim como contra a tão difundida abertura política, a segunda página do *Inimigo* apresentava um texto esclarecendo o que estavam sendo "os 16 anos de um primeiro de abril":

O que aconteceu entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964 no Brasil não foi uma revolução. Foi um golpe militar, com todas as suas mais nítidas características. Simplesmente, as forças armadas brasileiras invadiram o Brasil e impuseram uma longa e sombria noite sobre o País.

O que se comemorou neste último 31 de março foram 16 anos de silêncio e terror de Estado, quando a paranóia da doutrina da Segurança Nacional passou a servir de desculpa para todo o tipo possível e imaginável de arbítrio.

Perplexa, a chamada população esclarecida via todas aquelas armas que teoricamente ali estariam para defender o País de um ataque estrangeiro, voltadas para o povo brasileiro.



Estivemos, nestes últimos 16 anos, sob a mira dos nossos próprios soldados. Os militares estão no poder, mandam e desmandam e quem está com eles, está com tudo.

Agora fala-se em “abertura”. O que está sendo feito a título de “abertura” é exatamente, aos poucos, desfazer o que fez o golpe de 31 de março. Agora, descobriu-se que a dominação econômica, o controle econômico, é mais eficaz que a força bruta, pura e simples [...].

Foram 16 anos durante os quais este país esteve transformado num imenso quartel. Cada cidadão era vigiado. Prendia-se – “sob suspeita de subversão” – até quem se recusasse a gritar “gol do Brasil” nas copas do mundo. E são esses 16 anos de salvação.

O povo brasileiro não pode engolir essa. Se está engolindo, que abra os olhos e veja: a Revolução de 1964 foi um grande e aterrorizante primeiro de abril. Dos maiores da nossa história (O INIMIGO DO REI, março/abril de 1980, p. 02).

A experiência anarquista colocada em prática através daquele jornal “antimonarquista” – como indicava seu subtítulo na década de 1970 – foi grandiosa, tendo *O Inimigo* apresentado o anarquismo para pessoas que jamais escutaram sobre o mesmo, colaborando com sua difusão em meios operários, mas principalmente entre os movimentos estudantis, conforme indicavam algumas das cartas que seu grupo editorial recebia. Pelo menos até meados de 1984, ele permanecia sendo “o único jornal autogestionário feito no Brasil e o único alternativo político feito na Bahia” (O INIMIGO DO REI, primavera de 1984, p. 02); continuava sendo feito por “trabalhadores intelectuais e braçais, do campo e da cidade; por universitários; por secundaristas; e por grupos de afinidade, de forma autogestionária”, sem hierarquias, com todos sendo responsáveis pelo jornal (O INIMIGO DO REI, primavera de 1984, p. 08). Correspondências enviadas de outros estados ao *Inimigo*, em 1981, apresentam, simultaneamente, um re-interesse nacional, mesmo que de pequena proporção, pelo anarquismo, e a capacidade difusora daquele jornal (O INIMIGO DO REI, 1981, p. 10).

O Inimigo do Rei foi a mais duradoura experiência jornalística realizada por anarquistas, nascida durante o governo dos militares. Outros grupos, jornais e revistas – como o grupo *Piratas Anarquistas*, no Rio Grande do Sul, a revista de cultura libertária *Barbárie*, publicada em Salvador, pelo poeta Douglas D’Almeida, e *O Lampião da Esquina* – nasceram durante o regime,

no entanto, em sua maioria, tiveram vidas bastante efêmeras. Mesmo assim, com vidas curtas ou longas, cada grupo e periódico foi responsável por uma parcela de difusão do pensamento anarquista muito importante para a permanência e reorganização libertária no Brasil.

4.4.4 Notícias esparsas.

Reúno agora, curtas notícias de publicações e acontecimentos ligados ao anarquismo, que ocorreram no Brasil entre os anos de 1968 e 1984, um ano antes da reabertura do Centro de Cultura Social de São Paulo, e do nascimento do Círculo de Estudos Libertários, no Rio de Janeiro. Infelizmente, não tive condições de reunir uma quantidade razoável de dados sobre as notícias que aqui apresento, porém, não posso deixar de citá-las, visto serem frutos principalmente de uma nova geração de anarquistas brasileiros, ligados aos movimentos estudantis secundaristas e universitários.

Durante a década de 1970, em Natal, Rio Grande do Norte, o então estudante secundarista José Pinheiro Barbosa, aluno da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – hoje artista plástico e membro do grupo de sociabilidade libertária Frente ao Sol, responsável pelo Centro de Cultura Libertária Terra Livre –, publicava sozinho um informativo anarquista intitulado *Movimento Anarquista Contemporâneo*, além de participar de outros grupos estudantis que contestavam o regime militar; antes disso, no mesmo ano em que o AI-5 fora implantado, durante um encontro de estudantes realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, jovens acadêmicos entravam em contato com as idéias anarquistas, principalmente através de livros que circulavam no período.

Segundo conversas informais realizadas com o Doutor anarquista individualista “de difícil acesso”, Francisco de Assis, em encontros realizados em sebos e livrarias, ele mesmo teria

conhecido o anarquismo em um encontro estudantil realizado em 1968. Sendo marxista, a princípio sentiu certa repulsa pelas idéias anárquicas, no entanto, dedicando um pouco de seu tempo ao estudo das mesmas (coisa que todo marxista deveria fazer) sua identificação com o anarquismo, de forma especial com as idéias de Max Stirner, foi tanta, que o Dr. Francisco, de marxista se tornou anarquista.⁶

Em 28 de setembro de 1968, morreu Edgard Leuenroth, um dos mais antigos e ativos anarquistas de São Paulo. Antes de falecer, Leuenroth havia escrito uma carta, deixando tudo o arquivo da imprensa operária e anarquista que havia reunido durante anos, para cinco companheiros. Edgar pretendia criar um Arquivo da Questão Social, no entanto, sua família vendeu tudo para a UNICAMP em 1974, criando um memorial Edgard Leuenroth e desrespeitando a última vontade do velho jornalista libertário. Conforme nos conta Edgar Rodrigues, ele, reunido com Pedro Catalo, Gumercindo Alvarez, Emilio Tesoro e outros anarquistas, além do filho de Edgard Leuenroth, Germinal Leuenroth, realizaram uma reunião, na qual conversaram sobre o arquivo. Germinal negou por horas a existência do “testamento”, até admiti-lo, depositando a culpa de não tê-lo cumprido em sua família. Semanas depois, na residência do anarquista Gumercindo Alvarez, os mesmos anarquistas, além de Jaime Cubero, e com exceção de Germinal Leuenroth, que faltou ao encontro, se reúnem para discutir sobre a venda indevida do arquivo. O debate durou horas, até que às altas da madrugada, Emilio Tesoro propõe aos que estavam presentes que os anarquistas fossem à noite na rua Ricardo Gonçalves, no Brás, onde ainda estava depositado o acervo libertário, encostassem um caminhão na porta, e carregassem todo o arquivo, levando-o para um lugar seguro. Todos se agradaram com a proposta, porém, após algumas reflexões, compreenderam a inviabilidade de tal façanha. Estavam no ápice

⁶. Cheguei a marcar uma entrevista formal com o Doutor, mas dias antes um parente seu adoeceu e Francisco precisou prestar assistência pessoal ao enfermo, de forma que nossa entrevista foi suspensa por tempo indeterminado.

da ditadura militar, no qual prisões, espancamentos e mortes ocorriam diariamente, e as conseqüências daquela proposta poderiam colocar tudo a perder para os militares, além de levar os anarquistas a sofrer um novo processo (FOZ DO LIMA, 03 de agosto de 2004, p.15).

Em 1978, o *Jornal do Brasil* abriu espaço para entrevistas anarquistas, sendo seguido pelos seguintes jornais e revistas comerciais: *O Globo*, *Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Veja*, *Planeta*, *Manchete*, *Leia Livros*, e outros; filmes como *La Cecília* e *Sacco e Vanzetti*, produzidos por cineastas franceses e italianos, são exibidos no Brasil, além dos filmes de produção brasileira *Os Libertários* e *O Sonho não Acabou*, terem sido produzidos em cima do movimento anarquista; como os filmes, as peças libertárias *Em Defesa do Companheiro Gigi Damiani*, *A Morte Acidental de um Anarquista*, *Bela Ciao*, *Primo Maggio*, *O Pecado de Simonia*, *O Herói e o Viandante*, e a novela *Anarquistas Graças a Deus*, foram remontadas por teatrólogos brasileiros; a Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo custeava a reedição do *Jornal A Voz do Trabalhador* – órgão da Confederação Operária Brasileira –, e a publicação do livro *O Teatro Operário na Cidade de São Paulo* – levantamento de representações anarquistas realizado por Maria Tereza Vargas e Maria Ângela Alves de Lima (RODRIGUES, 1993, p. 29-30); em março de 1980, em meio a um polêmico debate entre Ricardo Líper e um correspondente chamado Nicolau, Nicolau cita o guerrilheiro conhecido por Bacuri, que se intitulava anarquista, antes de ser morto pelos militares, para comentar rapidamente a revisão que vinha sendo feita por alguns comunistas que se tornavam anarquistas (O INIMIGO DO REI, março de 1980, p. 14).

No início da década de 1980, existiram em Recife alguns grupos anarquistas. Além do grupo editorial de *O Inimigo do Rei*, havia o “movimento/grupo/tendência dos cineastas libertários, que não possuem códigos, normas ou estatutos – e nem carteirinha de sócios” (SOBREIRA, [1981], p. 54), que atuavam dentro do Movimento de Curta Metragem, e tinham como proposta a prática de um cinema “anarco-destrutivista”. Entre os cineastas libertários

destacou-se Jomard Muniz, responsável por 40 filmes, dentre eles *Inventário de um Feudalismo Cultural*, e o jornalista Amin Stepple, autor de *A Chegada do Trem Fantasma à Estação da Serra da Borborema* – um filme que relata a fuga de um fotógrafo anarquista, que é perseguido pela polícia. Uma tendência que existiu dentro do movimento dos cineastas anarquistas foi a “pornô-anarco-chanchada”, que teve como representante Cleto Magalhães, autor do filme anti-clerical *O Palavrão*. Os cineastas libertários, depois de terem conseguido driblar a censura ainda vigente no período, chegaram a promover, em outubro de 1980, a I Mostra do Cinema Anarquista de Pernambuco, realizada na sede do Partido dos Trabalhadores (SOBREIRA, [1981], p. 54). Por outro lado, escrevera o anarquista individualista Caesar Sobreira, na segunda edição de seu livro *Elementos para uma Crítica da Natureza do Poder ou Manifesto Cínico-Anarquista*:

Outra tendência libertária que existe me Recife, é o Grupo de Estudo Reichiano (GER), que se dedica à pesquisa, estudo e difusão do pensamento científico e político do psicanalista Wilhelm Reich, cuja teoria sobre uma “democracia do trabalho” é muito próxima do pensamento bakuninista, que prega “de cada pessoa conforme sua capacidade, a cada pessoa conforme o seu trabalho”.

Além de que, aquilo que Reich chamou de auto-regulação afetiva, pode (e deve) ser ampliado para o social. E assim, cai-se inevitavelmente numa proposta de autogestão operária. E ainda, a Revolução Sexual pregada por ele (e reafirmada por Daniel Guérin) e uma verdadeira liberdade sexual, não coadunariam com a existência de nenhum órgão, aparelho ou instituição repressora.

Este Grupo de Estudo existe há três anos, e vem trilhando um caminho descoberto a partir desta leitura de Reich. De forma que talvez seja um dos grupos reichianos, menos “reichianos” que se conhece. E ele, também, não tem estatuto, nem aceita o voto como instrumento de contornação [sic.] de divergências. Elegeu-se a discussão exaustiva como forma de trabalho, pois o GER não tem fetiche pela democracia baseada em termos de maioria/minoria.

O GER vem travando um sério combate contra os bem-colocados pastores do Saber (inclusive do “saber reichiano”), que não aceitam vozes discordantes e nem leituras e compreensões que fujam ao esperado previsível. Para difundir o pensamento de Reich, o GER vem promovendo várias semanas de estudos e maratonas clínicas (SOBREIRA, [1981], p. 54-55).

Roberto Freire, já em 1984, declarava à revista *Isto É* ter-se unido à psicologia libertária do psicanalista dissidente do comunismo, Wilhelm Reich. Desde a metade da década de 1970,

Freire já vinha desenvolvendo a “somaterapia” – uma pedagogia psiquiátrica reichiana de fundo anarquista, na qual não são as palavras dos pacientes que são interpretadas, mas sim seus movimentos corporais, através de jogos e brincadeiras, na tentativa de compreender a natureza de seus conflitos emocionais, ao mesmo tempo induzindo-os, através dos próprios movimentos cotidianos ou da dança, a praticar determinados movimentos naturais, na tentativa de romper o que Reich chamou de “courage neurótica” (FREIRE, 1977, p. 342). A filosofia da “somaterapia” pode ser resumida da seguinte maneira: “curar é entregar o homem novamente a suas utopias, é deixá-lo livre”. “[...] é evitar que o ser humano se acredite possuidor de um mal inerente”, de uma espécie de pecado original que impediria o homem de realizar os seus melhores sonhos. A maior repressão é proveniente da família, e não do Estado, por isso, a utopia deve ser conquistada primeiramente no próprio corpo, “território privilegiado da repressão familiar”. Por isso, a “somaterapia” procura interpretar o corpo, e não as palavras (ISTO É, 27 de julho de 1984, p. 56).

Ao menos o GER, o Movimento dos Cineastas Anarquistas, as peças teatrais e o pequeno jornal *Movimento Anarquista Contemporâneo* provinham de movimentos estudantis secundaristas e universitários – eis a “segunda geração anarquista”. Enquanto o movimento operário permanecia praticamente sem voz própria, mormente sendo joguete de forças políticas e de ex-operários que aos poucos despontavam na política nacional, os estudantes erguiam a bandeira negra da insubmissão e difundiam o anarquismo.

4.5 Comentários finais: a reabertura do Centro de Cultura Social de São Paulo e o nascimento do Círculo de Estudos Libertários, no Rio de Janeiro, após a ditadura militar

No ano de 1978, Geisel enviou ao Congresso uma emenda constitucional que encerrava o AI-5, abrindo assim cada vez mais espaços para a organização e manifestação pública de outros grupos e correntes político-sociais. Com o regime militar aos poucos chegando ao fim, o general João Batista Figueiredo assume a presidência da república em 1979, governando o País até 1985. Durante seu governo, a Lei de Anistia é sancionada, e o processo de abertura política traz de volta à cena política brasileira líderes e partidos políticos. Porém, independente da tão propagada abertura política, a repressão aos trabalhadores esquerdistas continuava existindo – entre 1980 e 1981, líderes sindicais da região do ABC paulista – incluindo o atual presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva – foram presos. Além disso, atentados de extrema-direita ocorreram na sede da Ordem dos Advogados do Brasil e no centro de convenções do Rio-Centro, no Rio de Janeiro. Em setembro de 1982, *O Inimigo do Rei* criticava e esclarecia o processo de abertura política, em matéria intitulada “abertura política: o álibi que deu certo”:

O que vem a ser, essencialmente, a abertura política proposta pelo presidente da República? O Primeiro passo na longa e árdua marcha para a democracia? Não, claro que não. A abertura é fruto das pressões de grupos econômicos externos descontentes com a conjuntura política do país. [...] Interesses econômicos e portanto políticos, não satisfeitos com a partilha do poder central. [...] Acontece que quando o governo percebeu que a abertura era inevitável, ele tratou de fazer dela um instrumento para se vangloriar de benefícios cedidos ao povo. É a “mão estendida” do planalto. Essa dita abertura é um álibi do governo para se perpetuar no poder.

Toda denúncia ou acusação que se faça contra o governo, recebe uma resposta que enaltece sempre a abertura política; isso quando a resposta não é o enquadramento da LSN (Lei de Segurança Nacional). Os políticos partidários do governo recorrem à abertura, colocando-a como um ato corajoso do presidente Figueiredo, que levará o povo brasileiro à tão sonhada democracia.

[...] O pior de tudo é que a chamada “esquerda” brasileira assimilou esse tipo de discurso. Sempre que alguém considerado de esquerda no Brasil é indagado sobre seu trabalho, seja um artista, um militante político, um escritor, um jornalista ou qualquer outra coisa, ele

cita a abertura política como fator significativo em sua atividade. Isso não existe. É preciso que se abra os olhos para essas coisas.

[...] Mas o que é a abertura política, realmente? [...] Com relação ao caso da imprensa (e outros), acontece o seguinte: antes da abertura você não podia falar o que desejasse e agora você pode, mas corre o risco de ser punido. Trata-se de uma mera mudança de estratégia repressiva. Passamos da proibição para a punição.

O que mais nos trouxe a abertura? O pluripartidarismo. Mas ele é ótimo para o governo. Com as oposições divididas é muito mais fácil vencer as eleições [...].

E as eleições diretas? As eleições são uma agressão para com o povo brasileiro. É um insulto para qualquer cidadão de qualquer país. Votar é obrigatório e isso é arbitrário. Na verdade, votar significa eleger alguém que vai falar por você, que vai mandar em você muito mais que atender suas necessidades. Votar é desvalorizar nossa própria autonomia de fazer as coisas por nossas mãos. Por fim, votar é alimentar esse ciclo vicioso que tem por fim último o Poder estatal estabelecido sobre uma multidão (O INIMIGO DO REI, setembro de 1982, p. 07).

Em 1984 a sociedade brasileira mobilizou-se em prol da realização de eleições diretas para a presidência da República, forçando uma mudança, do regime vigente, para uma democracia representativa. Negociatas envolvendo políticos, militares e burgueses seriam realizadas, de modo que o governador mineiro Tancredo Neves, estando à frente de uma coligação formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido da Frente Liberal, é eleito presidente da República em janeiro de 1985, vindo, no entanto, a falecer em 21 de abril daquele mesmo ano – mês em que o CCS de São Paulo havia sido reaberto –, ocupando seu lugar o vice-presidente, José Sarney. Embora a última eleição indireta para presidência da República, ocorrida em 1984, tenha marcado teoricamente o fim do regime militar no Brasil, só em 1988, a mudança para uma democracia seria concretizada (afirmo “uma democracia” porque diferencio democracia representativa – que é a que vivemos desde 1988, através da qual delegamos nosso poder de decisão, nossos conhecimentos e capacidades a um pequeno grupo de representantes que ocupam cargos governamentais, através dos quais administram o país da maneira que bem entendem em nosso nome, em nome de nossa “vontade soberana” –, de democracia direta – forma de organização social que se aproxima do anarquismo, através da qual o povo organizado sem representantes governamentais define e executa seus próprios deveres e

direitos), com a promulgação de uma nova Constituição Brasileira, elaborado pelo Congresso Nacional, eleito em 1986. Durante o governo Sarney, os partidos políticos de todas as tendências foram legalizados, assim como, em tese, a censura prévia e as intervenções do Estado nos sindicatos teriam sido extintas.

Em abril de 1985, o Centro de Cultura Social de São Paulo é reaberto, permanecendo ativo até hoje, difundindo a cultura e o anarquismo entre os trabalhadores e os estudantes. Alguns meses antes da reabertura do CCS, anarquistas de São Paulo já participavam de alguns eventos promovidos por terceiros, em nome do Centro. Em nome do CCS, realizaram na Associação Brasileira de Imprensa de São Paulo uma série de seminários sobre racismo, sindicatos, etc. A partir de então, passaram a especular sobre as possibilidades de reabertura do CCS. Várias reuniões foram realizadas na União Brasileira de Escritores (UBE), nas quais apareceram muitos escritores querendo opinar. Certo dia, a Rede Cultura de Televisão estava fazendo o programa “Teatro Operário”, em uma série sobre o teatro em São Paulo. Quando se falou em teatro amador e operário, os anarquistas do CCS foram procurados. Foram gravados 30 minutos sobre o teatro libertário, com depoimentos de anarquistas, justamente quando estavam marcadas reuniões para reabrir o CCS. “E quando falei que antes a gente ensaiava no Centro e que tínhamos uma sede, eles pediram para fazer umas tomadas lá, na Rua Rubino”, antiga sede do CCS. Por coincidência, assim que a equipe de televisão da Rede Cultura e alguns anarquistas chegaram no local, ficaram sabendo que o mesmo prédio estava para alugar. “Fomos lá, falamos, realugamos e fizemos o contrato. Quando chegamos na assembléia na União dos Escritores [...], eu disse: ‘O Centro de Cultura já existe, tem a sede novamente na Rua Rubino de Oliveira [...]. Está aí resolvido.’” Depois, foi marcada uma data para reinaugar o Centro, ir ao cartório e fazer a ata de reinauguração. O Centro foi reaberto na data em que faleceu Tancredo Neves, no dia 21 de abril

de 1985 (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 145-146). O retorno dos anarquistas ao Centro de Cultura Social mereceu o seguinte artigo na revista *Isto É*:

Anarquistas Como nos Velhos Tempos
Reaberto centro cultural libertário no Brás

Antigo bairro popular dos imigrantes italianos, em São Paulo, e reduto dos movimentos operários do início do século, o Brás – cantado em vários “sambas paulistas” de Adoniran Barbosa – voltou a abrigar, desde o domingo passado, 14, o combativo Centro de Cultura Social (CCS), uma das raras organizações anarquista do país que sobreviveu aos últimos 21 anos. Instalados em duas modestíssimas salas do último andar de uma velha construção da rua Rubino de Oliveira – no mesmo local em que funcionou até 1968 –, o CCS pode agora desfraldar livremente a sua histórica bandeira vermelha e preta. “Nossa meta”, proclama, orgulhoso, o sapateiro Jaime Cubero, 58 anos, o secretário geral do CCS, “é resgatar e difundir os valores libertários”. Saídos à luz do dia, depois de quase 17 anos de forçado recesso, muitos dos dirigentes do CCS são, porém, jovens e pretendem, antes de mais nada, fazer um aprendizado. “Temos muito que aprender com as lutas do passado e a classe trabalhadora”, afirma um deles, o professor de matemática Alexandre Santana, de 32 anos.

Embora só tenha adotado um estatuto próprio em janeiro de 1933, as raízes do CCS têm origem no Grupo Filodramático Social, órgão da Federação Operária de São Paulo, criado em 1908. Nessa época, as correntes libertárias, em particular o anarco-sindicalismo, já exerciam forte influência no movimento operário brasileiro, estimulando várias formas de “combate classista”, notadamente as greves de massa – como as de 1917 e 1919. Hoje, alguns dos incentivadores do CCS, entre os quais está a atriz de teatro e televisão Sônia Oiticica (filha do falecido escritor e ilustre anarquista José Oiticica) procuram, porém, se livrar de certos estereótipos que os perseguem. “Não somos os terroristas, os lançadores de bombas, os anticlericais, como dizem por aí” – defende-se Wanderley de Oliveira, um fotógrafo de 25 anos, outro dirigente da agremiação.

Acima de tudo, eles querem dialogar – e até trabalhar em conjunto – com as mais distintas ideologias, “desde que postulem a liberdade e a solidariedade, com fazem, por exemplo, os cristãos da Teologia da Libertação” – revela Oliveira. Até mesmo a opção político-partidária deixou de ser um pecado. Entre os quase cem militantes que se juntaram para reorganizar o CCS, existem vários eleitores e até filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) – o que contraria um antigo preceito anarquista. Da mesma forma, na tentativa de se inserir no “mundo prático” – expressão muito ao gosto do russo Michail Bakunin [sic.], um dos ideólogos do anarquismo –, eles não descartam a perspectiva do poder político. “Apenas demarcamos, por princípio, que o poder tem que ser autogerido pelos trabalhadores, de maneira direta, sem a embromação da burocracia” – justifica o metalúrgico Nazareno Fernandes, 34 anos, atualmente desempregado. Os animadores do CCS já programaram, além de cursos e debates, eventos educativos, exposições, um cineclube e um grupo de teatro.

Também em outros pontos do país os nostálgicos anarquistas estão se reorganizando. No Rio de Janeiro, o médico Ideal Peres, 58 anos, promete reabrir até o final do ano o histórico Centro José Oiticica, uma agremiação semelhante ao CCS paulista. Há iniciativas iguais em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, e em Salvador, na Bahia. Impossível, porém, fazer a conta de quantos anarquistas existiriam hoje no Brasil. Peres calcula, otimista, que os militantes e simpatizantes são cerca de três a quatro mil. Mas obter um número exato é difícil. “Afinal”, pondera Cubero, animador também, na

juventude, do teatro operário, “os anarquistas são contra essas coisas burocráticas” (ISTO É, 17 de abril de 1985, p. 50).

Conforme Jaime Cubero, após a reabertura do Centro, principalmente depois da reportagem da *Isto É*, tantos foram os interessados e curiosos sobre anarquismo, e tantas foram as cartas que chegaram ao CCS, que eles não possuíam condições de atender a todos. Passaram, então, a incentivar a criação de grupos e a reabertura de centros. Até mesmo um delegado da Associação Internacional dos Trabalhadores, que na época estava sediada na Espanha, vendo que o CCS utilizava a bandeira da AIT como um dos símbolos do anarquismo, veio ao Brasil procurar o CCS, pensando que ele já possuía condições de desenvolver a AIT no Brasil. Assim, dentro do Centro de Cultura Social passaram a se articular núcleos sindicais, educacionais e de teatro, realizando ainda em 1985, um congresso ao qual compareceram representantes de 13 estados. Das reuniões realizadas no Centro surgiu a idéia de trazer de volta à vida a Confederação Operária Brasileira, da qual se organizaram vários grupos pró-Confederação Operária Brasileira, que estabeleceram contatos com a AIT na Espanha (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], 147-148).

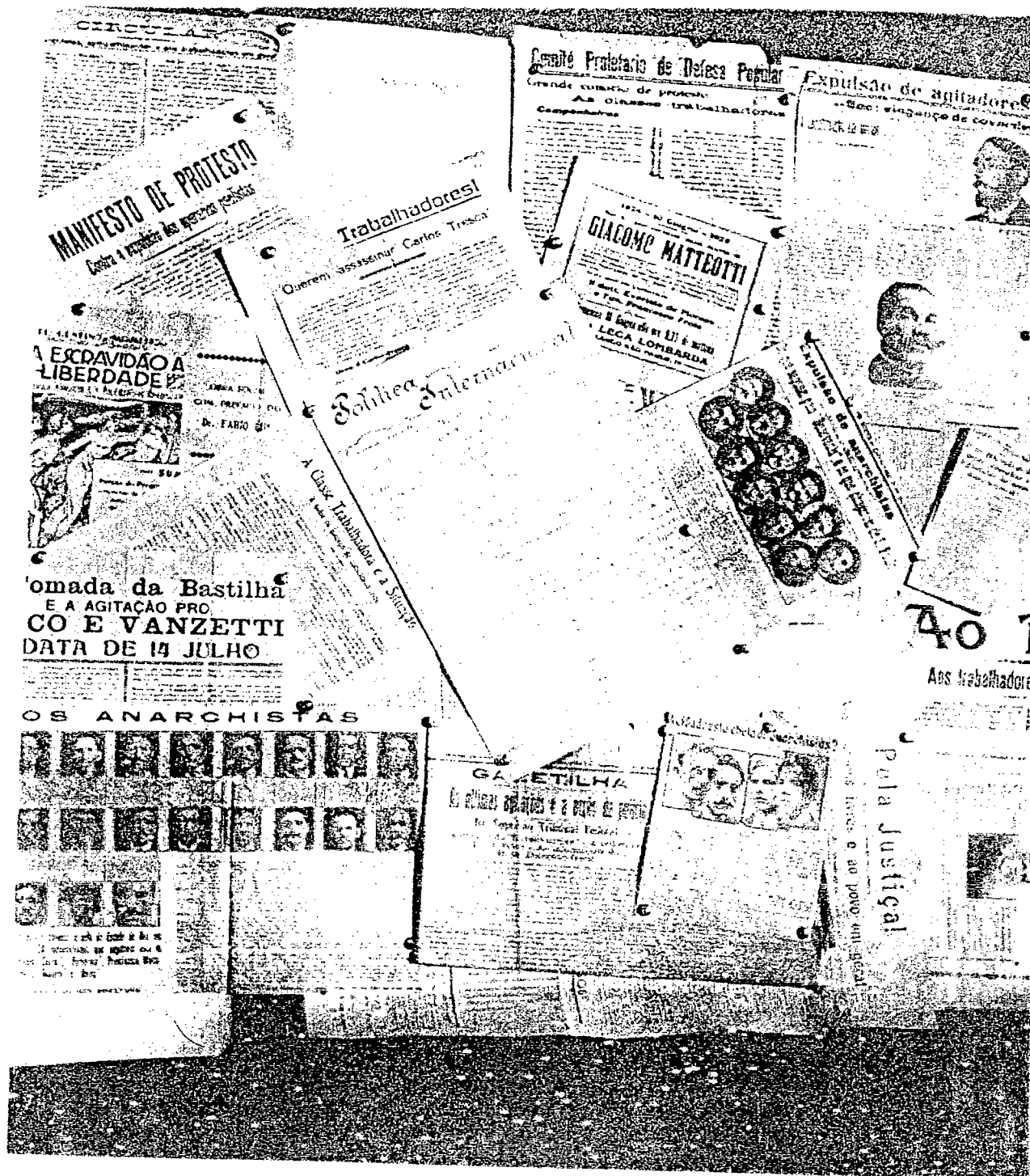
Enquanto isso, no Rio de Janeiro, embora o CEPJO não tenha sido reaberto, surgiu, também em 1985, o Círculo de Estudos Libertários, tendo entre seus fundadores os antigos militantes do CEPJO, Ideal Peres e Esther Redes. O CEL teve suas origens em um curso sobre anarquismo realizado em 1985, pela Universidade Aberta (Univerta). Algumas pessoas que participaram do curso se sentiram estimuladas o bastante para formar um grupo de estudos, dando origem então ao Círculo de Estudos Libertários. A proposta do CEL seria, basicamente, a mesma do antigo CEPJO: “a manutenção de um espaço aberto, voltado não só para a formação de militantes e informação de simpatizantes anarquistas, mas para a difusão da cultura libertária a todos os interessados, independente da posição ideológica” (LIBERA... AMORE MIO, maio de

1995, p. 01). A partir das atividades e reuniões semanais realizadas pelo CEL (hoje Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres, responsável pela Biblioteca Social Fábio Luz, na Rua Torres Homem, nº 790, em Vila Isabel), nasceriam grupos como o Grupo Anarquista José Oiticica, e periódicos como o *Libera... Amore Mio*, que teve seu título retirado de um filme do italiano Mauro Bolognini – *Libera, Amore Mio*, produzido em 1971, em cuja história uma mulher absorve as idéias anarquistas de seu irmão e se torna uma guerrilheira antifascista, passando a combater o governo de Mussolini (LIBERA... AMORE MIO, maio de 1995, p. 01).

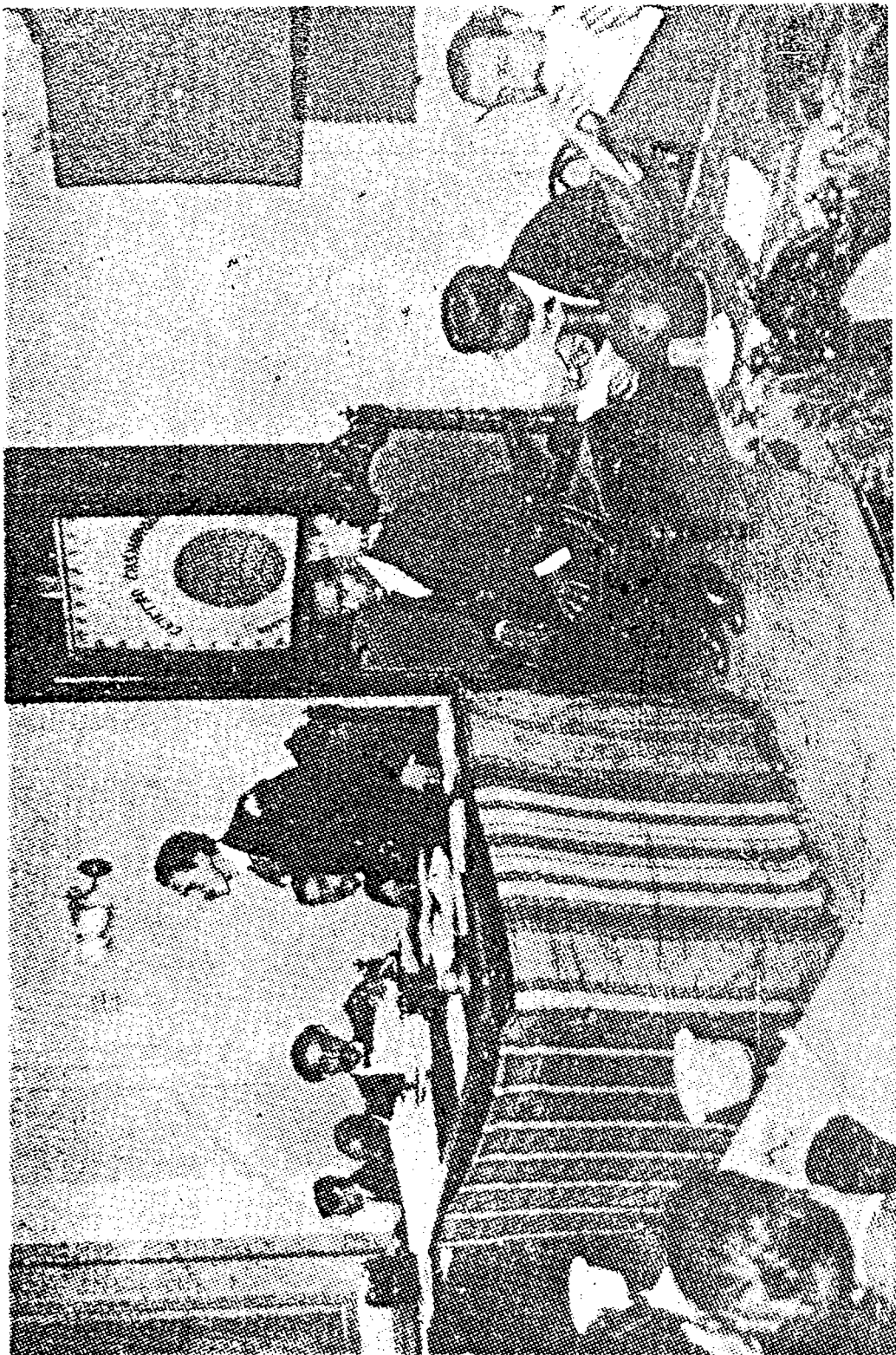
A década de 1980 foi um período de grande importância para o movimento anarquista brasileiro, principalmente pelo nascimento de novos grupos e o ressurgimento de antigos, inspirados principalmente pelo CCS de São Paulo, pelo CEL do Rio de Janeiro, e pelo *Inimigo do Rei*, de origem baiana, atuante desde 1977 nos meios estudantis e operários. Na década de 1980, os anarquistas passariam a contar com o apoio cada vez maior de membros do movimento punk – década em que a irreverência e a rebeldia dos punks ingleses e norte-americanos chegou ao Brasil. A princípio, os punks brasileiros pareciam não possuir, em sua maioria, uma postura política bem definida, misturando idéias anarquistas, marxistas, niilistas e até mesmo nazi-fascistas, conforme atestam os primeiros informativos – zines – publicados pelos punks no Brasil, assim como os primeiros eventos que realizaram, como *O Começo do Fim do Mundo*, em São Paulo, em 1981. Alguns poucos punks chegavam inclusive a apoiar o Partido dos Trabalhadores. No entanto, sem muita demora, a maioria deles identificou-se com o anarquismo e com o niilismo, afastando-se das idéias nazi-fascistas, que ao mesmo tempo atraíam outros movimentos juvenis, como o movimento skinhead – majoritariamente inspirado no nazismo –, e o movimento careca – inspirado nas idéias do integralista Plínio Salgado. Como consequência da crescente difusão de livros e panfletos anarquistas no seio do movimento punk, de um desenvolvimento de relações entre anarquistas e punks (relações que de início nem sempre foram tão positivas e produtivas),

da organização conjunta de eventos e manifestações, assim como da participação de punks no pequeno movimento operário que até hoje tenta reorganizar a Confederação Operária Brasileira (muitos punks são pedreiros, torneiros mecânicos, marceneiros, etc.), surgiu, em poucos anos, a corrente anarcopunk, que uniu a contracultura punk com os princípios e formas de organização anarquistas. Na realidade, em muito as idéias anarquistas e a essência do movimento punk se parecem. Ambos são movimentos internacionalistas, que não possuem distinções nem de cor, nem de idioma; são movimentos que se organizam de formas totalmente diferentes das organizações políticas partidárias – formas descentralizadas, sem chefes, centros ou grandes líderes. Assim como os anarquistas, os punks combatem o autoritarismo, exigem a preservação do meio ambiente e não aceitam a hierarquização social, tendo como inimigos o Clero e o Estado – seja ele capitalista ou comunista –, propondo em seus lugares, não a competição, mas a solidariedade entre os seres humanos, o livre pensamento e a auto-organização da sociedade, semelhante à autogestão dos anarquistas.

LISTA DE IMAGENS



Jornais e informativos com matérias sobre anarquistas expulsos do Brasil (RODRIGUES, [1978]).



Orador no Centro Cosmopolita, no Rio de Janeiro, durante o Segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1913 (DULLES, 1977)



1º de Maio na Praça Mauá, no Rio de Janeiro, em 1919. Naquela época, o movimento operário brasileiro conservava muito de sua força e autonomia (RODRIGUES, [1978]).

ALTO DA DECAVISTA
11/10
LEMBRANÇA DE AMIZADE
DO 3º CONG. OP. BRAS.



Anarco-sindicalistas no Rio de Janeiro – Floresta da Tijuca – em 1920, posando para uma “lembrança de amizade do 3º Congresso Operário Brasileiro”, em 1920 (HARDMAN, 2002, p. 185).



“Fundadores do Partido Comunista Brasileiro (março de 1922). Em pé, da esquerda para direita: Manuel Cendon, Joaquim Barbosa, Astrogildo Pereira, João da Costa Pimenta, Luís Peres e José Elias da Silva; sentados, da esquerda para direita: Hermogênio Silva, Abílio de Nequete e Cristiano Cordeiro” (DULLES, 1977).



Artur Bernardes governou o Brasil de 1922 a 1926, e foi responsável por campos de concentração e centros de tortura, nos quais os operários subversivos eram torturados e assassinados (DULLES, 1977)



O Professor José Oiticica, na prisão de Ilha Rasa (RODRIGUES, [1978]).



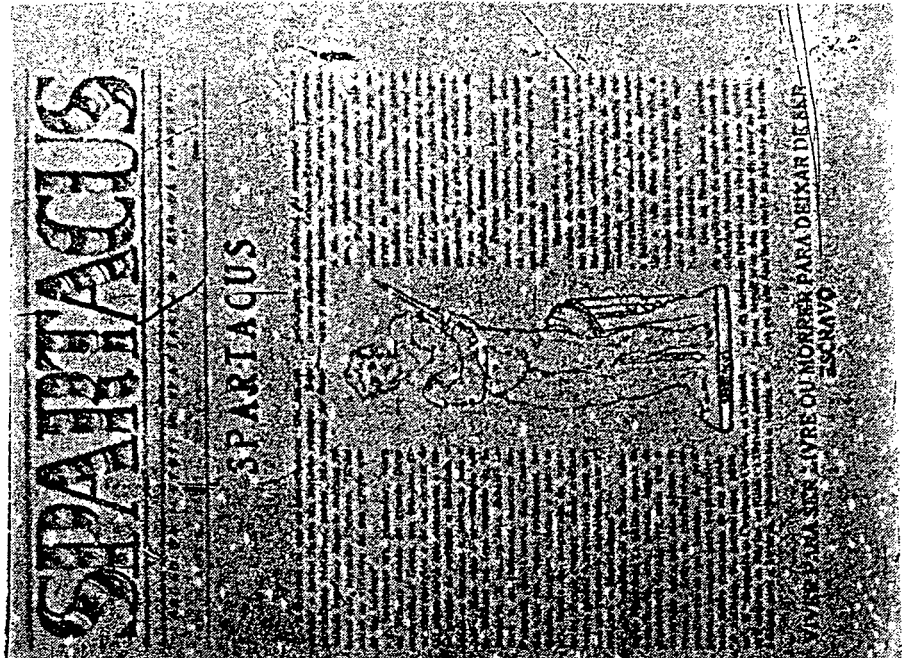
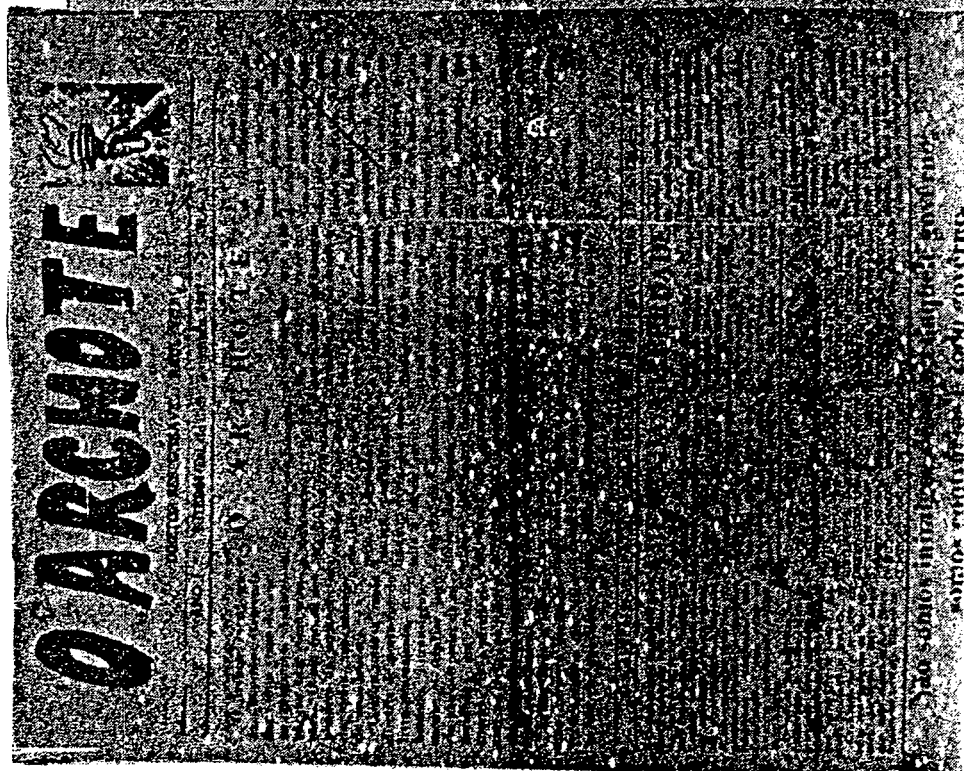
O Campo da Clevelândia, no Oiapoque (SAMIS, 2002, p. 241).



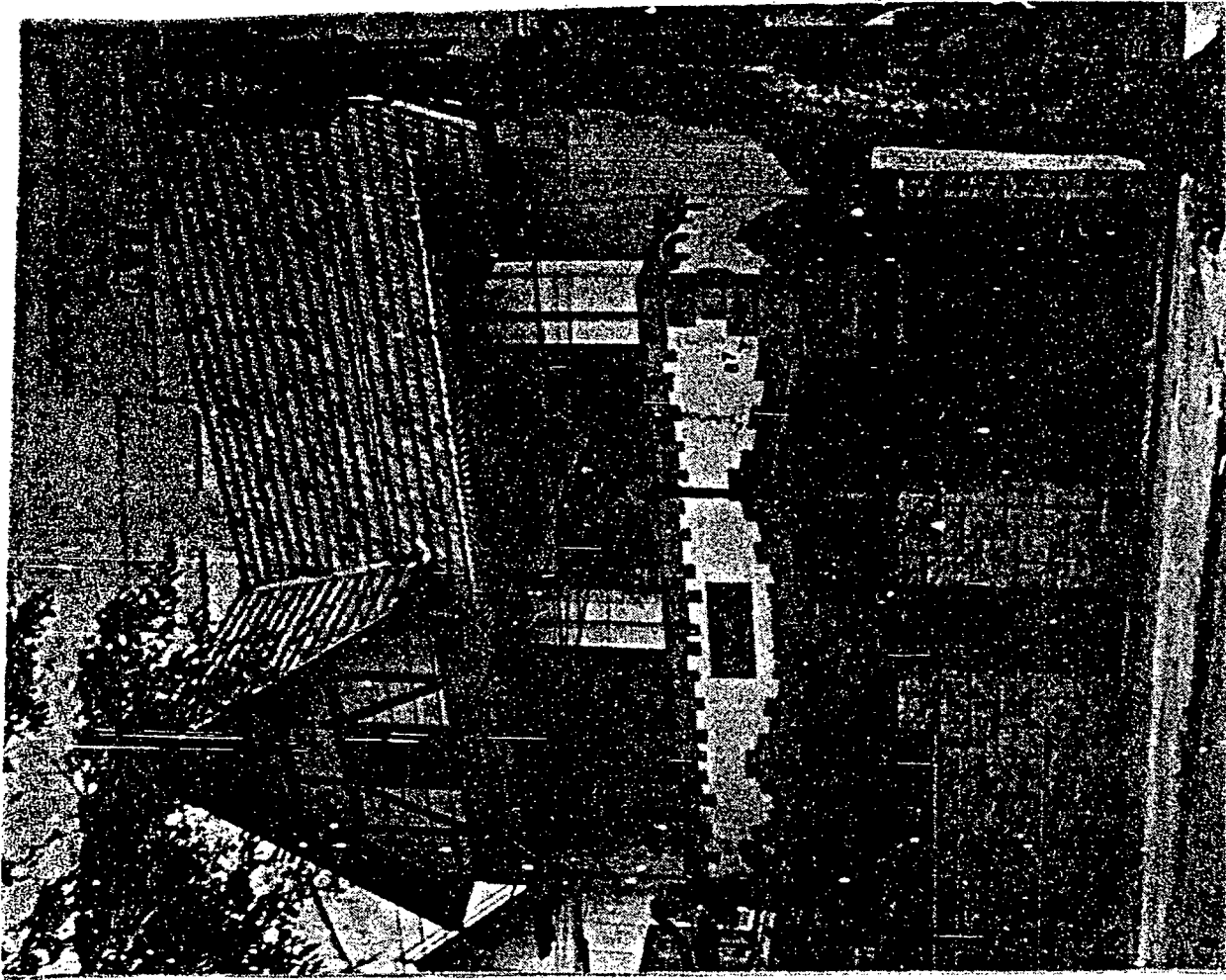
Festival beneficente ao jornal anticlerical e anarquista *A Lanterna*, em São Paulo, 1933 (RODRIGUES, [1978]).



Painel sobre a tragédia ocorrida no Sindicato dos Gráficos, em 1928, da qual foram mentores: Astrogildo Pereira, Otávio Brandão, Roberto Morena e o deputado Azevedo Lima (RODRIGUES, [1978]).



O Archote e Spartacus: Jornais anarquistas que surgiram no Brasil, após o governo de Getúlio Vargas, em 1945 (RODRIGUES, 1993, p. 154)



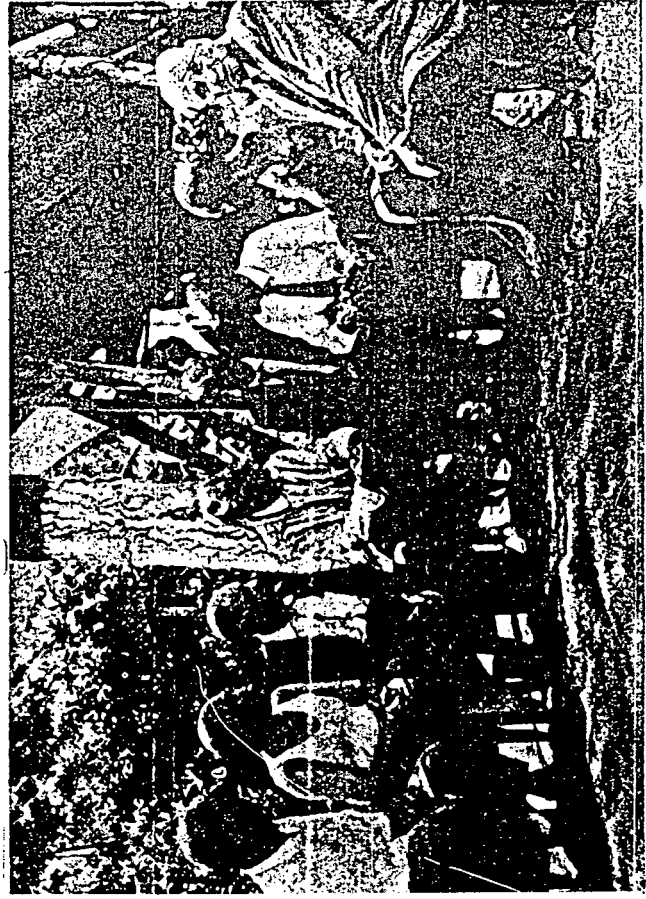
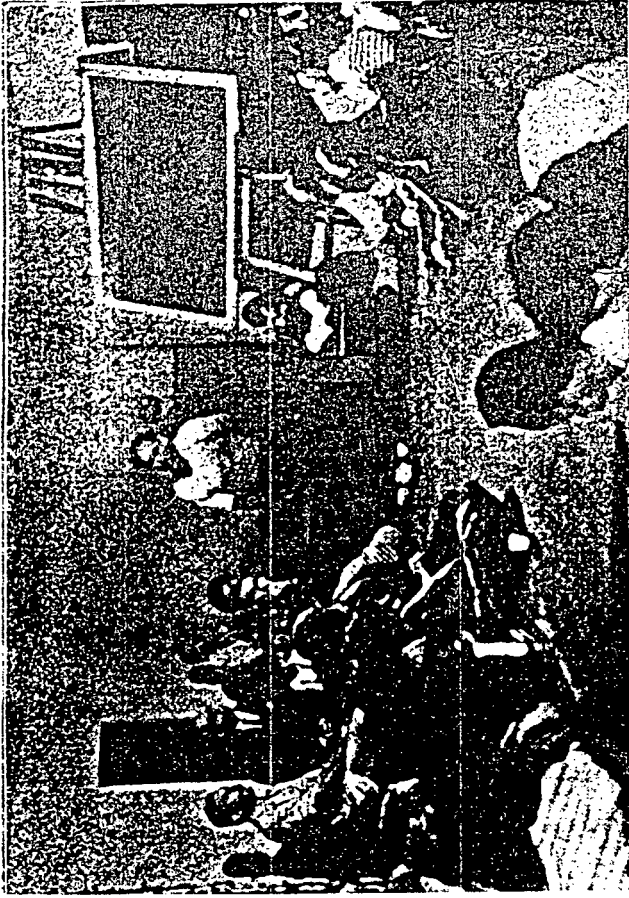
Fachada da casa de número 67, da rua Osório de Almeida, bairro da Urca, no Rio de Janeiro. Sendo então o professor José Otílica seu residente, entre os dias 09, 10 e 11 de janeiro de 1953, realizou-se na mesma um encontro anarquista de âmbito nacional (RODRIGUES, 1993, p. 146).



Ao centro, o escritor português Tomás da Fonseca, tendo à sua esquerda José Otílica, e à direita Serefim Porto, proferindo uma conferência patrocinada pelo movimento anarquista, na Associação Brasileira de Imprensa do Rio de Janeiro, em agosto de 1957 (RODRIGUES, 1993, p. 151).



Hipocrisia até depois da morte: na coroa de flores para o caixão de Artur Bernardes, os dizeres “Os sobreviventes da Clevelândia pedem perdão por terem se insurgido contra um governo tão honesto e um presidente tão digno” (SAMIS, 2002, p. 247).



Militantes anarquistas reunidos em congresso realizado em São Paulo, na "Nossa Chácara", em março de 1959 (RODRIGUES, 1993, p. 153).



Imagens de um congresso anarquista, realizado no Brasil, provavelmente em 1958 ou 1959 (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 172).



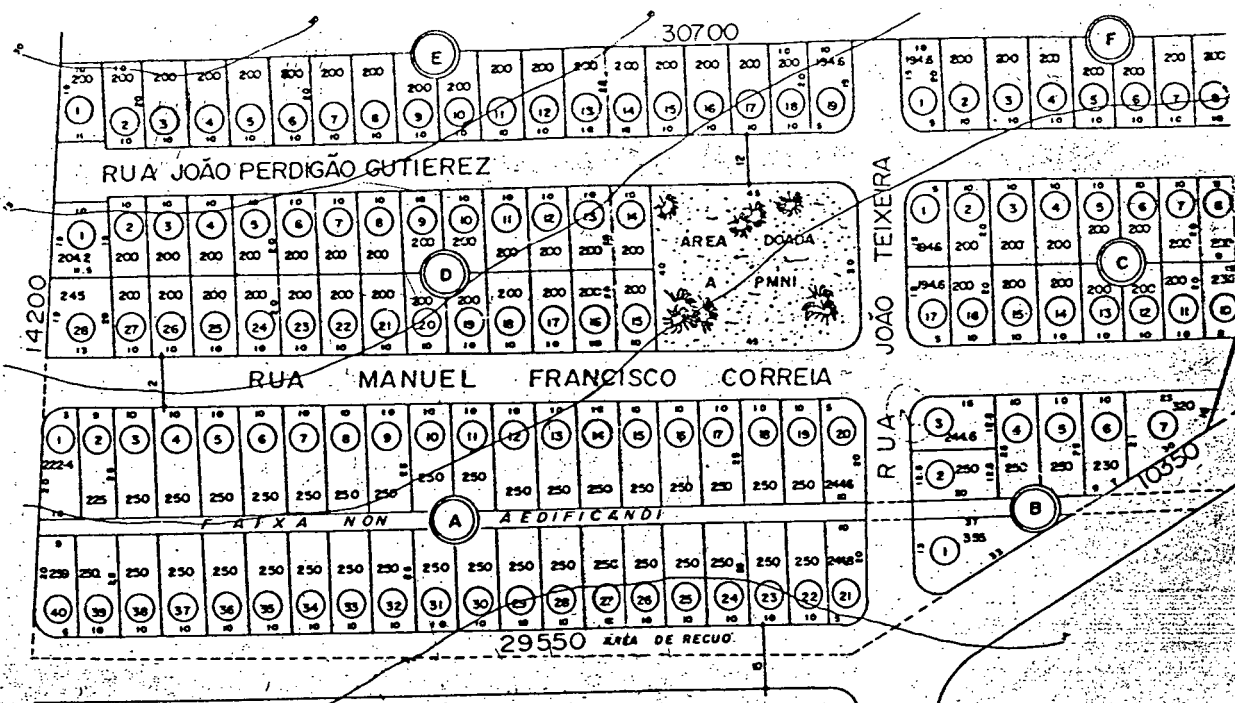
Cena do Congresso Nacional Anarquista, realizado entre os dias 15 e 17 de novembro de 1963, em "Nossa Chácara", que contou com mais de cem participantes. Na Cena, Pedro Catalo preside a reunião (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 81).



O Professor Nilton Ferreira Josetti, em uma aula de psicologia no Centro de Estudos Professor José Oiticica (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 81).



Imagens da família anarquista, presente no Encontro Libertário de 20 a 22 de abril de 1962, em "Nossa Chácara" (RODRIGUES, 1993, p. 152)

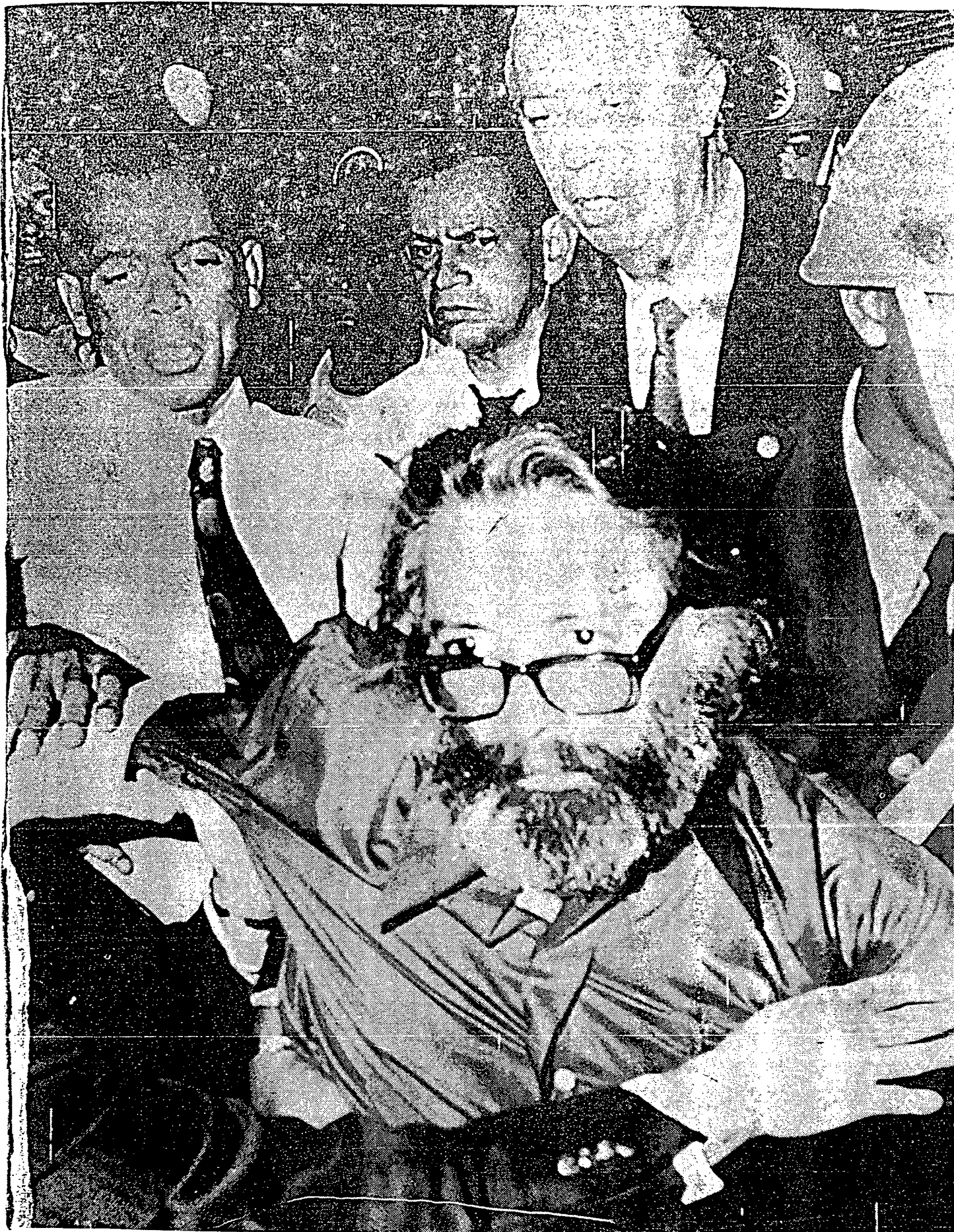


CONJUNTO RESIDENCIAL MANUEL CORREIA
 LOTEAMENTO APROVADO CONFORME PROCESSO Nº 598/72 DA PMNI
 121 LOTES
 SITUADO NA ESTRADA AUSTIN QUEIMADOS, # DISTRITO DE NOVA IGUAÇU, RJ.

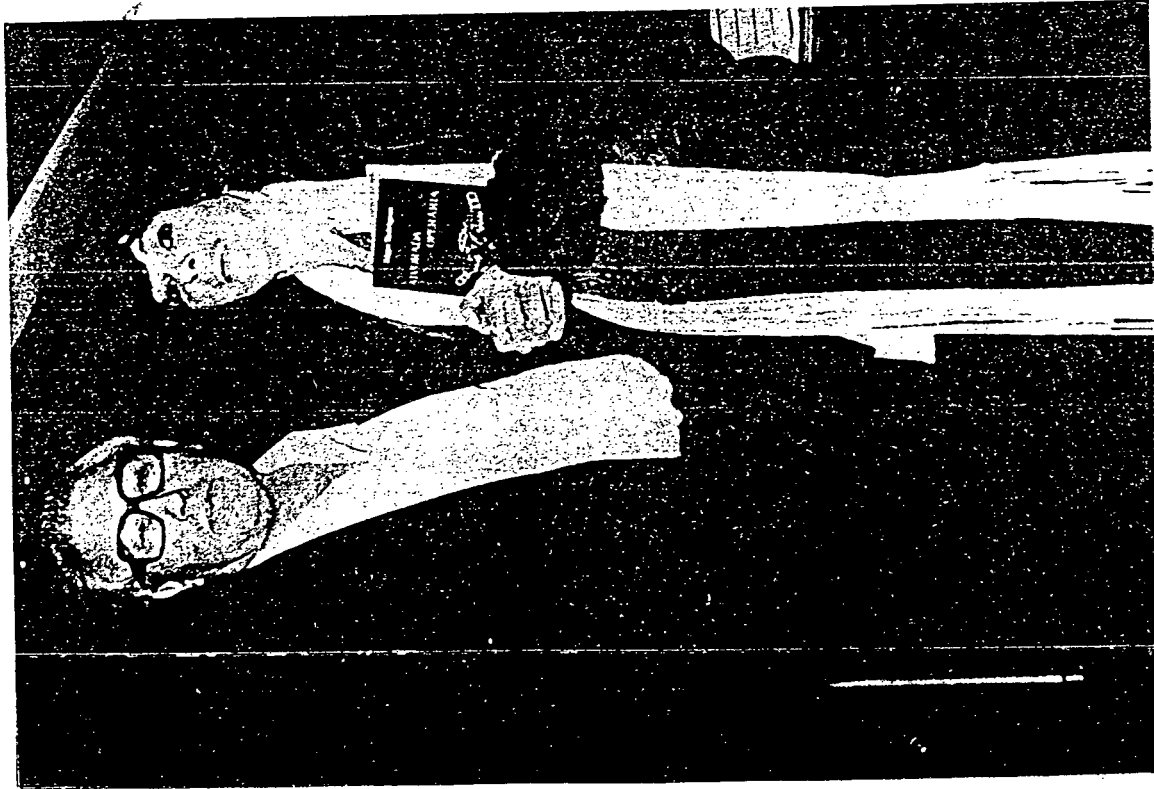
Conjunto residencial na estrada de Austim Queimados, no estado do Rio de Janeiro, existente desde 1972: bairro e ruas com nomes de anarquistas (RODRIGUES, 1993, p.157).



Comidas do CEPJO após a invasão dos militares da aeronáutica, em 1969 (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 82).



Roberto Freire, em 1972, quando entregue aos policiais pela guarda de segurança da *Rede Globo*, durante o último *Festival Internacional da Canção*, em 1972 (FREIRE, 1977, p.343).



Edgar Rodrigues e a atriz Yara Amaral (com o livro *Alvorada Operária* entre as mãos), durante uma exposição realizada no Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, em 1979 (RODRIGUES, CUBERO, MORENO, [s. d.], p. 86).



Santana e Jaime Cubero, no retorno do Centro de Cultura Social de São Paulo, em 1985 (ISTO É, abril de 1985, p. 50).

CONCLUSÃO

As idéias anarquistas sobrevivem. Vencendo o desejo de seus opositores e resistindo historicamente a ataques materiais e ideológicos, os anarquistas permanecem, malgrado todas as dificuldades, empunhando a bandeira negra de seus ideais revolucionários.

Com toda a certeza, a fase áurea do anarquismo deu-se entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Naquele momento, nasceram basicamente as idéias e princípios anarquistas, assim como foram organizados grandes movimentos libertários, de forma especial em Rússia, Espanha, Itália e Brasil – não demorou muito para que as idéias desenvolvidas por homens como Proudhon, Bakunin e Kropotkin percorressem o mundo, alcançando inclusive o Oriente, inspirando movimentos semelhantes em partes distintas do globo –, movimentos que, graças às suas realizações práticas, findaram por despertar a fúria de governos e de aspirantes a governo.

No Brasil, em fins do século XIX, imigrantes europeus iniciaram a difusão de idéias socialistas, dentre as quais se encontrava o anarquismo. Iniciaram também a organização de movimentos sociais, reivindicatórios e revolucionários, dos quais o que mais envolveu os trabalhadores, devido a sua capacidade de organização, foi o anarquista. Independente da exploração econômica e do preconceito a que foram submetidos, a persistência em denunciar e combater a desigualdade e o autoritarismo fez não só com que agitações surgissem, mas com que escolas fossem erigidas, que sindicatos e grupos de teatro fossem organizados, e que trabalhadores nativos semi-escravizados fossem educados; deu origem também a toda uma imprensa alternativa e combativa, própria dos trabalhadores. As peças teatrais, que transmitiam idéias vivas a trabalhadores analfabetos, superlotavam estabelecimentos (RODRIGUES, [1978], p. 276-277), e as greves organizadas por anarquistas, ao menos até o final da década de 1910,

eram capazes de “paralisar simultaneamente dezenas de fábricas e milhares de operários”, indicando uma grande adesão da população aos movimentos libertários, assim como a capacidade dos trabalhadores daquele período de ultrapassar a espontaneidade (ADDOR, 2002, p. 23); a imprensa anarquista, divulgada em mais de um idioma, aliadas às escolas libertárias, conscientizaram e unificaram a luta de milhares de trabalhadores, nos principais centros urbanos do país, mas também em fazendas e cafezais, nas quais os trabalhadores chegaram a realizar greves.

As greves consecutivas e o crescimento da organização dos trabalhadores foram motivos de prisões, perseguições, depredações, extradições, torturas e assassinatos. A Igreja – interesseira, hipócrita e grande proprietária – auxiliou os órgãos estatais de repressão, sendo ao mesmo tempo auxiliada pelos mesmos: Igreja e Estado, durante toda a República Velha, acobertaram os erros um do outro, unindo forças para a desorientação do movimento operário. Como se não bastasse a violência cometida pelo Estado capitalista contra os trabalhadores, após o “outubro vermelho” e a tomada do poder russo pelos bolchevistas, em 1917, os líderes do comunismo internacional, sediados em Moscou, iniciaram um processo de tentativa de expansão do comunismo de Estado por sobre o mundo. Assim, em março de 1922, era fundado no Brasil o Partido Comunista Brasileiro. Seus fundadores, em maioria ex-militantes anarquistas, conhecendo a estrutura do movimento operário – seus pontos fracos e seus pontos fortes –, iniciaram, obedecendo a ordens vindas diretas de Moscou, o trabalho de dominar os sindicatos, inclusive os de ação direta que resistiam à perseguição vigente. Não adiantaram os pedidos de solidariedade dos trabalhadores russos, antigos revolucionários socialistas, agrilhoados pelo governo bolchevista – os fins justificavam os meios, na idéia revolucionária dos comunistas brasileiros; tudo pelo futuro comunismo! A dissensão ideológica envolveu os trabalhadores, e as disputas internas no movimento operário contribuíram grandemente com as ações desagregadoras do Estado.

Após a revolução de 1930, Getúlio Vargas chega ao poder, encontrando um movimento de trabalhadores relativamente fraco e dividido, porém, que ainda conservava algumas de suas forças. Transformando conquistas operárias em leis, Getúlio recebe a alcunha de “pai dos pobres”, quando em realidade dava um golpe de morte no movimento operário autônomo do Brasil, absorvendo os sindicatos livres e investindo pesado principalmente contra os anarquistas. Tãmanha foi a perseguição realizada por aquele governo que, na segunda metade da década de 1930, o anarquismo parecia não mais existir no Brasil. Porém, dias antes do fim do Estado Novo, que os havia obrigado a silenciar temporariamente, os anarquistas ressurgem publicamente – fracos, dispersos, reduzidos, mas cheios de força de vontade. Em meio a um proletariado majoritariamente desorientado, reaparecem *A Plebe* e o Centro de Cultura Social de São Paulo, assim como nascem novos jornais e organismos, e tentativas de reavivar a autonomia sindical. Os inimigos dos anarquistas continuavam os mesmos, embora mais numerosos – a Igreja, mormente levantando calúnias, o Estado e os partidos políticos. No entanto, novos militantes ingressavam na luta revolucionária, dando novos impulsos à luta libertária.

Na década de 1960, entre 31 de março e 1º de abril, os militares brasileiros dão um golpe de Estado. Seguiriam duas décadas de forte repressão aos movimentos e grupos sociais e políticos que não concordavam com o regime militar. Os anarquistas, logicamente, estavam entre os que foram perseguidos pelo sistema. Após 1968, enquanto na França e em outras regiões da Europa o anarquismo havia “ressurgido” dentre os movimentos sociais, os anarquistas no Brasil voltavam a ser perseguidos, presos e torturados. Sua pouca imprensa deixou de circular; seus principais (e talvez únicos) centros no Brasil – o Centro de Estudos Professor José Oiticica, no Rio de Janeiro, e o CCS de São Paulo – deixaram de atuar; e o movimento caiu na mais profunda clandestinidade. Entretanto, anarquistas resistentes permaneceram vivos e atuantes. Reuniões clandestinas ocorreram, reunindo militantes que possuíam coragem de enfrentar o regime; livros anarquistas

foram publicados, principalmente por editoras libertárias das quais foram maiores exemplos as editoras Germinal e Mundo Livre, de forma que a difusão literária do anarquismo e o crescente interesse pelo estudo de suas idéias, motivaram editoras capitalistas a publicar livros libertários. Estudantes universitários também se sentiram motivados a estudar a história e as idéias anarquistas. Principalmente a partir de 1975, teses de Mestrado e Doutorado começaram a ser realizadas por acadêmicos, muitas das quais tornar-se-iam livros poucos anos depois.

Ainda na segunda metade da década de 1970, nasce em Salvador um novo jornal anarquista: *O Inimigo do Rei*. Composto por gente nova, principalmente estudantes, *O Inimigo do Rei* recebeu o apoio de libertários mais experientes, como Edgar Rodrigues, Roberto das Neves, Ideal Peres e Maurício Tragtemberg, que escreveram em suas páginas, e foram ao mesmo tempo jornalistas e jornaleiros. Após o *Inimigo* ter iniciado suas atividades, novos grupos e informativos anarquistas surgiram – muitos de vida efêmera, mas alguns, embora poucos, resistiram.

Se durante a década de 1960, o único movimento anarquista de estudantes de que se tem notícia foi o Movimento Estudantil Libertário, no Rio de Janeiro, anos antes da década de 1980 nasceram grupos no Rio Grande do Sul, na Bahia, em São Paulo, em Belo Horizonte e em outros estados. O *Inimigo* foi divulgado por todo o Brasil e em outros países.

Na década de 1980, o movimento anarquista brasileiro já possuía grupos bem organizados. Os poucos núcleos que existiam, produziam com compromisso. Em 1985, um ano após o fim do regime militar, o Centro de Cultura Social de São Paulo é reaberto, retomando suas atividades. Bem inspirados, o número de interessados pelo anarquismo cresce, principalmente por influência da mídia oficial, que divulgava, vez ou outra, realizações anarquistas e entrevistas com militantes libertários. No Rio de Janeiro, seguindo o exemplo do Centro de Cultura Social de São Paulo, jovens e velhos militantes organizavam o Círculo de Estudos Libertários.

No início da década de 1980, um movimento contra-cultural formado por pequenos burgueses, mas também por jovens operários oriundos dos subúrbios dos grandes centros do Brasil – o movimento punk – chegava ao Brasil, e em pouco tempo aderiu ao anarquismo. Junto com outros libertários, incentivaram a luta contra o militarismo e participaram das primeiras organizações que até hoje tentam revitalizar a Confederação Operária Brasileira.

O anarquismo, ao que parece, possui uma capacidade de ressurgir quando menos se espera. As idéias anarquistas, desenvolvidas em essência no século XIX, em sua maioria se encontram ainda atuais e, mesmo aquelas que já foram ultrapassadas pelo desenrolar histórico da humanidade e o surgimento de novas estruturas políticas, econômicas e sociais, são passíveis de atualizações, visto não ser o anarquismo um sistema rígido, uma doutrina dogmática baseada em ditames incontestáveis. Talvez por terem conseguido se espalhar por entre outros movimentos sociais – o movimento de objeção de consciência, o movimento naturista, o esperantista, o anti-racista, o pacifista, o cristão, etc. – as idéias e movimentos anarquistas tenham conseguido sobreviver a anos seguidos de perseguição; talvez por ainda não ter conseguido realizar uma grande experiência que durasse muitos anos (pois pequenas experiências foram realizadas, como, por exemplo, Cristiania – cidade anarquista organizada por hippies na Tchecoslováquia, na década de 1970, que resiste até hoje), o ideal anarquista consiga, de tempos e tempos, motivar o surgimento de grupos revolucionários esperançosos e a realização de formidáveis manifestações libertárias. Independente disso, o anarquismo continua vivo. Vivo e ativo no Brasil e no mundo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

DIÁRIO OFICIAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal: 1999.

FOZ DO LIMA: 2004.

O INIMIGO DO REI. Salvador: Ed. "A", 1979-1988.

LIBERA... AMORE MIO. Rio de Janeiro: 1995-2003.

O LIBERTÁRIO. São Paulo: 1964.

O LIBERTÁRIO. Feira de Santana: 2004.

OPINIÃO SOCIALISTA. São Paulo: 2001.

POR UM MUNDO MELHOR PARA TODOS. Natal: 2002.

ISTO É. São Paulo: 1984-1985.

BIBLIOGRAFIA

ADDOR, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

AMBELAIN, Robert. **A Franco Maçonaria: origem, história, influência**. São Paulo: IBRASA, 1990. (Coleção Gnose, 28).

BARRUÉ, Jean. **O Anarquismo Hoje**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976. (Cadernos Peninsulares. Nova Série. Ensaio, 17).

BATTISTINI, Fr. **A Igreja do Deus Vivo: coluna e fundamento da verdade**. 10. ed. Magé, 1984.

CADERNOS AEL. **Anarquismo e Anarquistas**. Campinas: Arquivo Edgard leuenroth: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, n.8/9, 1998.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil: 1877-1944**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984. (Corpo e Alma do Brasil).

C.N.T. **A Guerra Civil Espanhola nos Documentos Libertários**. São Paulo: Imaginário; A Casa da Soma; Nu-Sol, 1999.

COMO organizar a massa. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1991.

COSTA, Caio Túlio. **O que é Anarquismo**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, 5).

- COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia.** São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.
- CUBERO, Jaime. **Anarco-Sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Index Librorum Prohibitorum, 2004.
- DAANSON, Edouard. **O Livro do Bem e do Mal: também chamado a bíblia dos maçons.** Rio de Janeiro: Germinal, [s. d.].
- DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil: (1900-1935).** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- EDGAR Rodrigues: pesquisador libertário da história social de Portugal e do Brasil. Portugal: Associação Cultural A Vida, 2002. (Catálogo da exposição).
- FREIRE, Róberto. **Viva Eu, Viva Tu, Viva o Rabo do Tatu.** São Paulo: Símbolo, 1977.
- GREEN, Gilbert. **Anarquismo ou Marxismo: uma opção política.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.
- GUÉRIN, Daniel (Org.). **Bakunin: textos escolhidos.** Porto Alegre: L&PM, 1983.
- _____. **Pierre Joseph Proudhon: a propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas.** Porto alegre: L&PM, 1998.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil.** 3. ed. São Paulo: UNESP, 2002.
- HOBSBAWM, E. J. **Revolucionários: ensaios contemporâneos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.
- JACKSON, J. Hampden. **Marx, Proudhon: e o socialismo europeu.** Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- KROPOTKIN, Piotr. **Seleção de Textos.** Apresentação José Willian Vesentini. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. (Teoria e Método, 13).
- MARAM, Shledon Leslie. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro: 1890-1920.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MONTEIRO, Denise Mattos. **Pão, Terra e Liberdade x Deus, Pátria e Família: as lutas sociais e a evolução política no Rio Grande do Norte, no pós-revolução de 30.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-Un Rosado, 2004. (Coleção Mossoroense. Serie B, n. 2569).
- MOSCA, G. **História das Doutrinas Políticas: desde a antiguidade.** 2.ed. Rio de janeiro: Zahar, 1962.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. **Anarquia nas Humanidades: perspectiva negativista no estudo da sociedade.** Natal: Aversão ao Estado, 2004.

OITICICA, José. **Curso de Literatura.** Rio de Janeiro: Germinal, [1958].

_____. **A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos.** 2. ed. São Paulo: Econômica, 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (ORG.). **O Estado Autoritário e Movimentos Populares.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Latino-americanos, 14).

PONCIS, Léon de. **As Forças Secretas da Revolução: maçonaria – judaísmo.** Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & Companhia Livraria do Globo, 1931.

PRADO, Antonio Arnoni (ORG.) **Libertários no Brasil: memória, luta, cultura.** São Paulo: Brasiliense, [s. d.].

PROJETO: BRASIL NUNCA MAIS. **Perfil dos Atingidos.** Petrópolis: Vozes, 1988.

RODRIGUES, Edgar. **Novos Rumos: pesquisa social 1922-1946.** Rio de Janeiro: Mundo Livre, [1978].

_____. **Anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil.** São Paulo: Global, 1984.

_____. **Entre Ditaduras: (1948-1962).** Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.

_____. **Os Libertários.** Rio de Janeiro: VJR, 1993.

_____. **Pequeno Dicionário de Idéias Libertárias.** Rio de Janeiro: CC&P Editores, 1999.

_____. **Socialismo: síntese das origens e doutrinas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Porta Aberta, 2003.

_____. **ABC do Sindicalismo Revolucionário.** 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

RODRIGUES, Edgar; CUBERO, Jaime; MORENO, Diego G. **Três Depoimentos Libertários.** Rio de Janeiro: Achiamé, [s. d.].

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil.** São Paulo: Imaginário; Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB.** 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SERGE, Victor. **Memórias de um Revolucionário.** São Paulo: Companhia das Letras, [1987].

SIMÃO, Azis. Os Anarquistas: duas gerações distanciadas. **Tempo Social**, São Paulo: n. 1, p. 57-69, 1.sem. 1989.

SOBREIRA, Caesar. **Elementos Para uma Crítica da Natureza do Poder: ou manifesto cínico-anarquista**. Pernambuco: Katharsis, [1981].

SOLIDARITY. **Paris: maio de 68**. São Paulo: Conrad, [s. d.]. (Coleção Baderna).

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Proclamação da República no Brasil. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1998.

WALTER, Nicolas. **Do Anarquismo**. Natal: Aversão ao Estado, 2004.

WILDE, Oscar. **A Alma do Homem Sob o Socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

WOODCOCK, George. **Grandes Escritos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. **História das Idéias e Movimentos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2002. 2v.

INTERNET

Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos:
<http://insurgentes.vilabol.uol.com.br/passos.htm>

Arquivo de História Social Edgar Rodrigues:
<http://www.agrorede.org.br/ceca/edgar/anarkP.html>

Maio de 68:
[www.baderna.org/maio de 68](http://www.baderna.org/maio%20de%2068)

Revolução dos Cravos:
http://www.imediohelderneto.hpg.ig.com.br/Revolucao_dos_cravos.html



ANEXOS

JAIME CUBERO E O MOVIMENTO ANARQUISTA NO BRASIL

Esta entrevista realizada por J. M. Carvalho Ferreira a Jaime Cubero tinha como grande objetivo dar a conhecer a vida de um grande homem e sua articulação com o movimento anarquista no Brasil. Embora sabendo da sua fragilidade física, a sua morte em Maio de 1998 não era de todo previsível. Foi uma enorme perda para o anarquismo no Brasil e, porque não dizê-lo, para o pulsar das idéias e das práticas acratas no mundo. Com esta entrevista procura-se tão-só compreender a evolução do anarquismo no Brasil nas últimas décadas e revelar a figura do homem que nos deixou.

Estamos hoje a 28 de Maio de 1997 para entrevistar um grande amigo e companheiro - Jaime Cubero - figura sobejamente conhecida no Brasil dispensando quaisquer adjetivos, para a revista UTOPIA. Vamos tentar fazer aqui algo que fique para a história. Vamos tentar dialogar no sentido de articular a figura de Jaime Cubero com as idéias e práticas do anarquismo no Brasil e mesmo no mundo. Assim, a minha primeira pergunta é: Como é que enquanto pessoa, enquanto ser humano, emergiu para a prática e as idéias do anarquismo?

Eu comecei muito jovem. Eu tinha um vizinho espanhol que era anarquista e os filhos dele conviviam conosco. Jogávamos todos juntos na rua. Isto era na altura em que ainda não tinha dez anos, hoje tenho 70. Vejam só quanto tempo já passou! Estávamos mais ou menos em 1936/1937, ou seja antes de 1940. Esse meu amigo chama-se Liberto - hoje por acaso é meu cunhado, porque casou com uma irmã gêmea. Esse meu amigo visitava-me quando eu estava doente e conversávamos muito. Como na altura eu era católico por causa das aulas que recebia no grupo escolar nós conversávamos muito sobre religião - nós ficamos órfãos quando morreu meu pai, com 33 anos. Éramos seis irmãos, a menor com dois meses e o maior com 8 anos, e no intervalo nasceram os gêmeos: eu e minha irmã Aurora. É a partir daqui que uma série de fatos irão influir no meu pensamento.

Dividiram os irmãos de tal forma que 03 foram para a avó materna (o avô já tinha falecido) e 3 vieram para São Paulo para a avó materna. Minha mãe não casou de novo, daí as dificuldades que tinha para sustentar seis pessoas. Na altura a miséria era muita. Quando venho para São Paulo, minha avó matricula-me na escola, mas no 2º ano porque no primeiro já não havia vaga. Foi assim que eu só fiz três anos de escolaridade: do 2º ao 4º ano. Nesta fase é que eu começo a estabelecer relações com outros vizinhos nossos, de entre os quais o Liberto de que já falei, que marcarão profundamente a minha vida. No grupo escolar era obrigatório o ensino religioso (religião católica) - para me matricular minha avó teve de dizer que eu era católico senão não me aceitavam. Nessas aulas de religião (tinha eu 07 anos) esse meu amigo Liberto que tinha outra formação (anticlerical), começa a fazer a minha cabeça. Comecei a ter uma curiosidade enorme pela religião. Logo depois começamos a fazer debates com o padre, com católicos etc. Começou tudo aqui. Nesse tempo, já depois de ter saído da escola e estar a trabalhar numa fábrica (com 11 anos) onde trabalhava 10 horas por dia, no fim do dia nós nos reuníamos. Ia ter a casa desse meu amigo e do irmão dele (que era sapateiro que trabalhava em casa) onde fazíamos leituras em conjunto e comentávamos tudo o que líamos. Um dos livros que viria a marcar a minha formação foi o livro chamado "Manolim" (livro muito divulgado nos meios anarquistas na 1ª e 2ª década deste século) Foi com este livro que eu aprendi o espanhol porque estava escrito em espanhol. Discutíamos bastante, fazíamos freqüentemente leituras comentadas por todos.

A partir daí, desenvolvemos essas atividades de leituras comentadas e resolvemos um dia, já adolescentes com 16 / 17 anos, criar (sem contatos nenhum com o movimento anarquista) o que pomposamente resolvemos chamar de "Centro Juvenil de Estudos Sociais". Convidávamos para aí conviver todas as moças das nossas relações. As pessoas diziam que o que queríamos era "paquerar" (namorar) as raparigas. E de fato, dali saíram algumas uniões, inclusive a minha com a Maria (companheira da minha vida), a do Liberto com minha irmã e outras. Foi aí que começou tudo.

Depois disso, quando é que entras em relação estreita com o movimento anarquista?

Em 1945 no fim da Segunda Guerra Mundial e com a queda do Getúlio Vargas, reabrem-se as portas do Centro. O nosso grupo é descoberto por alguém que pertencia ao Centro e que nos propõe que o Centro possa participar nos nossos debates. Foi assim que tivemos a presença, numa das nossas reuniões, do Edgar Leuenroth, anarquista destacado, e a partir daí entramos em contato freqüente com o Centro de Cultura Social. Fomos convidados para participar nas múltiplas atividades do Centro de Cultura Social em 1945.

Quais as principais atividades que desenvolveram nessa altura?

No seio do nosso grupo fazíamos essencialmente estudos, distribuíamos livros e fazíamos com que as pessoas emitissem / escrevessem as suas opiniões sobre os livros que tinham lido, o que faziam muitas vezes nas nossas reuniões. Quando passamos a fazer parte do Centro de Cultura Social as atividades multiplicaram-se. Passamos a participar nas reuniões do Centro, nas conferências, enfim em todas as atividades. Foi assim que um irmão meu que tinha aptidão para o teatro entra para um grupo de teatro do Centro.

No casamento do meu cunhado Liberto com minha irmã Aurora estiveram presentes muitos companheiros que pertenciam ao Centro, incluindo Edgar Leuenroth e o diretor do Jornal "A Plebe". Na altura fiz um discurso sobre o "amor livre" e foi então que Edgar me convidou para fazer parte da Comissão de Gestão do Centro de Cultura Social e participar em todas as atividades do Centro e do próprio movimento. Nessa ocasião tínhamos já bem a noção das iniciativas do movimento anarquista e tínhamos a consciência de que tinha de ser um movimento específico organizado por companheiros convictos. Para alguém entrar para o movimento tinha de ser conhecido de alguém, isto é, tinha de ser apresentado por dois companheiros por uma questão de confiança.

Logo após a queda da ditadura de Getúlio organizou-se a União Anarquista de São Paulo. Faziam-se conferências ao sábado. Comemorávamos datas, por exemplo a da revolução espanhola. O local do Centro de Cultura Social passou a ser ocupado também pelo Movimento espanhol no exílio, o qual passou a participar bastante nas atividades do Centro. Criamos mesmo dois grupos de teatro, um português e outro espanhol.

Houve uma reanimação do Centro de Cultura Social, do Movimento Libertário Anarquista após a 2ª guerra mundial e a queda da ditadura em 1945. Sabemos que o Centro teve muita importância para o movimento libertário no Brasil nos anos 10 e 20. Após a ditadura quais as articulações, quais as incidências das atividades do Centro no movimento operário?

Discutíamos bastante a diretriz do movimento, a participação do movimento operário etc. Fazíamos congressos para reanimar a atividade do centro e para aumentar a participação operária. Num desses congressos, que foi muito divulgado na revista "Cruzeiro", conseguiu-se uma entrevista de Roberto das Neves, português militante muito importante e muito conhecido no Brasil pelos seus livros e editora (de livros anarquistas) que os publicava "Germinal". Na sua luta salazarista foi vítima de fortes perseguições, chegando inclusive a ser torturado (simularam um acidente mas o que houve foi uma tentativa de assassinato) porque essas pessoas que ele hostilizava com uma linguagem muito dura não o deixavam. Articulamos também as nossas atividades com as do Movimento do Rio de Janeiro. Logo a seguir à ditadura havia uma série de pessoas como Edgar Rodrigues de entre muitos outros que faziam parte do movimento e que passaram a ser contactadas para reuniões. Fazíamos várias reuniões entre vários estados mas de caráter eminentemente anarquista. Editamos mesmo um jornal, no pós-ditadura, "Relações Anarquistas" no Rio de Janeiro, vindo depois o "Ação Direta". Depois ainda fiz parte também do jornal "A Plebe". Tínhamos uma atividade tremenda. Não havia descanso. Trabalhávamos de segunda a segunda. Fazíamos a nossa propaganda via teatro, jornais e comícios que convocávamos para recintos mais ou menos fechados porque nessa altura e ainda hoje só se pode falar em local público pedindo autorização / alvará de ordem política e social. Na onda política do pós-ditadura os anarquistas procuraram ocupar um espaço de destaque e conseguiram-no consideravelmente.

Do que tenho lido do Jaime Cubero é que nas primeiras décadas do nosso século havia uma atividade essencialmente operária, que se circunscrevia às fábricas: greves, escolas, teatro e toda uma série de práticas operárias. Após a queda de Getúlio e o fim da Segunda Guerra Mundial há um ressurgimento do movimento anarquista embora as práticas estejam agora mais circunscritas a publicações, mais circunscritas aqui em São Paulo e no Rio de Janeiro, não estando tão ligadas ao mundo fabril. Será assim?

Fizemos de fato várias tentativas no sentido de fazer participar o movimento operário. Cada qual procurou ingressar num sindicato. Eu, que era sapateiro, assistia a reuniões do sindicato onde estava presente um membro do Ministério do trabalho para fiscalizar. As discussões nestas reuniões eram muito difíceis porque os comunistas queriam impor-se, queriam fazer sempre tudo de acordo com a lei. Nós queríamos lutar num espaço público, nas ruas, lugar sempre ocupado pelos anarquistas. O movimento anarquista aqui no Brasil tem tradição de estar sempre muito ligado ao operariado. Chegou a ter proporções gigantescas. O movimento anarquista foi um poderoso instrumento histórico no Brasil. Todas as leis trabalhistas condensadas na legislação no pós-ditadura foram conquistas, práticas concretas dos anarquistas sempre em prol do movimento operário. Como exemplo disso vou falar de uma tese de doutoramento que foi defendida aqui há cerca de 04 meses e que era sobre a greve de 1917. A proporção dessa greve foi enorme. Após a morte de um operário espanhol chamado José Martinez, assassinado pela polícia, no seguimento do enterro dele foi aí que eclodiu o movimento. Chegaram a participar nessa greve mais de 200 mil pessoas quando a cidade pouco mais tinha que 400 mil. Logo, mais de metade da população da cidade envolveu-se na greve. Foi a maior greve geral da história do Brasil.

O movimento operário, após a queda da ditadura do Getúlio, procurou implantar-se em todos os lugares. O Herbert Marcuse, considerado um guru do Maio de 68 em Paris, dizia que os elementos de contestação do sistema acabariam por ser [cooptados] pelo sistema e passariam a fazer parte do sistema.

Ora já no Brasil, Florentino de Carvalho, um dos grandes militantes do Brasil que tem um livro famoso "Da escravidão à liberdade" discutia com Edgar Leuenroth sobre estas questões: preconizava que o sindicalismo acabaria como uma extensão do Estado; que as reivindicações seriam tomadas como elementos de rentabilidade dos sindicatos.

Quando se chega aos anos 50 Edgar preocupa-se muito com o movimento operário. Organizamos então o Movimento de Orientação Sindical (MOS) que promoveu uma série de atividades tendo durado até ao golpe militar que instaura a nova ditadura em 1964. A posição do MOS era combater o sindicalismo fascista.

Não tiveram também uma nova concorrência que foi, em certa medida, também ela a causa da perda de influência do movimento anarquista nas suas múltiplas vertentes, concorrência essa que adveio do advento histórico da revolução russa. Será que este acontecimento teve importância na "derrocada" do anarco-sindicalismo?

A minha visão do problema é a seguinte: para determinado evento histórico é comum procurar uma causa. E às vezes delimitar essa causa. Muita gente imputa ao Partido Comunista essa perda de influência. O Partido Comunista é fundado em 1922 e a partir daí o movimento anarquista começa a perder influência. Na década 30, já toda uma série de legislação trabalhista tinha caráter fascista. Os sindicatos que surgiram eram fascistas. Então qualquer sindicato de organização operária que não pertencesse ao estado era combatido como clandestino. Estes não podiam organizar-se em liberdade. Mas os anarquistas resistiram bastante. Em 1934, quando houve um grande confronto no centro da cidade de São Paulo entre anarquistas e fascistas - nome dado aos integralistas aqui no Brasil - na Praça da Sé, os trabalhadores que pertenciam à Federação Operária de São Paulo resolveram enfrentar os integralistas (fascistas) que se propunham fazer uma marcha integralista na cidade de S. Paulo à semelhança da marcha que havia tido lugar em Roma no tempo do Mussolini.

Essa marcha integralista estava marcada para o dia 07 de Outubro de 1934. Os anarquistas organizaram-se para os enfrentar e combinaram também um ato para a Praça da Sé nesse mesmo dia. O Jornal "A Plebe" que divulgava já a ascensão do fascismo divulgou também esse ato anarquista. Para esse confronto, os companheiros anarquistas disseram que estariam lá nem que fossem mortos. Chegado o dia os companheiros colocam-se em lugares estratégicos na Praça da Sé e armados (porque a época não era para brincadeiras, era de luta).

Quando os fascistas chegaram, todos de camisas verdes (em Itália eram as camisas pretas), começaram a concentrar-se esperando 500 mil pessoas que não chegaram a tantas, colocando na frente da marcha mulheres e crianças por pensarem que ninguém dispararia contra mulheres e crianças. Os anarquistas esperaram que mulheres e crianças passassem e depois... tendo um dos companheiros - Simão Rodovich - percebido que havia metralhadoras que estavam prontas a disparar sobre os operários, ele toma conta de uma delas e começa então um tiroteio enorme. Morreram 06 pessoas, muitas delas ficaram feridas e algumas morrendo depois devido aos ferimentos, mas o que é de salientar é que houve uma debandada enorme, a passeata dos fascistas abortou. Isto para demonstrar que o movimento anarquista não morreu, a manifestação de 1934 demonstra que ele estava bem vivo.

Havia uma revista do Partido Comunista da época "Divulgação Marxista", que era suspeita quando dava dados. O Partido Comunista não chegava na altura a ter 1000 filiados no partido, contudo chegaram quase a dizer que tinham sido eles a enfrentar os integralistas. Irônico não é? Em contrapartida a Federação Operária de São Paulo tinha mais de 80 sindicatos que não pertenciam ao Estado.

Pôr tudo isto não podemos dizer que houve só um fator que tivesse contribuído para o refluxo do movimento anarquista tendo antes havido uma conjugação de fatores. O Movimento não foi capaz de refletir sobre o que se estava a passar a nível mundial. Deixou-se ultrapassar pelos acontecimentos. Mas durante muito tempo teve superioridade face ao Partido Comunista, partido este que em 1922 já pertencia ao governo. Nessa conjugação de fatores inclui-se não só o Partido Comunista como também todos os outros partidos que aderiram ao governo, ou seja, ao sindicalismo oficial (menos os anarquistas que o não fizeram). Mas... Na minha opinião o principal fator foi a repressão da época. Foi um fenómeno mundial. Basta pensar nas ditaduras de Salazar em Portugal, Peron na Argentina, Franco em Espanha, Hitler na Alemanha, Mussolini em Itália, etc... Se pensarmos no período histórico em que as ditaduras imperaram podemos Ter aqui o principal fator causal do refluxo da importância do movimento anarquista.

Tendo a noção que se registrou um refluxo, há uma tentativa após a 2ª guerra mundial para ativar de novo o movimento. Como o fizeram? Circunscreveram-se apenas a publicações? Que atividades desenvolveram?

Muitas atividades como conferências, cursos e outras. Em São Paulo chegamos a ter milhares de alunos. Procuramos ocupar espaços físicos novos. Na Universidade de S. Paulo havia um Conselho de que fazia parte Edgar Leuenroth e muitos outros de grande projeção. Passamos a ter uma atividade considerável tendo em conta o período de repressão que tínhamos vivido e ainda se vivia. Qualquer atividade de teatro juntava sempre centenas de pessoas. Editamos uma série de jornais, mesmo depois do jornal "Ação Direta" e nos anos que antecederam a nova ditadura. O movimento anarquista, como todos os outros, tem momentos, circunstâncias em que consegue grande projeção e outros momentos menos áureos. Existe contudo um meio anarquista que gravita em torno de um grupo que vai crescendo e alargando-se por várias zonas.

Em 1964 instala-se uma nova ditadura, não é?

Em [1964] eu pertencia ao teatro do Centro de Cultura Social e o Edgar tratava das conferências, reuniões do centro etc. É preciso não esquecer que o movimento específico anarquista não é público, é clandestino. O Estado jamais daria autorização para combater o Estado, só deu licença para se ter o espaço físico do Centro. Mas desenvolvemos sempre atividades específicas pertencentes a um meio anarquista. Criamos mesmo a União Anarquista de São Paulo. Nos dias de reunião da União apareciam sempre muitas pessoas. Mas mesmo com os cuidados todos que tínhamos em relação às pessoas que queriam assistir, acabavam sempre por se infiltrar policiais que faziam depois verdadeiras atas das nossas reuniões.

Quer dizer que a atividade clandestina afinal não chega?

Claro que não chega. Tanto não chega que, uma tese recente investigou sobre as pessoas que pertenceram ao Centro de Cultura Social, e muitas foram descobertas através desses registros policiais. Nesses registros aparece o nome de Mário Santos, que era um orador ímpar.

Quais os efeitos negativos para o movimento anarquista da ditadura instalada em 1964?

A ditadura de 1964 foi terrível. Praticamente anulou tudo. Nós resistimos até 1968 quando foi instituído o Ato Constitucional, que foi a lei mais repressiva que a ditadura promulgou. Foi um aperto. Eliminou-se toda e qualquer atividade pública que vinha sendo exercida. Tudo o que se podia fazer era na clandestinidade, correndo todos os riscos inerentes às circunstâncias. Quando soubemos da Revolução, isto é, do golpe militar de 1964 conseguimos resistir até 1968, ou seja, até à dita lei. Tínhamos ainda um jornal e todas as atividades do Centro. Uma forma de poder continuar em atividade e resistindo foi criando o Centro de Cultura Social a que nós chamávamos o "Laboratório de Ensaio", onde com marceneiros, carpinteiros e outros operários construimos um pequeno teatro de arena, que levava cerca de 60 pessoas bem instaladas. Levávamos á cena peças inseridas nas circunstâncias políticas. Um exemplo foi uma peça chamada "Os Generais", cujo tema era como transformar um general num ser humano. Por aqui pode ver-se a nossa atuação.

O nosso teatro foi registrado como uma escola de teatro. A polícia aparecia muito mas dizíamos que estávamos numa aula e assim lá íamos correndo os nossos riscos, mas sempre desenvolvendo as nossas atividades culturais – exposições de arte, recitais de poesia, etc. – sob uma repressão tremenda mas sempre, sempre resistindo. Com a instituição desse Ato político, a repressão intensificou-se e encerramos provisoriamente – que durou 16 anos, só reabrimos em 1985 – algumas das atividades do laboratório mas fomos desenvolvendo ações na mesma como seminários sobre racismo, sindicalismo e outros temas. Fazíamos também comemorações de datas, relativas à revolução espanhola por exemplo e outras.

Entre 1954 e 1964 esteve no Rio de Janeiro. Em 1964 estava em São Paulo mas antes esteve no Rio de Janeiro. Fale-me um pouco da greve em que participou dentro do Jornal o Globo.

Trabalhei no Jornal o Globo durante 10 anos. Eu antes trabalhava como sapateiro, sendo conhecido pela minha capacidade intelectual. Eu não fiz curso nenhum, como disse antes, só tenho 03 anos de curso primário. O resto se deve ao meu autodidatismo, sendo o Centro de Cultura Social a minha grande escola. Eu consegui registrar-me como jornalista profissional no Rio de Janeiro para trabalhar no jornal o Globo. Eu fui demitido na seqüência do apoio a uma greve de solidariedade que o sindicato dos jornalistas profissionais resolveu apoiar, a greve dos jornalistas gráficos. Como a nossa negociação salarial estava quase na hora, decidimos apoiar os gráficos e depois eles apoiar-nos-iam a nós. Foi assim que entramos na greve direta e que tivemos uma participação muito importante porque montamos piquetes para não deixar os jornais sair. Estávamos praticamente 24 horas acordados para desenvolver toda uma série de atividades. Depois de a greve terminar, só no Rio foram demitidos cerca de 80 jornalistas. O representante do nosso sindicato marcou um encontro com o Roberto Marinho com o objetivo de sermos readmitidos. Alguns colegas, instruídos por advogados, negaram a sua participação na greve, dizendo que tinham ficado em casa e... Eu fiquei um pouco revoltado e então eu disse: eu não sei

o que cada companheiro fez, mas eu participei plenamente em tudo, eu participei na greve, eu fiz as atas do sindicato porque o nosso salário é incompatível com a nossa profissão, etc. Disse ainda que não me eximia de participar nesta luta porque era uma luta importante. Roberto Marinho não estava habituado a lidar com tanta franqueza.

Eu voltei ao jornal, não espontaneamente. Eles mandaram-me chamar, por parte do sindicato, e soube então que Roberto Marinho tinha ficado surpreso comigo e com o meu discurso, propondo-se então a aceitar-me no jornal. Eu disse que sim, mas com uma condição: que todos os outros demitidos fossem também admitidos, que todos voltassem ao trabalho. Eles não aceitaram e esta foi a primeira vez.

Mas mandaram-me chamar uma segunda vez. Nesta segunda vez Roberto Marinho disse-nos e impôs: vocês estão aqui mas concordo que voltem com uma condição: assinando uma carta, individual ou coletiva, declarando que estão de acordo com a orientação do Globo, se arrependem de ter feito greve, que nunca mais farão e prometo não utilizar esta carta no Ministério do Trabalho.

Nesta segunda vez, neste encontro entre sindicato e jornal, mandei dizer que eu só voltava a trabalhar no jornal se Roberto Marinho escrevesse uma carta em que declarasse que estava arrependido de me ter demitido, que nunca mais iria incorrer no mesmo risco, e que eu prometia nunca usar esta carta etc... Não aceitou e foi o fim. Não voltei mais.

A greve durou quantos dias?

Durou 04 dias.

Foi então para São Paulo e as atividades, para além daquelas do Centro Cultural, quais eram? Qual a diferença entre os dois tipos de resistência?

Quando foi promulgado o Ato da ditadura nós procuramos o Pedro Catalo e dissemos que tínhamos uma edição do jornal que não conseguíamos editar porque se o fizéssemos éramos presos. Ele a princípio não acreditou, mas depois lá o convencemos e o jornal foi editado e distribuído. Como ficamos reduzidos a um grupo muito pequeno, resolvemos cancelar as atividades do centro, mas muitos eram de opinião que era impossível fechar o Centro. Havia um Centro no Rio de Janeiro que foi fechado e contaram-nos o que lá se tinha passado. A polícia invadiu o Centro, pensando que tinha apanhado peixe graúdo, faziam então inquéritos policiais. Prenderam uma série de companheiros nossos, alguns muito jovens. O nível policial era muito baixo. Mas os que faziam os inquéritos eram de nível mais elevado militarmente. O Roberto das Neves uma vez que era conduzido para o "Galeão", vira-se para um polícia e diz-lhe que apesar da sua cara siamesa tinha um ar de pessoa. O polícia diz-lhe que apesar do elogio não se "safava daquela".

Conte-me um pouco o que pensa sobre o Roberto das Neves.

O caso do Roberto das Neves é paradigmático. O Roberto das Neves, em Portugal escreveu um livro sobre as profecias onde dizia que o Hitler, o Franco, o Salazar morreriam. Escreveu o livro

com o nome de Ernesto, espécie de profeta alemão. Ele era uma figura incrível. Hostilizava os racistas portugueses, que estavam, via consulados portugueses, numa série de instituições que ele hostilizava. Utilizava poesias satíricas, utilizando uma linguagem muito forte. Teve conseqüências numa série deles, deram-lhe mesmo uma surra. Ele publicou muitos livros aqui no Brasil, na editora Germinial. Ele mandava os livros para as pessoas mesmo que não lhos pedissem. Uma vez devolvi uma coleção que ele me enviou. Quando estive preso no "Galeão" exigiu comida vegetariana, dizia que não era devorador de cadáveres e acabavam por lhe fazer a vontade.

Após 1964, a ditadura desenvolve-se, ganha força. Mas a partir de certa altura começa a decair em 1984 / 85. Como é que a partir daí o Centro Cultural volta a ganhar força?

O ex-Secretário-Geral do Centro esteve a trabalhar no Chile como tradutor. Quando veio foi preso e levado para o Galeão também. Um polícia sargento vira-se para ele e diz-lhe que pode começar a falar porque já tinham prendido mais de 80 anarquistas. Ele pergunta como é que isso era possível se ele nunca tinha conseguido juntar mais de 10 em dez anos.

Encontramo-nos depois na Praça da República quando ele estava em fase de processo. Ele disse-me que se ia embora e foi.

Após 1984 começamos a desenvolver novamente uma série de atividades, em vários lugares. Organizamos seminários sobre racismo, sindicalismo, etc. Fazíamos comícios. Mas não tínhamos uma sede. Estávamos numa fase de distensão. Tentamos encontrar um espaço para reabrir o Centro. Reunimos com várias pessoas e neste período coincidiu o fato de a TV Cultura na altura estar a fazer uma série de programas sobre teatro. Nesse contexto queriam fazer um programa sobre o teatro operário que era o teatro libertário. Procuraram-me para dar uma entrevista e perguntaram-me onde era o Centro. Disse onde tinha sido e qual não foi o meu espanto que quando lá chegamos o Centro estava para alugar e nós alugamos logo a sede, aproveitando o papel ainda existente e tudo o que lá havia. Fomos ao cartório para reiniciar a atividade. Com a inauguração do Centro, recebemos muitas cartas de todo o lado. Aparecemos nas revistas de grande saída. Começamos depois a articular o movimento com atividades múltiplas, tendo os media dado uma grande cobertura à reabertura do Centro.

A COB (Confederação Operária Brasileira) surgiu. Durante a clandestinidade continuávamos a reunir. Mesmo durante o período de ditadura chegávamos a encontrarmo-nos cerca de 90 pessoas. Tudo na clandestinidade, mas conseguíamos resistir. Só não editávamos nada. Começamos a interessar-nos pelo sindicalismo e inclusive criamos, no Centro, uma Comissão Sindical, criando mesmo comissões específicas: comissão sindical; comissão do teatro, agora temos a comissão de cinema. A comissão sindical começou então a encetar contactos com os sindicatos. A CNT (Confederação Nacional do Trabalho) tinha sede em Espanha. Quando viram que nos interessávamos pelo sindicalismo vieram cá e preparamos um encontro nacional. Quiseram reconstruir a COB. Quanto a mim, já não será mais o que foi. O sindicato hoje tem que se preocupar mais com a apropriação do conhecimento do que com as reivindicações salariais. Uma representação da Baía propõe também a reconstrução da COB. Como criar uma Federação sem sindicatos? Primeiro há que criar sindicatos de ofícios vários, por ramos de atividade só depois virá a Federação.

Veio uma proposta de novo da Baía no sentido de se criar um núcleo. Criaram-se Núcleos pró-COB com representações em muitos estados do Brasil. Foi mesmo lançado um jornal "A Voz do Trabalhador" que conquistou a confiança de todos. Leonardo Moreli, hoje aliado político da extrema direita no Brasil, foi na altura enviado como representante (delegado brasileiro) ao congresso AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores). Ali enrolou toda a gente (os espanhóis). Mas ele, Leonardo, só estava interessado no dinheiro. Foi uma pessoa que prejudicou demais o movimento anarquista. Eu fui nomeado secretário dos Grupos pró-COB. Tínhamos a intenção de levar [para frente] uma Federação. Por outro lado, na reabertura do Centro (1985) estiveram presentes muitos canais de TV, que deram uma cobertura incrível, fazendo uma série de entrevistas.

O que fizemos de importante foi um curso de anarquismo onde se apresentaram mais de 50 pessoas (apesar dos custos de inscrição). A partir daí passamos a fazer cursos de anarquismo universitários.

Outro curso que lançamos foi "As idéias libertárias na Revolução Francesa" que foi muito divulgado no meio universitário. Temos uma relação importante com a Universidade.

Em 1974, a família de Edgar vende o Arquivo, o Acervo Coletivo para o Unicamp, porque pensavam que tinham ali uma fortuna. Mas, o Edgar antes de morrer deixou anotado uma espécie de testamento dedicado aos seus companheiros no sentido de ser criado um Arquivo da Questão Social. Mas estavam muito interessados neste Arquivo (comunistas com medo de serem comprometidos). Mas aí a família continuava a querer vender. Quando abriram o testamento, a família soube que não podia vender para alguém dos EUA que lhe oferecia muito dinheiro por ele. Resolveram criar um memorial Edgar Leuenroth em plena ditadura, o que nos impossibilitava de fazer algo.

O Arquivo do Edgar na Universidade de Campinas não irá só servir para os intelectuais?

Começou de fato a surgir um interesse universitário pelo Arquivo. Descobriram um filão para fazer pós-graduações em História e outras Ciências Sociais. Muitas editoras passaram a criar coleções sobre o Anarquismo. A Contexto criou uma coleção enorme. A uma dada altura, o Jorge perguntou-me se podia fazer um levantamento exaustivo sobre o Anarquismo. Foram feitas pesquisas de investigação sobre o Anarquismo e mesmo teses de doutoramento. O Arquivo do Edgar foi importantíssimo nesse aspecto. Eu próprio fui convidado para o visitar.

Há uma grande difusão do anarquismo em termos acadêmicos, através de doutoramentos, palestras...

Desculpe interromper, mas a difusão do anarquismo foi mesmo muito grande. Fomos convidados para fazer cursos nas Universidades, palestras, etc... Foram abertos espaços grandes neste campo na Universidade de São Paulo. O trabalho na universidade para nós foi muito importante. Havia quem não o considerasse como tal. Temos tido muita adesão a este campo. Os auditórios têm estado sempre lotados.

A atividade universitária está a desenvolver-se. Mas noutros espaços, como os anarco-punks, o que tem acontecido?

Os punks aqui têm criado muita confusão, de forma algo violentos. Chegaram a promover ações muito violentas e a confrontar-se, hostilizando mesmo os militares em parada. Só que, quando o fizeram, em dada altura chegou a polícia e prendeu mais de 300. Sobre este assunto eu dei uma entrevista para a folha de São Paulo. Hoje, o neonazismo, cabeças rapadas geram muita confusão, muita violência entre eles e os anarco-punks. Houve mesmo mortes. Parece-me haver falta de informação. Mas, com mais informação, alguns deles estão desenvolvendo ações mais positivas, em cooperativas operárias. Com o desemprego imenso que crassa o Brasil, todos os que sabem de uma profissão é positivo. Contribuem para melhorar a imagem deles. É parecido com o Movimento dos Sem Terra. Estes estão construindo casas, semeando, conseguem autosustentar-se. Temos ações a vários níveis com os anarco-punks que são cada vez mais positivas.

E aqui terminamos a última entrevista dada pelo nosso companheiro Jaime Cubero, ainda no ano passado, à revista UTOPIA. Um obrigado póstumo, mas não morto de todos nós que temos o privilégio único de ouvir a sua voz uma vez mais. Até sempre companheiro.

José Maria Carvalho Ferreira

<http://insurgentes.vilabol.uol.com.br/passos.htm>